

"A FEA e a USP respeitam os direitos autorais deste trabalho. Nós acreditamos que a melhor proteção contra o uso ilegítimo deste texto é a publicação online. Além de preservar o conteúdo motiva-nos oferecer à sociedade o conhecimento produzido no âmbito da universidade pública e dar publicidade ao esforço do pesquisador. Entretanto, caso não seja do interesse do autor manter o documento online, pedimos compreensão em relação à iniciativa e o contato pelo e-mail bibfea@usp.br para que possamos tomar as providências cabíveis (remoção da tese ou dissertação da BDTD)."

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

**VOCÊ S.A.: ANÁLISE DO DISCURSO DA MÍDIA SOBRE O TRABALHO A
PARTIR DA ANALÍTICA DO PODER DE MICHEL FOUCAULT**

Yuzuru Izawa Fernandes de Abreu

Orientador: Prof. Dr. Arnaldo José França Mazzei Nogueira

SÃO PAULO

2004

Prof. Dr. Adolpho Jose Melfi
Reitor da Universidade de São Paulo

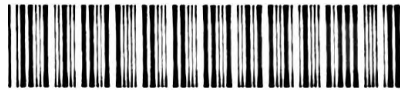
Profa. Dra. Maria Tereza Leme Fleury
Diretora da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Prof. Dr. Eduardo Pinheiro Gondim de Vasconcellos
Chefe do Departamento de Administração

Prof. Dr. Isak Kruglianskas
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Administração

YUZURU IZAWA FERNANDES DE ABREU

DEDALUS - Acervo - FEA



20600026843

**VOCÊ S.A.: ANÁLISE DO DISCURSO DA MÍDIA SOBRE O TRABALHO A
PARTIR DA ANALÍTICA DO PODER DE MICHEL FOUCAULT**

Dissertação apresentada ao Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo como requisito para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Arnaldo José França Mazzei Nogueira

SÃO PAULO

2004

Dissertação defendida e aprovada no Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – Programa de Pós-Graduação em Administração, pela seguinte banca examinadora:

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Seção de Publicações e Divulgação do SBD/FEA/USP

Abreu, Yuzuru Izawa Fernandes de

Você S. A. : análise do discurso da mídia sobre o trabalho a partir da analítica do poder de Michael Foucault / Yuzuru Izawa Fernandes de Abreu. -- São Paulo, 2004.

157 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 2004
Bibliografia.

1. Administração 2. Michael Foucault 3. Relações de trabalho
4. Poder I. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP II. Título.

CDD – 658

Aos meus pais e amigos

Agradeço ao professor e orientador Arnaldo Nogueira, por me introduzir os clássicos do pensamento social, à amiga Martha Gambini e aos membros da Banca de Qualificação pelas leituras cuidadosas e sugestões.

Agradeço também especialmente a CAPES, pelo apoio financeiro durante o período de elaboração dessa obra.

**“Onde estiver a árvore do conhecimento,
aí está o paraíso’: é o que dizem as
serpentes mais velhas e as mais novas”.**

Nietzsche

RESUMO

Analisa-se nesse trabalho a revista de pop-management *Você S.A.* do Grupo Exame. Essa revista, de grande circulação, é representativa de um tipo de discurso que foca o trabalho e o trabalhador. Esse discurso, que será chamado aqui de “pós-moderno”, é extraordinariamente difundido por toda a sociedade, inclusive na academia, e tem como seus elementos constitutivos o fim da negociação coletiva, a flexibilização das relações de trabalho, o vocabulário de habilidades, competências e empregabilidade, a Teoria do Capital Humano, o aprendizado constante, a sociedade do conhecimento, a *Learning Organization*. Para analisar os efeitos desse discurso na sociedade é utilizada a obra do filósofo francês Michel Foucault, e sua obra de análise do poder. Em sua obra, o filósofo inverteu os pressupostos geralmente aceitos pelos teóricos do poder, criando uma visão do poder estrutural, que conecta-se de forma íntima à formação do conhecimento, um conjunto inseparável de poder-saber. Apesar do filósofo ser mais conhecido por sua obra “Vigiar e Punir”, sua análise do poder é bem mais ampla, tratando desde o disciplinamento e formação das ciências humanas, até a formação da biopolítica, governamentalidade e poder pastoral, as formas de poder que controlam não os indivíduos, mas as populações. Trata também do controle das pessoas através da dominação de sua subjetividade, pela constante e repetida técnica da análise de si. O discurso da revista foi analisado por diversos ângulos e teorias. Propõe-se uma genealogia da *Você S.A.*, a partir das possibilidades de surgimento de seus elementos discursivos. Entre as condições de surgimento desse discurso sugerem-se que estão o discurso de negação da política da Escola de Relações Humanas, o surgimento de uma sociedade de massa, vigilante e totalitária, e o desmantelamento do sindicalismo e o Estado de Bem Estar Social. Conclui-se que esse discurso pós-moderno tem características foucaultianas de domínio da subjetividade através da criação da identidade de um “bom trabalhador” que legitimam as desigualdades sociais, ao culpabilizar o indivíduo e ocultando problemas políticos e sociais.

ABSTRACT

This work analyses the *Você S.A.*, a magazine from the Exame Group. This magazine, of great circulation, is representative of a speech that focus on the world of work and in the worker. That speech, that it will be called here as the "postmodern" speech of work, is greatly diffused by the whole society, including the Academy, and it has as its fundamental elements the end of the collective bargaining, the flexibilization of working relationships, the vocabulary of abilities, competences and "empregability", the Theory of the Human Capital, the society of the knowledge, the Learning Organization. To analyze the effects of that speech in the society, it is used the work from the French philosopher's Michel Foucault, mainly his writings on power. In his work, the philosopher inverted the presuppositions accepted usually in the theories of power, creating a vision of a power that is structural, connected in an intimate way to the formation of the knowledge, forming an inseparable group of power-knowledge. Although the philosopher is more known by his/her work on surveillance and punishment, his vision is wider, treating from the construction of human sciences, until the formation of the biopolitics, governmentality and pastoral power, the forms of power that not control the individuals, but the populations. He also studies the control of individuals through the dominance of their subjectivity, through repeated and routinely techniques for analysis of self. The speech of the magazine is analyzed by several angles and theories. It is proposed a genealogy of the *Você S.A.*, starting from the possibilities of appearance of their discursive elements. Among the upraising conditions of that speech it is suggested that are the denial of the politics, through Human Relationships School, the appearance of a mass society, vigilant and totalitarian, and the fading of the syndicalism and the State of Social Well Being. On conclusion it is defended that the postmodern speech of work has foucaultians characteristics of subjectivity control, through the creation of a docile work identity that, as a speech, legitimate social inequalities, as it puts the blame of today's problems only in the individual while it hides political and social contradictions.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Análise dos temas de fantasia da revista <i>Você S.A.</i> : alguns exemplos (de Wood e Paula, 2002a).....	6
Quadro 2 – A teoria foucaultiana segundo Knights (2002, p. 579) – minha tradução, itálico no original.	19
Quadro 3 – Tipos e fontes de poder característicos de cada forma social de acordo com Galbraith (1984).....	27
Quadro 4 - Fontes de poder nas organizações segundo Morgan (1996, p. 164).....	29
Quadro 5 - Arqueologia da positividade das ciências humanas (KNIGHTS, 2002, p. 577).....	38
Quadro 6 - Diferenças entre o método Arqueológico e Genealógico, segundo Burrell (1988, p. 229).....	39
Quadro 7 – Alterações realizadas pela imprensa no comunicado original do grupo de padres <i>Échanges et dialogue</i> (KIETZ, cap. 3).....	62
Quadro 8 – Estrutura completa dos contos infantis, segundo Wood e Paula (2002b), adaptado de Propp (1984).....	68
Quadro 9 – A estrutura Hollywódiaca como fundação da estrutura de um artigo jornalístico (KIETZ, 1973, p. 113).....	70
Quadro 10 – Estrutura, temas e palavras-chaves recorrentes nas “Trajetórias profissionais de sucesso” da <i>Você S.A.</i>	74
Quadro 11 – Temas repetitivos – títulos e breves descrições das matérias principais nas 4 últimas edições (Junho e Julho 2004).....	76
Quadro 12 – Valores da Revista EXAME, que devem ser possuídos pelos trabalhadores (valores individuais) segundo Borges (1999, p. 91).....	81
Quadro 13 – Perfil do Estagiário de Administração Ideal segundo Abreu, Miyazaki, Menegon e Andrade (2004).....	82
Quadro 14 - Exemplos da Novilíngua Empresarial.....	85
Quadro 15 – Propósitos Neopragmáticos do vocabulário de Habilidades e Competências segundo BENDASOLLI (2000/2001).....	125

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	1
INTRODUÇÃO.....	10
FOUCAULT: PODER, SABER E DISCURSO.....	15
1 - A obra de Michel Foucault.....	16
Foucault, Modernidade e Pós-modernismo	17
Saber	19
2 - Foucault e a Teoria do Poder	20
Invertendo a pirâmide do poder	20
Inversão do Sujeito e poder	21
Invertendo a hipótese de Reich.....	22
Invertendo o papel da ciência e do cientista	23
Uma anatomia do poder ?	25
3 - Teorias e discursos sobre o poder.....	27
Visão mercadológica: o poder enquanto sistema econômico-político.....	29
Visão Jurídica versus o modelo da Guerra	33
Genealogia ou Ideologia	35
Genealogia e Arqueologia	38
4 - Analítica do Poder	39
Poder Disciplinar	39
Biopolítica e Governamentalidade.....	44
ANÁLISE DE CONTEÚDO – O DISPOSITIVO DA MÍDIA.....	49
1 - Análise da Mídia e Comunicação de Massa.....	50
Formação da Comunicação de Massa – Análise da Mídia e seu conteúdo enquanto capital monopolista.....	52
A circulação circular da informação – análise da mídia e seu conteúdo enquanto campo social	56
Jornalismo como uma Indústria de Transformação	60
2 - Drama, Hollywood e Contos de Fada – Análise do conteúdo da mídia através da sua repetição de temas típicos e arquetípicos.	65
Super-homens corporativos: análise de conteúdo baseada nos modelos de comportamento elogiados, os “heróis”.	77
Para finalizar: Você S.A. e “1984”	82

GENEALOGIA E DISCUSSÃO DA VOCÊ S.A.	87
1 - Política, Ciência e Gerenciamento	88
A política como metáfora e como realidade organizacional.....	91
A destruição da política pela técnica	92
2 - A escola de relações humanas – genealogia dos Recursos Humanos	97
Surgimento da ERH.....	100
Além da ERH – política x gerenciamento	102
3 - A sociedade de consumo e a perda da centralidade do Trabalho	103
A banalização do Mal: a sociedade de massa	113
As transformações do Mundo do Trabalho.....	119
CONCLUSÃO	128
BIBLIOGRAFIA	137

APRESENTAÇÃO

Objeto de Pesquisa

O objeto da pesquisa é a revista *Você S.A.*, do grupo editorial Abril, surgida em 1998 como uma extensão da revista *Exame*, com linha editorial voltada ao indivíduo, focando em temas como administração de carreira, ambiente de trabalho e qualificação profissional. A revista surgiu da observação de recordes de vendas da revista *Exame* quando a matéria de capa tratava de temas como administração de carreira, trajetória e qualificação profissional, etc (WOOD e PAULA, 2002). O estilo da revista é informal, tendendo à auto-ajuda e à prescrição de comportamentos “corretos” no mundo do trabalho. Revista de grande sucesso, com tiragens entre 200 e 300 mil exemplares desde seu surgimento, deu origem a vários produtos congêneres, como as revistas *Seu Sucesso* e *Vencer*, além de colunas e cadernos especiais de estilo similar em quase todas as publicações editoriais, como *Veja*, *Isto é*, *Época*. Também têm presença obrigatória em revistas femininas, como *Cláudia*, *Marie Claire*, *Uma*, com as quais, aliás, a revista *Você S.A.* apresenta múltiplas semelhanças.

O objetivo dessa dissertação é de, a partir da visão do filósofo Michel Foucault sobre o saber-poder, analisar o papel da *Você S.A.* na estruturação dos saberes em torno das pessoas e do seu trabalho e na propagação de normas e padrões de comportamento que constituem a forma de biopoder de Foucault.

Questão-Problema

Qual a genealogia da visão do mundo do trabalho propagada pela *Você S.A.*? Quais são suas condições de formação discursiva e como essas se relacionam às transformações atuais no mundo do trabalho ?

Justificativa

De grande tiragem, a revista tem grande impacto sobre diferentes públicos. Sobre profissionais, dita modas e gera demandas sobre cursos, especializações, e pós-graduações. Professores universitários usam seus artigos como exemplos na criação de aulas, propagando o seu discurso. Organizações utilizam como fonte para saber “o que

há de novo” e assim atualizar suas práticas. O discurso também cria linguagem, vocabulário e categorização da realidade, que influencia a produção científica, até mesmo diretamente (ver Introdução, p.12). A economia política do discurso da Você S.A. portanto, não está restrito aos profissionais de RH ou de Administração; ele na verdade constitui um enorme dispositivo de circulação de discursos entre academia, organizações, profissionais e público em geral, e conseqüentemente de poder fenomenal sobre as práticas e visões da Gestão de Pessoas.

Procedimentos metodológicos

Basicamente, o procedimento utilizado será a análise de discurso, seguindo a construção epistemológica de Foucault para sua Genealogia e Arqueologia, e utilizando como referencial metodológico obras como Bardin (1979) para a organização e planejamento da pesquisa.

Optou-se nesse trabalho por não se realizar entrevistas com grupos interessados como estudantes, administradores, diretores de RH, acadêmicos. Isso porque na epistemologia Foucaultiana não existe distinção entre “teoria” e prática, não havendo sentido em se realizar entrevistas para se descobrir como o discurso é aplicado na prática; o discurso em si constitui uma prática, e forma, com as práticas não-discursivas, um dispositivo heterogêneo de poder-saber, que envolve textos, falas, pessoas, instituições e práticas. Desse ponto de vista, a utilização de entrevistas para descobrir o sentido dado pelo indivíduo não mostraria um quadro do poder, e sim um retrato das possibilidades de *resistência* a ele: em cada indivíduo existe a possibilidade de resistência ou modulação do discurso, variando da simples aceitação, dissonância e incômodo, rejeição total ou utilização criativa de seus elementos (bricolagem). Do mesmo modo a metodologia de estudo de caso não teria sentido, pois procura-se por formações discursivas interorganizacionais, que difundem-se e propagam-se, junto com as práticas características, por uma série de agentes e instituições, tendo a revista Você S.A. como meio de propagação.

A metodologia, para Thiollent (1987), não pode ser considerada como simples coleção de métodos ou técnicas, ou muito menos confundida com o ideal cientificista-pragmático, de encarar o método científico como mera “postura de

objetividade baseada na contagem ou na quantificação das coisas”(p. 58). Muito pelo contrário, o autor considera a metodologia como uma disciplina que se relaciona com a epistemologia ou a filosofia da ciência, ao mesmo tempo que lida com a avaliação das técnicas de pesquisa, e a maneira como se efetua uma pesquisa. Assim a metodologia é o “conhecimento e a habilidade que são necessários ao pesquisador para se orientar no processo de investigação, tomar decisões oportunas, selecionar conceitos, hipóteses, técnicas e dados adequados”(p. 55).

Assim, dentro do contexto de poder/saber foucaultiano, seria quase um contra-senso construir nesse espaço uma amarração metodológica “tradicional”, emulando as ciências naturais e caindo em armadilhas como a de tentar produzir explicações causais e leis invariáveis, independentes da subjetividade humana. O propósito aqui é o de delinear, dentro das propostas arqueológicas e genealógicas de Foucault, os procedimentos a serem adotados na pesquisa do objeto, especificamente na análise de conteúdo do material.

Para Marconi e Lakatos (1982, p. 100) a análise de conteúdo é uma técnica que visa “aos produtos da ação humana, estando voltada para o estudo das idéias e não das palavras em si” e que tem se desenvolvido cada vez mais nos últimos anos com a finalidade de descrever, de forma sistemática, o conteúdo das comunicações de massa. As autoras parecem dar preferência às técnicas quantitativas, apesar da advertência de que a análise qualitativa também tem seu lugar nas ciências sociais, e de categorias a-priori de análise. Pregam que a análise de conteúdo siga as mesmas etapas de uma pesquisa científica tradicional: definição dos objetivos, escolha da amostra, elaboração dos instrumentos, aplicação dos instrumentos e conclusão. Gil (1987, p. 82) também delinea esquema similar, da análise de conteúdo como método com fases bem delineadas, padronizáveis e controláveis.

A dificuldade com essa abordagem, mais positiva, como aponta Thiollent (1987), é que “sem nenhuma concepção a priori, sem intenção, mesmo vagamente definida, não se pode entender nada pela simples observação”. Além disso, a proposta Foucaultiana não pretende encontrar relações causais, e sim unidades discursivas atribuídas de sentido por suas relações posicionais entre si e com o todo.

Bardin (1986) utiliza várias técnicas qualitativas e quantitativas para exemplificar a análise de conteúdo, inclusive a utilização de ferramentas lexicográficas, como comprimento médio de palavras, comprimento médio de frases e índices de complexidades (n. palavras sem repetição/ n. palavras total). Muitas vezes confunde-se por causa disso, análise de discurso com a análise de conteúdo totalmente quantitativo, o que não é verdade, as duas formas podem conviver sem atritos na mesma pesquisa.

O discurso para Foucault não é mero conjunto de palavras e representação de coisas, o discurso é um objeto em si mesmo, possuidor de uma materialidade. O discurso não é a fala expressada do indivíduo, é a fala expressada através dele... isso porque as regras de formação discursiva não estão no indivíduo, em sua mente, estão no próprio discurso, que carrega em si seus regime de verdade por sua interação com outros discursos na sociedade, numa economia discursivo-política.

Para Guedes (1977, p. 65) a Arqueologia pretende a “transformação regulamentada do que já foi escrito, a procura das regras que justificam a ordem de um discurso e permitem, encarando cada palavra, cada texto, dentro de uma dimensão de materialidade, na qual suas regras às quais submete todo sujeito desde o momento que participa do discurso, tem uma existência quase palpável, objetiva.”

O método arqueológico implica em recusar todo conjunto de noções ou preconceitos que criam noções de continuidade ou historicidade, que organizam de antemão o discurso a ser analisado, e rompendo qualquer forma de fio condutor e optando pela ruptura e descontinuidade (GUEDES, 1977). Assim, para que realmente se fique no nível das coisas ditas, recusa-se as noções de unidades discursivas mais comuns, que seriam as noções de livro, auto e obra. Para o filósofo todas essas unidades são artificiais, criações que tem o propósito de criar continuidade discursiva onde ela não existe. Para substituí-las, o átomo discursivo, que não é proposição lógica ou frase gramatical, é chamado de enunciado.

Apenas para exemplificar um dos princípios do enunciado, adaptando um exemplo de Fischer (2001a) para um enunciado discursivo da Você SA (ano 1, n.5,

nov., 1998, p. 15), existem quatro elementos básicos para se analisar um enunciado simples como: “As regras do trabalho estão mudando e nós estamos sendo julgados não apenas pelo quanto espertos somos e que habilidades técnicas temos. Estamos sendo julgados pela capacidade de conviver com os outros”

1. a referência a algo que identificamos (o referente, no caso, a figura do mundo do trabalho em constante transformação e a instabilidade sobre o indivíduo);

2. o fato de ter um sujeito, alguém que pode efetivamente afirmar aquilo (muitos trabalhadores se identificam com a angústia dessas mudanças, por isso mesmo compram a revista);

3. o fato de o enunciado não existir isolado, mas sempre em associação e correlação com outros enunciados, do mesmo discurso (no caso, o discurso pós-moderno) ou de outros discursos (por exemplo, o discurso das competências, das relações humanas, da qualidade de vida, do capital humano, e assim por diante – ver Quadro 1);

4. finalmente, a materialidade do enunciado, as formas muito concretas com que ele aparece, nas enunciações que aparecem em textos acadêmicos, em falas de professores, nas mais diferentes situações, em diferentes épocas (ver por exemplo como a mídia estabelece dezenas de reportagens sobre “como sobreviver no mundo moderno”).

O estabelecimento mais detalhado da formulação metodológica e epistemológica de Foucault para a análise de discurso é complexa, extensa e aprofundada (1966, 1986, 1989, 2002a) saindo do escopo dessa dissertação. Também vale lembrar que o próprio filósofo não se sentia preso a essas formulações, adaptando-as aos seus novos objetos de estudo, e provocando outros a usá-las e transformá-las (FOUCAULT, 1989). Muito dessa formulação veio de revisitas a posteriori de suas primeiras obras, como o *Nascimento da Clínica* e *História da Loucura*, buscando defender ou explicitar o que tinha sido feito nessas obras, ao mesmo tempo que as modificava (GUEDEZ, 1977). Partes desse trabalho com o discurso serão delineados na revisão do trabalho arqueológico e genealógico de Foucault, na busca de uma genealogia do campo de Recursos Humanos, ou ainda no exame da indústria cultural, a Mídia, vista como um dispositivo pedagógico, semelhante ao da sexualidade.

Quadro 1 - Análise dos temas de fantasia da revista Você S.A.: alguns exemplos (de Wood e Paula, 2002a)

<p>Temas de fantasia</p> <ul style="list-style-type: none"> • Metamorfose corporativa • Revolução da Informação • Organização Eletrônica • <i>Communities of practice</i> • <i>Syndication</i> • CRM – <i>Customer Relationship Management</i> • ERP – <i>Enterprise Resource Planning</i> • <i>Balance Scorecard</i> • <i>B-to-B</i> • <i>B-to-C</i> • <i>E-Business</i> 	<p>Visões retóricas</p> <ul style="list-style-type: none"> • A nova economia • A era do conhecimento • A empresa flexível • A empresa voltada para o cliente • O profissional que controla sua carreira 	<p>“Dicas” simbólicas</p> <ul style="list-style-type: none"> • “o mundo corporativo mudou” • “a empresa do ano” • “feitas para durar” • “a clonagem de DNA corporativo” • “a Internet e a reinvenção dos negócios” • “empresa ponto-com” • “<i>e-loyalty</i>” • “aprendendo a aprender” • “o empreendedor do ano” • “gerenciar a crise” • “os donos do futuro” • “você nasceu para brilhar” • “seu emprego no futuro” • “você é um produto” 	<p>Comunidades retóricas</p> <ul style="list-style-type: none"> • As empresas de consultoria seus clientes (PWC, Mckinsey etc.) • As escolas de administração, seus alunos e ex-alunos (FGV-EAESP, FEA-USP, IBMEC etc.) • As associações profissionais e seus associados (Conselho Regional de Administração, APARH etc.) • As empresas de eventos e seu público (HSM Cultura e Desenvolvimento, Mission etc.)
<p>Cenas</p> <ul style="list-style-type: none"> • a economia global • o mercado de trabalho global • a empresa global • o mundo virtual da Internet • <i>marketplace / marketpace</i> 	<p>Sagas</p> <ul style="list-style-type: none"> • O evangelho segundo a Dell • O manual prático de Jack Welch • Lou Gerstner e o salvamento da IBM • Carlos Ghosn ressuscita a Nissan • O programa de <i>trainees</i> da Unilever 	<p>Personagens dramáticos</p> <ul style="list-style-type: none"> • o consultor • o empresário brasileiro bem sucedido na economia global • o <i>headhunter</i> • o executivo-herói • o “marketeiro” • o líder visionário • os profissionais • o agente de mudança • o profeta corporativo • você S.A. 	<p>Agentes de legitimação</p> <ul style="list-style-type: none"> • os gurus nacionais e internacionais de gestão: Peter Senge, Tom Peters, Peter Drucker, Stephen Covey, C. K. Prahalad, Roberto Shinyashiki • os especialistas (consultores, professores, empresários e executivos): Jorge Gerdau (Gerdau), Duck Jager (Procter & Gamble), Nenê Constantino (Gol), Noel Tichy (Universidade de Michigan), Henry Mintzberg (McGill)

Descrição do Procedimento

Bardin (1979) descreve, para o desenvolvimento da análise de conteúdo, sob a designação de análise temática ou categórica, consistindo na decomposição de textos em unidades e depois classificação por reagrupamento. Prevê três etapas de execução: (1) análise prévia, que consiste na organização do material, operacionalização e sistematização, escolha dos documentos, formulação de hipóteses, objetivos e elaboração de indicadores e leitura flutuante; (2) análise exploratória, que consiste em codificações e classificações; (3) tratamento dos resultados obtidos e interpretação, que consiste na tabulação e aplicação de técnicas descritivas de análise.

Uma análise prévia foi realizada no segundo semestre de 2002, abrangendo todo esse ano. Para essa pesquisa foi escolhido como amostra todo o conjunto das revistas (mensais), desde sua criação em 1998.

Dentro de cada edição, decidiu-se considerar apenas as falas “da revista” e não das entrevistas, para fins de análise de discurso; do mesmo modo não se considera editoriais e propagandas de anunciantes, mas considera-se propagandas da própria revista que estejam dentro de suas páginas.

Estrutura da dissertação

O trabalho de Foucault serve como parâmetro guia, modelo através do qual se discutir outras teorias do poder, trilha na imensa floresta de autores que já debateu o tema. É importante ressaltar que como Foucault nunca criou ou pretendeu criar uma Teoria Geral do Poder (ver pág. 20), a temática do poder pode ser vista em seu trabalho de dois ângulos: seu estudo das várias formações discursivas nas várias teorias do poder, e sua analítica do poder. Esses dois tópicos, explicitados abaixo, formam assim o Capítulo 1.

- Enquanto estudo das formações discursivas, Foucault estudou uma série de estudos históricos sobre o poder, dividindo-os em três formações principais: a teoria econômico-política, a jurídico-contratual e a de dominação-guerra. Seguindo essa classificação, comentará-se brevemente a influência de cada um desses discursos sobre as atuais visões do poder, e de como a visão de poder de Foucault foi criada negando e invertendo muitos dos pressupostos desses três discursos.

- Além de servir como elemento organizador e classificador, o trabalho de Foucault é utilizado como referencial teórico, uma vez que os instrumentos criados em sua *Análítica do poder* são utilizados como chave interpretativa para se entender a Mídia e a Indústria Cultural. É *hipótese fundamental desse trabalho* que esses instrumentos analíticos, os suplícios, as disciplinas, as biopolíticas e a governamentalidade servem como chave para entender o papel da VOCÊ S.A., e outros meios de comunicação, como instrumentos do Biopoder, que possibilita a arte de regular e normalizar as populações ao mesmo tempo em que cria para os indivíduos identidades e possibilidades de “salvação”.

Além disso, a obra Foucaultiana também é utilizada como base metodológica, através das abordagens arqueológica e genealógicas. A Arqueologia trata do estudo de formulações relativas a enunciados, normas, e conceitos que conformam saberes, práticas de acordo com formas de pensar a realidade e que postulam o estatuto de cientificidade. Assim, cada sociedade teria seu regime de verdade, sua política ou mercado que determina que tipos de discursos ela irá acolher e sancionar como verdadeiros, bem como os mecanismos e as instâncias em que esses enunciados serão distintos dos falsos, as técnicas e os estatutos de regras sociais que permitirão a discriminação, legitimação e construção dos seus sistemas de verdade, bem como os mecanismos de supressão ou repressão de discursos alternativos.

Assim, qualquer investigação de “sistemas de conhecimento” implica automaticamente na análise das “modalidades de poder” as quais não podem nunca ser separadas daquelas para se poder entender o “regime político da produção da verdade” (MACHADO, 1989). Então a Administração, enquanto campo socialmente construído, é uma prática discursiva hegemônica cujos saberes e práticas não propõe libertar e conscientizar, pelo contrário, em geral pressupõe práticas que diminuam a politização e autonomia do pólo dominado, impedindo a constituição e exercício de contra-discursos.

No Capítulo 2, a partir da revisão teórica dos estudos sobre a mídia, imprensa e indústria do entretenimento, analisa-se a Você S.A. por uma série de ângulos. Partindo-se de visões como a de Bourdieu (1997) que estudam o poder como

condição formadora (tanto positiva quanto negativa) das possibilidades de discurso no meio jornalístico; e Bagdikian (1993) e Moraes (1998) que retratam o processo de monopolização dos meios de comunicação desde o início do século até uma extraordinária concentração de poder na última década dos Big Uncles¹.

No Capítulo 3, procura-se realizar a análise genealógica do discurso da Você S.A a partir de suas condições de formação. Para isso discute-se a sociedade de massa e entretenimento, a Escola de Relações Humanas, a crescente destruição da Política pela Técnica. Discute-se também as possibilidades materiais de propagação desses discursos dentro das transformações ditas “pós-modernas”, e sua ligação ao discurso econômico liberal, a Teoria do Capital Humano, e seu papel no domínio da subjetividade dos indivíduos.

¹ Nome que surgiu em analogia ao Big Brother, que se referia ao Estado totalitário. Em lugar do Estado, os Big Uncles são as grandes companhias, principalmente as de comunicação ou de informação, que têm extraordinária capacidade de vigilância e manipulação sobre os indivíduos

INTRODUÇÃO

Gestão de Recursos Humanos e Discurso Racional-Gerencialista

O que se pretende discutir e analisar nessa dissertação é o processo de construção do campo de saberes e práticas discursivas de Recursos Humanos, considerando os discursos e práticas que surgem e se desenvolvem nos últimos anos, principalmente com a inclusão cada vez maior da Administração enquanto um campo de elaboração teórico-abstrato na divulgação de crenças, expectativas e visões de mundo.

Nesse sentido, pretende-se estudar as condições de existência de um discurso – conceitos, enunciados, normas, saberes e práticas – técnico racionalista da Gestão do Trabalho, que se estabelece como um conhecimento hegemônico, e espalha-se cada vez mais pela sociedade, obtendo legitimidade de sua própria reverberação. Discurso esse que propaga, cada vez mais, a visão técnica como conhecimento racional e científico, assim sendo não submetido a esfera das relações políticas, um conhecimento que se pretende preciso, absoluto, objetivo e irrefutável.

A crítica ao discurso gerencial, sua racionalidade bem como da sua pretensa neutralidade política, vem de muito tempo (MOTTA, 1986; PAGÈS, 1987, TRAGTENBERG, 1974, 1980), mas de uma atualidade cada vez maior, incentivando o surgimento de várias outras tentativas de resistência à sua hegemonia e de ataques à sua cientificidade (WOOD Jr, 2002; FREITAS, 2000; MATTOS, 2003; CAVEDON e LENGLER, 2002; AZEVEDO e CALDAS, 2003; MISOCZKY, 2003). No entanto essas perspectivas críticas são franca minoria no campo da Administração (ALCADIPANI e DAVEL, 2002): apenas 80 artigos foram considerados de orientação crítica numa amostragem de 3.702 artigos analisados da RAUSP, RAE, RAC, RAP, Organização e Sociedade e anais do ENANPAD² durante toda a década de 90. Isso demonstra para Alcadipani e Davel (2002) que a produção científica em administração no Brasil tem como características a dependência e aceitação incontestada do discurso

² Respectivamente Revista de Administração da USP, Revista de Administração de Empresas (FGV), Revista de Administração Contemporânea (ANPAD), Revista de Administração Pública (ANPAD), Organização e Sociedade (UFBA) e Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração.

gerencial, uma visão racional-utilitarista, orientada para a performance estritamente econômica, e a falta de preocupação com as questões de poder-dominância e emancipação do ser humano.

Produção científica versus produção popular em Administração

Essa produção científica, como se sabia, era de orientação predominantemente funcionalista, defensora de ideais modernistas ou pós-modernistas como racionalidade, progresso e evolução social, e adepta do estudo de caso como instrumento de pesquisa. Pesquisas recentes têm descrito um quadro muito mais preocupante, mostrando que o crescimento geométrico nas publicações não tem sido minimamente acompanhado pela melhora qualitativa (BERTERO, CALDAS, WOOD Jr., 1999, p. 152): a produção científica da área é caracterizada pela “falta de originalidade, a relevância questionável, seja do ponto de vista prático ou acadêmico, e a qualidade falha, tanto do ponto de vista epistemológico, quanto do ponto de vista metodológico”. Em primeiro lugar, a produção é de baixa aplicabilidade, gerada para a academia e apenas por ela consumida, ou nem isso, pois as publicações do ENANPAD sequer estão usando os próprios anais como fonte de consulta; em segundo, o referencial teórico predominante é estrangeiro (80%), com predominância norte-americana (60%) e conseqüente imitação dos seus modismos; uma qualidade científica falha, caracterizada ao mesmo tempo por um tom prescritivista, falta de interesse por questões práticas e pouco afeita a trabalhos empíricos e manipulação de dados.

A primeira vista, o universo do discurso científico-acadêmico está totalmente separado do objeto desse estudo, a VOCÊ S.A, uma das inúmeras revistas populares de gestão a disputar espaço no mercado editorial, mas existem vários pontos importantíssimos de contato. Em primeiro lugar, o discurso hegemônico nos dois meios, o acadêmico e o popular é muito parecido, com predominância das teorias e modelos norte-americanos, visão pragmática, utilitarista e prescritiva, pouca preocupação crítica e elogio de um mundo “pós-moderno” em transformação constante (WOOD Jr. e PAULA, 2002a, 2002b). Em segundo, não se deve esquecer que, para todos os campos do conhecimento, o meio jornalístico depende de autoridades do meio acadêmico para criar uma aura de legitimidade do seu discurso (Bourdieu, 1997), e isso também é válido para a VOCÊ S.A. e outras revistas do gênero. O último e mais crucial ponto é a

influência dos meios populares de mídia sobre o conteúdo, temas e modismos abordados pela academia; a análise bibliométrica dos anais do ENANPAD na área de RH (CALDAS, TINOCO e CHU, 2003) demonstra não apenas o predomínio esperado da produção estrangeira (63% das citações), mas o mais preocupante segundo os autores é que:

[os dados] revelam que cerca de 12% do total de citações têm como fonte revistas, jornais e fontes semelhantes, em geral sem autor específico, e via de regra, não acadêmicas. Parece de fato impressionante que uma proporção tão significativa de nossas referências tenha base proverbial. Completando o domínio do conhecimento efêmero, os dados levantados mostram que quase 7% do total de citações são feitas a autores não acadêmicos (executivos e empresários, gurus, autores profissionais de livros-texto etc.). Este dado também preocupa, e já foi apontado por outros autores [...], que enfocaram a angustiante propensão da academia e da *praxis* brasileira em administração em apoiar-se no gerencialismo de pouca ou nenhuma base científica. Ao menos é possível reconhecer que esse tipo de fonte é consistente com o uso de *Exames*, *HSMs* e *Você S.A.s*, que parecem embasar muitos de nossos autores.

Como se vê acima, a produção administrativa científica e a popular reforçam-se mutuamente, ao partilhar do mesmo tipo de discurso gerencial. Especificamente na área de RH, vale citar o artigo de Tonelli, Caldas, Lacombe e Tinoco (2003, p. 114) que mostra novamente a orientação positivista e empiricista (81% dos trabalhos do ENANPAD eram de cunho teórico-empírico e o restante era de revisões de literatura e outros trabalhos teóricos): “a maior parte dos trabalhos analisados faz apenas sistematizações e revisões de conceitos, modelos e teorias já existentes, ou, dentre os trabalhos com base empírica, predominam os estudos de caso único, de natureza meramente exploratória e descritiva, e os estudos tipo ‘*survey*’, ambos com limitada pretensão de contribuição científica.”

Para o escopo desse trabalho, mais preocupante do que questões metodológicas, é a evolução das temáticas pesquisadas: durante a década de 90, assistiu-se a explosão do campo de “Comportamento Organizacional” (que levou à criação de uma área específica para esse campo dentro do ENANPAD) em detrimento de Políticas de RH, Relações de Trabalho, Sindicalismo e Cultura e Poder, temas que já tiveram grande força na pesquisa em Gestão de Pessoas. Assiste-se assim ao declínio dos temas que permitem âmbito crítico de pesquisa sobre as ambivalências e contradições do discurso e práticas gerenciais, e à preocupante ascensão dos temas que versam sobre a

modificação do comportamento humano dentro das organizações. Preocupante por sua vertente manipuladora e acrítica (SIEVERS, 1998), fundamentada em subtemas como comprometimento, stress, liderança, motivação, satisfação no trabalho, criatividade e satisfação, com clara herança da Escola de Relações Humanas e de sua tentativa de nublar os conflitos organizacionais e de individualização dos conflitos de classe (TRAGTENBERG, 1980, p. 25).

Discurso Gerencial e práticas de Poder

Como ponto de partida, assume-se nesse trabalho a hipótese que os modelos de Gestão de Recursos Humanos (GRH) constituem um olhar ou ponto de vista, tanto conceitual quanto metodológico, que ao emergir ou ser importado, procura estabelecer uma relação de poder específica nas articulações entre os atores políticos, empresários, gerência, trabalhadores, desempregados, governos, outras organizações, num momento de grandes incertezas e turbulências na sociedade, e que dessa maneira não podem ser vistas como sendo separadas das profundas mudanças políticas, econômicas e sociais das últimas décadas, sendo necessário articular um quadro de correlações desses modelos como causadas, causadoras, ou como legitimadoras dessas transformações, mas nunca como modelos “meramente científicos” que pressupõe ao mesmo tempo a total neutralidade e absoluta irrefutabilidade técnica, sendo como dito por Adorno e Horkheimer (1985), a ciência como a possuidora moderna do “monopólio sobre a verdade”.

Mais ainda, coloca-se a questão de como esses modelos, ao se aliar enquanto saberes e práticas a um discurso/abordagem de natureza hegemônica, representada pela influência das escolas de pensamento do Management norte-americano, atuam ativamente na construção de um novo tipo de Relação de Trabalho “Pós-moderna”, que apresenta-se nos últimos anos e que caracteriza-se pela fragmentação das negociações coletivas e sua substituição pelo individualismo; a precarização dos direitos trabalhistas, com aumento da informalidade, terceirização e desemprego; perda dos poderes dos Estados-Nação para controlar fluxos de capital, leis trabalhistas, e sua própria “competitividade” em tempos de globalização, esses poderes sendo passadas para o Livre Mercado (STIGLITZ, 2002; OLIVEIRA e MATTOSO, 1997).

Nessa dissertação foi escolhida a leitura Foucaultiana para se abordar esses diversos temas. É importante aqui esclarecer que não é o objetivo dessa dissertação fazer uma revisão exaustiva sobre Foucault, seu pensamento e escritos, sua influência e seus críticos, e sim o de utilizá-lo como guia, referencial teórico e base metodológica, e é dessa forma que o filósofo francês serve para estruturar a revisão teórica desse trabalho, dividida em três capítulos: A visão de Poder e Saber de Foucault, A análise de conteúdo propriamente dita da Você SA, encarada como parte de um dispositivo de poder, e Genealogia do campo de RH através das transformações atuais e das condições de surgimento do discurso pós-moderno, da empresa de si mesmo.

CAPÍTULO 1
FOUCAULT: PODER, SABER E DISCURSO

1 - A obra de Michel Foucault

Michel Foucault lecionou no Collège de France de janeiro de 1971 até sua morte, em junho de 1984, ocupando a cátedra de *História dos sistemas de pensamento*. Os cursos, que tinham o formato de palestras, com presença livre, sem inscrição ou diploma, eram disputados e resultaram em obras importantes como *A Ordem do discurso*, de sua aula inaugural em 2 de Dezembro de 1970, e *Em defesa da sociedade*, com a transcrição de seu curso entre 1975-1976³. Os cursos, muito disputados, preenchiam dois anfiteatros inteiros apinhados de estudantes, pesquisadores e curiosos, e tinham como função divulgar sua pesquisa, e preparar o terreno para novas abordagens, novos campos de problematização (EWALD e FONTANA, 2002)

A obra de Michel Foucault é extensa e complexa, durante a qual ele continuamente modificou as direções de sua análise, assim como os seus objetos teóricos, analisando a diversos temas, períodos históricos, e inovando metodologicamente (KNIGHTS, 1992). Direito, artes, dança, literatura, educação, saúde coletiva, são alguns dos campos onde esse autor tem servido como instrumento de crítica ou reflexão (MOTTA e ALCADIPANI, 2003; DRUMMOND, 2000, LACAZ, 2001). Entre alguns dos seus focos estavam os estudos das prisões, manicômios, lingüística, filosofia, economia, biologia, medicina, ética, sexualidade, epistemologia, sempre adotando um enfoque histórico, crítico, e desvendando mitos e lugares-comuns: “poucos autores do cenário contemporâneo trilharam tantas áreas do saber como Foucault [...] mas, o estudo do poder foi o causador da maior repercussão” (MAIA, 1995).

A temática do poder, que muitos vêem como o conjunto central de sua obra, é indissociável de seu trabalho, não importando a temática adotada, e é uma das causas da intensa complexidade de sua obra: “[...] como a problemática se enriqueceu sob a pressão dos acontecimentos e ao longo de seu desenvolvimento interno, seria vão querer inserí-lo a qualquer preço numa coerência, numa continuidade linear e sem falhas.

³ Dois capítulos da *Microfísica do Poder*, *Genealogia e poder* e *Soberania e disciplina*, são respectivos às aulas de 7 e 14 de janeiro de 1976, portanto também transcritas em *Em defesa da sociedade*. Quanto às citações deu-se preferência à edição de *Em defesa da Sociedade*, mais completa e de transcrição mais fiel.

Trata-se antes, cada vez, de um movimento de retomada” (FONTANA E BERTANI, 2002, p. 331).

Assim Foucault nunca parou de reatualizar e reinterpretar seus antigos escritos e teorias, aperfeiçoando-os e discutindo-os, assim como as teorias e opiniões vigentes em seu tempo:

Um estilo de trabalho que demarcava certos domínios [...] submetendo-os a um minudente exame, à luz de uma erudição excepcional, privilegiando sempre os dados empíricos obtidos em suas pesquisas de natureza histórico-filosóficas. Este privilégio do material positivo pesquisado, as conclusões parciais à medida dos desdobramentos dos estudos, os instrumentos conceituais forjados a partir da análise do material examinado, davam o tom de um trabalho mais preocupado em sacudir as evidências e perturbar as nossas familiaridades do que estruturar uma obra sistematicamente integrada. (MAIA, 1995)

Esse espírito contestador, aliado à frases polêmicas e denúncias contundentes, ajudaram a criar a fama de um Foucault revolucionário, anti-humanista, estruturalista, pós-modernista, e vários outros epítetos que o autor rechaçou em sua vida, desconfiado que era das grandes teorias e das noções de “autor” e “obra” (FOUCAULT, 2000), lutando sempre contra o seu enquadramento em epistemologias, escolas, estilos ou causas. Apesar de várias críticas justificadas, um grande número dos ataques a Foucault se originam em leituras superficiais ou de uma parte pequena de sua obra⁴. O efeito é igual ou maior nos trabalhos que se propõe “foucaultianos”: boa parte deles baseia-se em leituras apressadas de *Vigiar e Punir*, concentrando-se exclusivamente na noção de poder disciplinar e Panóptico (MOTTA e ALCADIPANI, 2003)

Foucault, Modernidade e Pós-modernismo

Existe um conjunto de trabalhos que classificam Foucault como pós-moderno (BURREL, 1988; CHAN, 2000, LACAZ, 2001) ou que enxergam em sua obra, seja pelas suas fases arqueológica, genealógica e ética (ver capítulo 2) ou pelos regimes de poder (suplício, punição, vigilância, disciplina e poder pastoral) uma categorização representativas de cada sistema social: tradicional, moderno ou pós-moderno (**Erro! A**

⁴ Um exemplo ilustrativo e curioso desse tipo de leitura estereotipada encontra-se em Cowton e Dopson (2002), que apesar de terem como única leitura bibliográfica de Foucault o *Vigiar e Punir*, não os impede de fazer grandes conclusões sobre sua obra: de que ele estava interessado numa “teoria geral do poder” baseada no Panóptico, que sua análise “é insuficiente para as complexidades do meio organizacional” e que sua visão pode se tornar mais completa via a releitura de Anthony Giddens, todas essas conclusões que foram tomadas sem a leitura do restante de sua obra.

origem da referência não foi encontrada.). Importante ressaltar que Foucault não via esse desenvolvimento em termos evolucionários, não havendo um desenvolvimento linear de estágios, ou analogia com a sucessão dos modos de produção do materialismo histórico, tampouco uma teleologia. Nem tampouco pretendem, como no trabalho de Galbraith (1984), ser uma “grande narrativa” ou “teoria total” da história: essas caracterizações são contingenciais, refletindo mais os problemas específicos do presente do que condições reais do passado (Knights, 2002, p. 579).

Um exemplo de como é possível aplicar os diversos regimes de poder da sociedade, da sua fase “pré-moderna” até “pós-moderna” encontra-se no estudo de caso de Silva e Alcadipani (2001) que analisaram as fases de organização e os processos de controle, desde sua criação, pelos quais passou uma grande siderúrgica. Assim, em analogia ao regime social dos suplícios, temos a fase de surgimento da organização, quando os confrontos, coletivos ou individuais, muitas vezes chegavam à violência física, e o controle era autoritário e centrado no corpo do funcionário e no espetáculo de sua punição.

A modernização trouxe novos controles organizacionais, que substituíram o antigo caráter violento por um de vigilância, controle hierarquizado de processos e de corpos, como o Just-in-time, que podem ser entendidos em analogia com o processo de vigilância-disciplina (segundo também SEWELL e WILKINSON, 1992) ou com o aumento da multiplicidade e invisibilidade das formas de poder (FARIA e MENEGHETTI, 2002).

Finalmente, a implantação dos sistemas “participativos”, que tencionam transformar, através da auto-gestão, os funcionários em “colaboradores”, ressuscitando o mito da “grande família” (FLEURY, 1987), são analisados em analogia com as formas de poder pastoral, onde a dominação é internalizada e o propósito do controle é o da redenção, ou seja, a docilização ocorre para o “próprio bem” do indivíduo.

Quadro 2 – A teoria foucaultiana segundo Knights (2002, p. 579) – minha tradução, itálico no original.

Sociedade	Pré-moderna	Moderna	Pós-Moderna
Poder	soberania	disciplina	governamentalidade
Exercido através de	espetáculos de tortura	hierarquia/ normalização/ vigilância	responsabilidade
Saber	exclusivista	parcialmente distribuído	inclusivista
Efeitos	medo da punição	divisão/compartimentalização	identificação
Self	<i>luta pela honra</i>	<i>luta por dignidade</i>	<i>luta por autonomia</i>
Identidade	subjugada	padronizada	“esteticizada”
Resistência	limitada	extensiva	ocorre no espaço entre as múltiplas identidades subjetivizada
Subjetividade	totalizada	individualizada	subjetivizada
Ética	absoluta	regulada publicamente	localizada
‘Verdade’	função de Deus/ Natureza	efeito do poder/ conectado à identidade	desconectado da identidade

Contudo, Motta e Alcadipani (2003) consideram que as tentativas de classificação de Foucault como pós-moderno são contrárias à própria essência do trabalho do autor, pois realizam um trabalho de disciplinar os saberes ligados, construindo noções limitadas e circunscritas a um certo espaço de saber e pensamento, sobre o que Foucault seria como “autor” e qual seria a sua “obra”, e assim criando discursos de verdade que determinam a maneira correta de analisá-lo e suas obras. ” Motta e Alcadipani (2003, p. 10) consideram que o problema principal desse tipo de análise é que o próprio filósofo denunciou em várias obras esses mecanismos, e recusou em várias ocasiões os rótulos e classificações, assim essa tentativa de classificá-lo “é simplificar seu legado e ir contra aspectos importantes de sua obra. Além disso os autores consideram o termo “pós-moderno” confuso, podendo, dependendo do contexto, representar um movimento artístico, como características de um novo tipo de sociedade,

como um novo tipo de organização, abrangendo tantas linhas de pensamento distintas que torna-se “uma categoria bastante ampla e carente de unidade” (p. 10). Ou, como afirma Bauman (1999, p. 12): “descobrimos que o conceito é carregado de ambigüidade, ao passo que seu referente é opaco no miolo e puído nas beiradas”.

2 - Foucault e a Teoria do Poder

Invertendo a pirâmide do poder

Polêmicas a parte, a maior parte do trabalho do filósofo tem como característica a figura do “anti-pensador”, com claras tendências pós-iluministas (RABINOW, 1999 apud MOTTA e ALCADIPANI, 2003) ou anti-modernistas, no sentido atribuído por Lacaz (2001), como o estilo de análise que questiona as noções clássicas de verdade, razão, objetividade, assim como os ideais da ciência, progresso, emancipação, e das grandes narrativas e de explicações definitivas da sociedade. Nesse ponto, Foucault pode ser incluído na grande linha de pensadores que analisou as transformações sociais e políticas, geralmente resumidas no conceito de “modernidade” como Marx, Durkheim (1983) e Weber (1968, 1980) e muitos outros. Para Berman (2000), a análise e crítica da modernidade, de Marx a Nietzsche, é a análise e crítica de uma série de contradições dialéticas, individualização versus massificação, etc., de novas e velhas relações se digladiando, onde, como dizia Marx, “tudo que é sólido desmancha no ar”. Se Bauman (1999, p. 15) está correto, e a modernidade pode ser caracterizada como o “esforço para exterminar a ambivalência, um esforço para definir com precisão – e suprimir ou eliminar tudo que não poderia ser ou não fosse precisamente definido” percebe-se então o conflito entre essas duas visões, uma racional, positiva, harmoniosa e equilibrada da sociedade, e a outra dialética, ambivalente, emocional, conflituosa e incerta:

[...] Marx e Nietzsche – e Tocqueville e Carlyle e Mill e Kierkegaard e todos os demais grandes críticos do século XIX – chegam a compreender como a tecnologia moderna e a organização social condicionaram o destino do homem. [...] Os críticos da modernidade, no século XX, carecem quase inteiramente dessa empatia com e fé em seus camaradas [...] Portanto, não só a sociedade moderna é um cárcere. como as pessoas que aí vivem foram moldadas por suas barras; somos seres sem espírito, sem coração, sem identidade sexual ou pessoal – quase poderíamos dizer: sem ser. (BERMAN, 2000, p. 26)

Para Hannah Arendt (WAGNER, 2002, p. 27), Marx, Kierkegaard e Nietzsche são pioneiros na tentativa de explicar a modernidade, antes que essa houvesse se revelado plenamente, através da tentativa de inversão dos valores pertencentes à tradição: assim, Kierkegaard teria promovido uma inversão entre razão e fé, Nietzsche entre mundo transcendental e mundo sensível (inversão de Platão) e Marx entre teoria e práxis (inversão de Hegel). Do mesmo modo pode-se dizer que toda a analítica do poder foucaultiana teve como intenção inverter todos os valores da tradição do pensamento sobre o poder: “[a concepção do poder em Foucault] rompe não apenas com as características habitualmente atribuídas ao poder, seus efeitos e modos de funcionamento, mas essencialmente com a maneira como concebemos sua natureza” (ALBUQUERQUE, 1995, p. 106). Assim Foucault inverteu as relações entre sujeito e substância do poder, poder e repressão, poder e saber, criando sua analítica do poder.

Inversão do Sujeito e poder

Em primeiro lugar, Foucault deslocou o sujeito da análise do poder, na tradicional formulação weberiana do poder (ou dominação) como algo que implica a ação de um sujeito sobre outro. Essa abordagem é geralmente chamada de “soma zero” (HEISKALA 2001), ou de “abordagem contínua” (CAPPELLE e BRITO, 2002): “[a abordagem contínua] é verificada nas abordagens que seguem desde Hobbes até Lukes, e que procuram focar o poder de forma absoluta, personificado e detido por alguém, e cuja soma de suas forças é igual a zero”. Essa abordagem é tão enraizada no nosso pensamento cotidiano, que Albuquerque (1995) propõe um exercício mental para provar como é praticamente impossível pensar o poder sem uma pessoa, autoridade, grupo, país ou instituição que o possua: “tudo o que podemos pensar é em coisas possuídas por uns e das quais outros são despossuídos, é impossível pensar o poder sem o rei [...] na nossa concepção corrente, que Foucault chama de concepção do poder-soberania”. Desse modo, seria quase impossível pensar o poder sem aqueles que o possuem e o utilizam sobre outros que não o possuem.

Foucault desafia essa quase impossibilidade substituindo o “sujeito” na analítica do poder:

Existe atualmente um grande desconhecido: quem exerce o poder ? Onde o exerce ? [...] Sabe-se muito bem que não são os governantes que o detêm. Mas a noção de “classe dirigente” nem é muito clara nem muito elaborada. [...] Onde há poder, ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui. (FOUCAULT, 1989, p. 75)

Não despreza assim as relações de desigualdade ou de dominação entre os homens, ou nega que a sociedade se organize, na maior parte das vezes, como uma pirâmide, apenas considera que em qualquer feixe de relações de poder, sua direção nunca é única. Apesar das diferenças entre o topo e a base da pirâmide⁵, a polarização que existe em qualquer relação de poder, Foucault nega que o poder se concentre apenas no topo, e se exerça sobre a base, e sim que ele se exerce em todas as direções, em todos os pontos: guardas e prisioneiros estão obviamente em condições bem distintas, mas seria errôneo afirmar que os primeiros possuem o poder, que age unicamente sobre os segundos (FOUCAULT, 1987; HEISKALA, 2001). Defensor de uma “estratégia sem sujeito”, diversas vezes criticou a noção de dominação de classe, e negava uma teleologia que orientasse sua analítica do poder. De modo semelhante nunca centralizou sua analítica do poder na figura do Estado.: mesmo quando o Estado era seu objeto (como nos estudos sobre Governamentalidade) ele não era um objeto central, total, e sim objeto passivo, cercado e determinado por uma série de discursos, práticas e saberes.

Invertendo a hipótese de Reich

O segundo ponto é a inversão, sempre muito reforçada por Foucault, da definição negativa do poder, da idéia de poder como repressão, a “hipótese de Reich” (FOUCAULT, 2002c, p. 25), segundo a qual o poder tem como característica destruir, controlar, impedir, formatar, cercear, sobrepujar... Assim o poder também tem uma capacidade positiva, criativa, formadora. Nesse ponto a abordagem foucaultiana beira o funcionalismo, pois ele afirmava que se o poder tivesse como caráter apenas a negatividade não seria possível explicar seu sucesso nas inúmeras redes de dominação da sociedade. Portanto, para ser devidamente entendido, o poder também deve ser encarado em sua face produtora, de coisas, prazeres, saberes, discursos, identidades.

⁵ Na medida em que as relações de poder são uma relação desigual e relativamente estabilizada de forças, é evidente que isto implica um em cima e um em baixo, uma diferença de potencial (FOUCAULT, 1989, p. 250)

Para Maia (1995, p. 85) seria impossível explicar “a relativa tranqüilidade do poder burguês em uma sociedade injusta e desigual, onde uma iníqua divisão dos bens e poder vem se perpetuando com certa facilidade”. Essa inversão permeia toda a obra de Foucault que enxergará no poder a possibilidade positiva de criação das ciências sociais, das instituições, da produtividade econômica, da identidade, e da relação do ser humano consigo mesmo (Foucault, 1966, 2000, 2002b, 1985):

A noção de repressão [do poder] por sua vez é mais pífida; em todo caso, tive mais dificuldade em me livrar dela na medida em que parece se adaptar bem a uma série de fenômenos que dizem respeito aos efeitos do poder. [...] Ora, me parece que a noção de repressão é totalmente inadequada para dar conta do que existe justamente do produtor no poder. Quando se define os efeitos do poder pela repressão, tem-se uma concepção puramente jurídica desse mesmo poder; identifica-se o poder a uma lei que diz não. [...] Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir”(FOUCAULT, 1989, p.8).

Invertendo o papel da ciência e do cientista

Por último vale citar que Foucault inverte o ideal iluminista da ciência, do saber, enquanto potencial emancipador, libertador do homem, e o unifica à sua analítica do poder. Recusa a idéia de que ao poder corresponde um estado de ignorância, corrupção, contrário ao saber: “admite-se, e isto é uma tradição do humanismo, que a partir do momento em que se atinge o poder, deixa-se de saber: o poder enlouquece, os que governam são cegos. E somente aqueles que estão longe do poder [...] podem descobrir a verdade” (Foucault, 1989, p. 141). Desse modo, saber e poder encontram-se interligados de incontáveis maneiras, invertendo os princípios mais sagrados do humanismo, o da sabedoria como libertação do poder, e o intelectual como agente do aprendizado e da liberdade :

O importante, creio, é que a verdade não existe fora do poder ou sem poder (não é [...] a recompensa dos espíritos livres, o filho das longas solidões, o privilégio daqueles que souberam se libertar). A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. (FOUCAULT, 1989, p. 12)

Ora, tenho a impressão de que existe, e tentei fazê-la aparecer, uma perpétua articulação do poder com o saber e do saber com o poder. Não podemos nos contentar em dizer que o poder tem necessidade de tal e tal descoberta, desta ou daquela forma de saber, mas que exercer o poder cria objetos de saber, os faz emergir, acumula informações e as utiliza. Não se pode compreender nada sobre o saber econômico se não se sabe como se exercia, quotidianamente, o poder, e o poder econômico. O exercício do poder cria perpetuamente saber e, inversamente, o saber acarreta efeitos de poder.[...] o humanismo moderno se engana, assim, ao estabelecer a separação entre saber e poder. Eles estão integrados[...] Não é possível que o poder se exerça sem saber, não é possível que o saber não engendre poder. (FOUCAULT, 1989, p. 142)

Para Knights (2002) o principal efeito dos modernos regimes de poder-saber, analisados por Foucault, encontra-se no seu efeito cada vez maior e mais abrangente de transformar os indivíduos de sujeitos a objetos de si mesmo, efeito que é tornado cada vez mais sofisticado pelas ciências sociais ao elaborarem conhecimentos que tem o humano como objeto e regimes de verdade que utilizam esses saberes para promover a auto-disciplina.

Foucault também inverte o papel do pensador, do cientista, do intelectual. O papel do intelectual para ele “não é o de propor reformas, mas de contribuir, com seu trabalho, para a transformação da sociedade. Não é o de mudar as coisas, mas de mudar as maneiras de pensar que impedem que se conceba que as transformações sejam possíveis” (Senellart, 1995). E a reforma radical nunca pode ser programada de uma revolução, pois é um processo de conflito, luta e resistência, diário, onde os equilíbrios de forças são provisórios e instáveis, com cada agente constantemente mudando suas táticas e estratégias.

Enxerga o desaparecimento do cientista-amador nos séculos XVIII e XIX como efeito da disciplinarização dos saberes, e sua institucionalização dentro de um regime de verdade do discurso científico no qual a universidade atua como um selecionador de saberes, determinando que saberes poderão ser falados, e quem poderá falar em nome deles (FOUCAULT, 2002c, p. 219; 2002a). Assim, para Foucault, apesar das boas intenções, o cientista pouco mais pode do que ser mais um agente na luta entre saberes/poderes. Knights (1992) considera que a visão foucaultiana é extremamente desconfortável para todas as versões do pensamento iluminista, inclusive para os críticos das teorias administrativas, e da racionalidade instrumental, que são segundo ele guiados pela fé do humanismo na possibilidade da emancipação humana.

Uma anatomia do poder ?

Um dos maiores erros em algumas obras sobre Foucault é a de atribuir ao filósofo uma Teoria Geral do Poder. Isso porque ele “rejeitava a idéia de Teoria com T maiúsculo, à qual atribuía uma função de poder muito mais do que de instrumento de conhecimento. Quando trata de maneira mais sistemática do poder, Foucault prefere falar em ‘precauções metodológicas’, ‘regras’, etc., e nunca em teoria” (ALBUQUERQUE, 1995, p.105). Além disso, lembra-se que “Foucault nunca dedicou um livro ao poder. Esboçou várias vezes seus delineamentos essenciais; explicou-se incansavelmente; não foi avaro de advertências e esclarecimentos. Ao contrário, estudou seu funcionamento, seus efeitos, seu ‘como’, em numerosas análises históricas...” (FONTANA E BERTANI, 2002, p. 331). Ou como afirmava Roberto Machado:

... não existe em Foucault uma teoria geral do poder. O que significa dizer que suas análises não consideram o poder como uma realidade que possua uma natureza , uma essência que ele procuraria definir por suas características universais. Não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa: é uma prática social e, como tal, constituída historicamente. (MACHADO 1989, p. X)

Essa perspectiva coloca Foucault numa posição diametralmente oposta a outros, como Galbraith (1984), que quiseram realizar uma “anatomia do poder”: ao contrário, Foucault atacou muito mais a “superfície” do poder, os pontos onde os discursos encontravam-se com as práticas, os pontos onde as práticas encontravam com os corpos. No lugar de tipos e fontes universais de poder, dá-se destaque à natureza contextual e heterogênea de dispositivos, que “engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas [...] o dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre os elementos” (FOUCAULT, 1989, p. 244). Ao invés de procurar dissecar sua essência, tentou delimitar alguns contornos, encontrar suas lacunas, os pontos onde o poder chega e onde ele não alcança, sua estratégia e tática e os instrumentos a seu dispor, um conjunto metodológico que ele chamou de analítica do poder:

O poder não existe. Quero dizer o seguinte: a idéia de que existe em um determinado lugar, ou emanando de um determinado ponto, algo que é um poder, me parece baseada em uma análise enganosa e que, em todo caso, não dá conta de um número considerável de fenômenos. Na realidade, o poder é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado. Portanto, o problema não é de constituir uma teoria do poder que teria por função fazer o que um Boulainvilliers ou um Rousseau queriam fazer. [...] Se o objetivo for construir uma teoria do poder, haverá sempre a necessidade de considerá-lo como algo que surgiu em um determinado ponto, em um determinado momento, de que se deverá fazer a gênese e depois a dedução. Mas se o poder na realidade é um feixe aberto, mais ou menos coordenado (e sem dúvida mal coordenado) de relações, então o único problema é munir-se de princípios de análise que permitam uma analítica das relações do poder. (FOUCAULT, 1989, p. 248)

Galbraith (1984), com sua divisão de poder em condigno, compensatório e condicionado, adaptada do trabalho de Weber e Wright Mills, deseja fazer uma listagem classificatória, que como afirmam Souza Neto, Zacarelli e Gomes (2001, p.20) sobre esse tipo de tática metodológica: “a lista abordada poderia ser outra; não importa. O mérito está na organização das idéias e no fato de a relação ser exaustiva, ou seja, incluir todas as possibilidades, e ter conceitos ou definições ortogonais entre si, isto é, variáveis independentes, não contidas umas nas outras”. No entanto, na tentativa de criar uma lista exaustiva, que abarque o poder em todas as sociedades, tempos e condições, Galbraith (1984) não consegue satisfazer à condição de independência, e o mesmo provavelmente aplica-se a qualquer divisão do poder em categorias simples.

Não existe ortogonalidade entre as categorias de Galbraith (1984), pois na verdade elas formam uma mistura inseparável: onde há possibilidade de recompensa, sempre haverá possibilidade de punição, pela retirada dessa recompensa. As recompensas e as punições, que agem sobre o indivíduo, só tem significado e legitimação dentro de um sistema simbólico, estrutural portanto, e que não pode ser reduzido a um mero condicionamento pavloviano do indivíduo.

Essa divisão ampla e “completa” do poder acaba sendo inútil, por impossibilitar a análise dos fenômenos cotidianos, a eficácia ou não do poder, sob quais táticas de aplicação, em quais condições de resistência. É impossível distinguir entre as formas simbólicas, sutis, invisíveis do poder, pois joga-as todas para a categoria “condicionado”, mesmo que sejam fenômenos de níveis totalmente distintos, como o de um grupo de pessoas que espontaneamente forma uma fila no guichê, uma propaganda anti-fumo do governo, ou a derrubada de um presidente após uma eleição fraudulenta.

Ou, como apontava Bourdieu (2002, p.7), para se entender o poder simbólico torna-se “necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.”

Na verdade a categorização de Galbraith constitui um modelo de tipos ideais, que associa cada tipo de poder a um tipo de fonte (carisma, propriedade ou organização) e a um tipo de sociedade, onde prevalece cada tipo de fonte (carisma – primitiva/tribal, propriedade – feudal, organização – moderna/burocrática). Estabelece assim uma espécie de teoria da história, com a evolução das sociedades pelas formas de poder até a contemporânea, na qual predomina o poder condicionado, graças ao modelo de estrutura burocrática das organizações (Quadro 3).

Quadro 3 – Tipos e fontes de poder característicos de cada forma social de acordo com Galbraith (1984)

	Primitiva/Tribal	Feudal	Burocrática
Tipo de Poder	condigno	compensatório	condicionado
Fonte de Poder	personalidade (carisma)	propriedade	organização

O trabalho de Galbraith, por ser de natureza didática e de divulgação, tem várias das características contra as quais o trabalho de Foucault se opôs: é uma teoria ahistórica e englobalizante do poder, que procura analisar sua essência, considerando-o como substância, possuída por uns e não por outros, e que é sempre usada pelos que a possuem contra os que não, no modelo de “soma zero” herdado da tradição weberiana.

3 - Teorias e discursos sobre o poder.

Galbraith é um de inúmeros autores que debateram o poder. Ao contrário de Clegg, Foucault não utiliza classificações mais rígidas, como a da continuidade/descontinuidade. Ao invés disso, utiliza na análise das teorias e discursos sobre o poder, o mesmo olhar que o tornou famoso por sua Arqueologia e Genealogia,

desvendando nos discursos, sem querer “desmascará-los”, suas correlações, suas regras de formação, sua posição relativa entre si e sua relação com as instituições e práticas de poder cotidianas. Dessa forma verifica até que ponto as visões e teorias dos diversos pensadores sobre o poder ajudaram a formar e transformar as diversas modalidades de poder, ou seja, como essas teorias podem ter sido utilizadas elas próprias como agentes e fontes de poder, e não apenas como descrições dele, como geralmente se pensa. Também não faz uma classificação rigorosa, nem cria tipos ideais: seu trabalho sobre o tema, registrado principalmente nos cursos de 1976-77, busca retomar o freqüente tema do poder enquanto forma jurídica, centralizada e vertical, fonte da autoridade legitimada pelo contrato social ou medo, rediscutindo alternativas a esse discurso, repensando autores que buscaram brechas nessa visão.

Assim, três grandes visões acabam sendo discutidas por Foucault em seu curso (FOUCAULT, 2002c). Uma delas que é a tradicional, chamada de visão jurídica, do poder enquanto contrato, no limite transformado em opressão, constituinte da soberania, e um outro discurso, que se opõe frontalmente ao primeiro, de guerra-repressão, do poder enquanto dominação, e da soberania obtida através da conquista, do saque, da exploração. No meio delas também se imiscui uma visão que poderíamos chamar de mercadológica, que Foucault não se preocupa em definir uma classificação, às vezes tratando-a como forma discursiva particular, às vezes tratando-a como subcategoria do discurso jurídico.

Como discutido no capítulo 2, qualquer forma de ciência social não só tem que discutir o poder enquanto categoria social importantíssima, mas mais do que isso, tem a difícil missão de enxergar como ela própria é afetada, determinada, conduzida pelo poder/poderes. Aparentemente o desejo de Foucault era mais do que o de realizar uma reflexão sobre o poder e a ciência, discussão já realizada na inseparabilidade entre saber e poder, e na disciplinarização institucional das ciências: desejaria analisar os discursos sobre o poder além da dicotomia legitimadores ou críticos do poder; conceitualizar os discursos sobre o poder como discursos de poder, com força e razões próprias, com implicações políticas e sociais.

Visão mercadológica: o poder enquanto sistema econômico-político

Como dito antes, a multiplicidade de visões sobre o poder é resumida por Clegg (1993) por sua característica de continuidade ou descontinuidade. A continuidade é caracterizada pelo assim chamado efeito de Soma Zero: o poder é entendido em sua forma absoluta, ou seja, ele é uma coisa, detido por alguém, e que é exercido ao se utiliza-lo sobre outro alguém. O nome é retirado da teoria dos jogos, do princípio que em alguns jogos se uma parte ganha, a outra perde.

Dessa forma, na guerra por recursos, sejam materiais, políticos ou simbólicos, o poder torna-se a chave e a commodity da política, sendo possuído, trocado, torna-se ele próprio coisa. Assim o poder não é tanto o domínio sobre os recursos de qualquer natureza, o poder é o recurso sobre o qual se procura ter a primazia (GIDDENS, 1998, p. 251). Essa abordagem pode até ser considerada simplista comparada com a abordagem descontínua, que enfoca o poder como um conjunto de práticas discursivas, sutis, capilares e estruturais. No caso de Morgan (1996, p. 164), percebe-se isso na sua descrição das fontes de poder nas organizações (Quadro 4), que em sua descrição “dão aos membros da organização uma variedade de meios para ampliar os seus interesses, resolvendo ou perpetuando os conflitos organizacionais”.

Quadro 4 - Fontes de poder nas organizações segundo Morgan (1996, p. 164)

As mais importantes fontes de poder dentro das organizações segundo Morgan:

- 1 - Autoridade Formal
 - 2 - Controle sobre recursos escassos
 - 3 - Uso da estrutura organizacional, regras e regulamentos
 - 4 - Controle do processo de tomada de decisão
 - 5 - Controle do conhecimento e da informação
 - 6 - Controle dos limites
 - 7 - Habilidade de lidar com incerteza
 - 8 - Controle da tecnologia
 - 9 - Alianças interpessoais, redes e controle da “organização informal”
 - 10 - Controle das contra-organizações
 - 11 - Simbolismo e administração do significado
 - 12 - Sexo e administração das relações entre os sexos
 - 13 - Fatores estruturais que definem o estágio da ação
 - 14 - O poder que já se tem
-

Analisando criticamente o quadro de Morgan percebe-se a redundância da definição de poder como “controle de recursos” ou como recurso em si (fontes 2, 3, 5, 7, 8, 10, 11, 14). Muitas das “fontes” (1, 3, 4, 6, 11, 12, 13, 14) também deviam ser consideradas não enquanto fontes em si, mas derivadas do poder estrutural burocrático das regras e de sua legitimidade. Além disso, como podem teórica ou praticamente ser separadas as fontes 1, 3, 4, 11, 12 e 13, principalmente as referentes à autoridade formal, uso das regras e controle do simbolismo e da linguagem? Na realidade, muitas dessas “fontes” só podem ser entendidas pela abordagem descontínua enquanto práticas discursivas e disciplinares inerentes à estrutura organizacional, pois sabe-se que o poder é inerente à autoridade e é legitimado através de regras (Clegg, 1993): pergunta-se então se essas “fontes” tiram seu poder da legitimidade das regras, ou se geram essa legitimidade pela força da autoridade. (GIDDENS, 1998, p. 249).

Giddens (1998, p. 241) ao discutir a obra de Parsons, que sustentou a Galbraith (1984) e vários outros, recorda que foi ele que usou o termo “soma zero” para rotular o trabalho de Wright Mills (A elite do poder): “[Para Parsons] essa concepção [da soma zero] tendia a gerar uma perspectiva a partir da qual todo exercício de poder apareceria como servidor de interesses parciais [...] o poder seria concebido de modo mais adequado por analogia [...] a uma relação onde ambos os lados pudessem ganhar” (GIDDENS, 1998, p. 242). É importante notar que a metáfora econômica é usada muitas vezes com o sentido de “soma zero”, talvez pela complexidade da leitura de Parsons.

Parsons, como é sabido, levou às últimas conseqüências a metáfora da mercadoria, pensando todo o sistema político em analogia com o sistema econômico: o poder era o equivalente do dinheiro para o sistema político, meio circulante entre os agentes, equilibrando suas necessidades e desejos (ROCHER, 1976, p. 96): “[na definição de Parsons] o político compreende toda a forma de tomada de decisões e de mobilização de recursos humanos, em vista de um objetivo definido (mais ou menos explicitamente) e perseguido por uma coletividade dada”. Definição nada parecida com a de filósofos políticos como Hannah Arendt (1999) pois reduz a pluralidade da condição política a uma divergência de opiniões suscetível a uma nivelção pela média

(preço de mercado) e ao estabelecimento de objetivos supostamente definidos e supostamente maiores.

Dessa forma, o poder tornava-se o equivalente da moeda; a relação de trocas e de interações entre o subsistema político e outros podia ser descrito do mesmo modo que as interações do sistema econômico; as instituições políticas eram análogas as instituições econômicas; a “funcionalidade” do poder, ou o quanto ele atendia aos objetivos coletivos, era paralelo ao conceito de riqueza⁶; a confiança dos eleitores nos seus governantes era semelhante ao volume de crédito disponível no mercado; o “monopólio legítimo da força” do Estado era processo idêntico ao da centralização dos dispositivos monetários nos Bancos Centrais, etc. (GIDDENS, 1998; ROCHER, 1976).

Embora o trabalho de Parsons ser quase tipo ideal da visão mercadológica do poder, o trabalho de Foucault, de foco mais histórico, preocupava-se com a genealogia da análise dos poderes deduzida da economia, concentrando-se nos pontos em comum entre a concepção jurídica do poder, a concepção liberal do poder político dos filósofos do século XVIII, e a concepção marxista (FOUCAULT, 2002c, p. 19)

Para a teoria clássica do direito, o poder é considerado um direito, semelhante ao de um bem, e que se poderia, do mesmo modo, alienar ou transferir mediante um ato de vontade, na forma de contrato (HOBBS, 2002; ROUSSEAU, 2003) e portanto capaz de ser pensado em paralelo com o meio econômico, e suas operações de troca e contrato entre partes: “analogia, por conseguinte, manifesta, e que corre ao longo de todas essas teorias, entre o poder e os bens, o poder e a riqueza” (FOUCAULT, 2002c, p. 20).

Foucault também enxergou no marxismo a concepção econômica do poder, pois no marxismo encontra-se uma “funcionalidade econômica”: ao considerar todo o aparato político e superestrutural (poder simbólico) como epifenômenos das relações de produção, com o único objetivo de mantê-las através da dominação de classe, Marx fazia com que o poder político encontrasse na economia sua razão de ser histórica.

⁶ “Riqueza” entendida como o valor produzido pela sociedade, a renda macro-econômica, que é diferente do dinheiro, meio circulante. O dinheiro não tem valor em si, apenas enquanto elemento que possibilita a troca e a realização do valor econômico.

Foucault, deixava em aberto seus questionamentos sobre a visão mercadológica do poder:

Primeiramente: o poder está sempre numa posição secundária em relação à economia ? É sempre finalizado e como que funcionalizado pela economia ? O poder tem essencialmente como razão de ser e como finalidade servir à economia ? Está destinado a fazê-la funcionar, a solidificar, a manter, a reconduzir relações que são características dessa economia e essenciais ao seu funcionamento ? Segunda questão: o poder é modelado com base na mercadoria ? O poder é algo que se possui, que se adquire, que se cede por contrato ou por força, que se aliena ou se recupera, que circula, que irriga esta região, que evita aquela ? Ou então, é preciso, ao contrário, para analisá-lo, tentar lançar mão de instrumentos diferentes, mesmo que as relações de poder sejam profundamente intrincadas nas e com as relações econômicas, mesmo que efetivamente as relações de poder constituam sempre uma espécie de feixe ou de anel com as relações econômicas ? E, nesse caso, a indissociabilidade entre a economia e o político não seria da ordem da subordinação funcional, nem tampouco da ordem da isomorfia formal, mas de uma outra ordem que se trataria precisamente de revelar. (FOUCAULT, 2002c, p. 21).

Foucault não deixa totalmente claro, em seus cursos, o papel que o discurso econômico exerce enquanto discurso de poder, e não apenas enquanto discurso sobre o poder, apenas apontando hipóteses em suas teses sobre governamentalidade. Sennellart (1995, p. 7) aponta uma chave na análise de Foucault da origem do liberalismo e de sua utilização enquanto crítica do poder do Estado: “Foucault analisa o liberalismo não como teoria econômica ou jurídica, mas como uma certa prática refletida de governo. Ele o opõe ao modelo do Estado de polícia, que dominava, até o século XVIII, a maior parte das monarquias européias [...] Opõe as duas lógicas [Estado de bem-estar ou Estado mínimo] não em termos de direito, mas de racionalização”.

As respostas para as origens dessa nova lógica, crítica não apenas das práticas despóticas do Estado absoluto, “mas da própria racionalidade do governo, como princípio que estrutura a sociedade” (SENNELLART, 1995, p. 8), encontrar-se-iam na transposição das idéias de Adam Smith para o terreno político, feita por liberais como Thomas Paine. Na visão smithiana, que Hannah Arendt chamava de visão do *Homo faber*, a idéia principal é que os mecanismos naturais de troca, divisão do trabalho, e busca egoísta do bem individual, convergem espontaneamente para a prosperidade, ordem e bem comum, tornando-se assim a política e o Estado algo mais do que inúteis, estorvos contraproducentes. A análise de Foucault sobre a mão invisível de Smith não estaria sobre os aspectos transcendentes ou teológicos de tal mão, e sim concentrando-se

sobre a importância de sua invisibilidade. A impossibilidade de que qualquer agente econômico pretenda-se um regulador mais eficiente do que a providência, também implica que nenhum agente político pode representar o interesse geral: o soberano seria sempre “cego”, impossibilitado de ver a melhor ação capaz de compor os múltiplos interesses. A partir da visão desse autor podemos entender, na obra foucaultiana, o poder do discurso mercadológico *sobre o poder* na sua analogia entre os meios políticos e econômicos, e na inevitabilidade de sistemas naturais auto-reguladores que tornem obsoletas as instituições do Estado.

Visão Jurídica versus o modelo da Guerra

A visão jurídica, como dito antes, é a grande base filosófica do poder, contra a qual Foucault se insurgiu para criar sua analítica do poder. Deve-se entender que toda a teoria do direito preocupou-se em discutir os problemas da soberania e da legitimidade, e foram justamente esses os problemas que Foucault recusou-se a discutir, afastando-se deles propositadamente: “Dizer que o problema da soberania é o problema central do direito nas sociedades ocidentais significa que o discurso e a técnica do direito tiveram essencialmente como função dissolver, no interior do poder, o fato da dominação, para fazer que aparecessem no lugar dessa dominação [...] duas coisas: de um lado, os direitos legítimos da soberania, do outro, a obrigação legal da obediência”. (FOUCAULT, 2002c, p.30).

Nas próprias palavras do filósofo, o problema era curto-circuitar o discurso tradicional do direito, invertendo sua lógica, que sempre foi a da soberania e da obediência dos indivíduos submetidos a essa soberania, procurando fazer surgir a lógica mais difusa da dominação-submissão. Assim não se preocupa em como a soberania pôde ser constituída, e como derivam dela os poderes do rei. Sobre o problema da soberania, Albuquerque (1995) considera um trecho da *História da Sexualidade: a vontade de Saber* como fundamental, onde o filósofo se propõe como missão construir uma concepção do desejo sem a lei e do poder sem o rei; fundamental porque, na tradição do pensamento ocidental, o poder (enquanto coisa, objeto) ainda repousa nas mãos do rei (Estado, organização) e ilustra que “não é possível, na tradição do pensamento político moderno, pensar o poder sem aqueles que o possuem”

(ALBUQUERQUE, 1995, p. 107). Pouco importa assim se a unidade do poder assuma a "fisionomia do monarca ou a forma do Estado", a multiplicidade dos agentes políticos, na verdade a própria constituição do poder político, só pode se dar a partir do momento de formação da unidade de poder, da soberania. Sobre o problema da legitimidade, "a teoria da soberania mostra, tenta mostrar, como um poder pode constituir-se não exatamente segundo a lei, mas segundo uma certa legitimidade fundamental, mais fundamental do que todas as leis, que é um tipo de lei geral de todas as leis e pode permitir às diferentes leis funcionarem como leis" ((FOUCAULT, 2002c, p.50). O problema da legitimidade persiste de várias formas nos dias de hoje, seja nas relações internacionais, nas discussões pós-Parsons (GIDDENS, 1998) ou na pesquisa organizacional no estudo da autoridade enquanto poder legitimado pelo meio social (NEVES E FERNANDES, 2000).

A pedra fundamental da teoria da soberania a qual Foucault se refere é obviamente o trabalho de Hobbes (2002), e seu Leviatã, cujo corpo é formado pela coagulação dos corpos de seus súditos, mas a cabeça do corpo, constituída pelo rei, é a alma transcendental do Leviatã, que é superior a todas as outras forças internas, e que como dito, só dentro da influência do Leviatã, e do seu poder de vida e morte, termos como autoridade, leis, contratos e poder têm sentido. Se para Arendt (2001), Hobbes, como "primeiro filósofo burguês", desprezou a constituição da sociedade anteriormente ao Estado, seja nos moldes de um Clastres ou de um Durkheim, pois na nova formação burguesa a esfera pública já havia se corroído, para Foucault o ponto mais importante do Leviatã é a constituição de uma mitologia da história, de um momento fundador na história que é ao mesmo tempo ahistórico, e que por isso mesmo constitui basicamente um discurso *de* poder, e não mais sobre o poder. Contra esse discurso que enxerga a formação de uma visão do poder constituído a partir da guerra, da conquista e da dominação: um discurso no qual a lei não é pacificação, e sim a vontade do vitorioso sobre seus conquistados; inversão portanto do aforismo de Clausewitz, a política é a continuação da guerra por outros meios, só que mais surdamente, tendo que se decifrar a guerra sob a aparência de paz e harmonia dos conquistadores.

O discurso da guerra muitas vezes é atribuído à Hobbes, o que na visão de Foucault é algo totalmente errôneo. A primeira vista isto pode parecer estranho, seja

pela conhecida “guerra de todos contra todos”, seja por até hoje a formulação de Hobbes do poder transcendental orientar as discussões das relações internacionais (HARDT e NEGRI, 2001) e o papel de organizações como a Liga das Nações e a ONU⁷. No entanto a mitologia de Hobbes não fala realmente de um estado de “guerra”, de oposição bipolar, e sim de um estado próximo ao da “guerra civil”, de tensão ou desconfiança, sem lutas, entre a multiplicidade de atores egoístas. Contra a mitologia da história, ahistórica, o discurso de guerra seria aquele que sempre estabelece um momento, um acaso, uma descontinuidade que estraçalha o mito do contrato universal da soberania, sendo portanto a luta do discurso histórico contra o ahistórico. E na verdade, seria justamente contra esse discurso que Hobbes teria levantado-se: contra o discurso nas lutas civis que fraturava a Inglaterra naquele momento histórico (FOUCAULT, 2002c, aula de 8 de fevereiro de 1976). Continuando em seu curso de 1976, o filósofo analisa como a partir do discurso de guerra de Boulainvilliers pode-se criar uma genealogia de discursos tão díspares quanto o do racismo, em conexão com sua noção de biopoder (ver ORTEGA, 2001), ou o discurso de classe marxista.

Concluindo a exposição desse ítem, deve-se ressaltar a importância para Foucault de compreender os discursos sobre o poder, como tendo poder em si e influenciados pelos agentes e eventos de seu tempo; de entender o discurso jurídico e guerra como opostos digladiantes, que determinam até hoje estratégias e lutas no campo político; e de que a base da noção de soberania encontra-se num discurso ahistórico, mitológico, tendo que ser combatido então por um discurso histórico.

Genealogia ou Ideologia

Para se entender a obra de Foucault, é importante compreender a sua inversão de ideais iluministas, e da sua perpétua desconstrução de saberes e teorias. Para Knights (1992) o projeto de Foucault é de um “ativismo radical” que rejeita qualquer fundação firme, seja de verdade objetiva e eterna ou de relações essenciais escondidas pela aparência; assim o projeto do filósofo era sempre o de demonstrar as relações de poder nas verdades confortáveis e assim causando desconforto tanto entre os positivistas quanto nos adeptos das teorias críticas.

⁷ Um exemplo curioso está na resposta de Freud a Einstein, que o inquiria se a psicologia poderia um dia descobrir como evitar as guerras. A resposta de Freud é que a melhor maneira de se impedir a guerra seria com a formação de um organismo supranacional, cuja concentração militar impediria novas guerras

O projeto genealógico veio da genealogia de Nietzsche (FOUCAULT, 1989, cap. II, “Nietzsche, a genealogia e a história”, p. 15-38), e de sua profunda desconfiança pelas certezas, verdades e saberes iluministas: “para ambos, a reivindicação de objetividade mascara motivações subjetivas, narrativas grandiloquentes escondem os mais baixos motivos e acidentes e mentiras pavimentam a marcha da história” (BURREL, 1988, p. 224). Por exemplo, Nietzsche sobre o conhecimento:

Mas hei de repetir cem vezes que a ‘certeza imediata’, do mesmo modo que o conhecimento absoluto e a ‘coisa em si’ encerram uma *contradictio in adjecto* ! Dever-nos-íamos libertar da sedução das palavras ! Que o povo acredite que o conhecimento consiste em se conhecer uma coisa até ao fim vá lá, mas o filósofo deve dizer: ‘quando eu analiso o processo expresso na proposição ‘eu penso’ obtenho uma série de afirmações temerárias difíceis, se não impossíveis de fundamentar. Afirmações do tipo: que sou eu quem pensa, que tem de existir em absoluto algo que pensa, que pensar é uma atividade e o efeito de um ser considerado como causa, que existe um ‘eu’, enfim que já está estabelecido o que se deve entender por pensar, que eu *sei* o que é pensar. [...] Ao invés desta ‘certeza imediata’ em que o povo talvez acredite no caso apontado, o filósofo fica com uma série de questões de metafísica, verdadeiros problemas de consciência do intelecto...(NIETZSCHE, 2002, p. 69)

É importante ressaltar que Foucault (1989, p.7) rejeita a ideia de ideologia; para ele a ideologia deve estar sempre numa oposição a algo que chama-se “verdade”; a ideologia está sempre em posição secundária a algo que deve funcionar como infraestrutura ou determinação econômica, material, etc.; para ele o importante seria ver “historicamente como se produzem efeitos de verdade no interior dos discursos que não são em si nem verdadeiros nem falsos”.

Machado (1989, p. XXI) ressalta essa característica da obra foucaultiana:

Uma grande novidade que essa pesquisa atual tem apresentado é de não procurar as condições de possibilidade históricas das ciências humanas nas relações de produção, na infra-estrutura material, situando-as como uma resultante super-estrutural, um epifenômeno, um efeito ideológico. A questão não é a de relacionar o saber – considerado como ideia, pensamento, fenômeno de consciência – diretamente com a economia, situando a consciência dos homens como reflexo e expressão das condições econômicas. O que faz a genealogia é considerar o saber – compreendido como materialidade, como prática, como acontecimento – como peça de um dispositivo político que, enquanto dispositivo, se articula com a estrutura econômica. Ou, mais especificamente, a questão tem sido a de como se formaram domínios de saber – que foram chamados de ciências humanas – a partir de práticas políticas disciplinares.

A genealogia não compreende o conceito de ideologia, pois não pretende substituir um conhecimento falso por um verdadeiro, mas tampouco ela assume o ideal pós-modernista de que todas as palavras e conceitos são igualmente verdadeiros (KNIGHTS, 1992, 2002). O propósito mais profundo do genealogista, segundo Hook (2001) é de mostrar “o profundo segredo que as coisas não tem essência”, questionar os pressupostos de cientificidade e de verdade das teorias e das grandes narrativas. Para Burrell (1988, p. 224) a “genealogia é oposta a história tradicional e à procura por leis intrínsecas e finalidades últimas[...] A genealogia se interessa pelo superficial e pelo inesperado. A realidade não cobre uma essência escondida. Ela é como aparenta”.

É cheia de contradições e lutas a questão particular da resistência política para Foucault, pois para muitos sua visão é cínica ou pessimista, condenando o Homem a uma condição patética e inescapável. Apesar de Foucault reconhecer repetidamente a importância e inevitabilidade das resistências dentro dos esquemas disciplinares, considerados pontos de apoio nos quais a rede de poder se assenta, não é muito claro se o filósofo acreditava nas possibilidades de emancipação do ser humano através dessas microresistências, ou de que elas, ou a genealogia, poderiam ser usadas como instrumentos políticos, modificando a microfísica do poder. Além disso a inevitabilidade das resistências, restringe-se ao aspecto da vigilância/disciplina, e não é tratada nas discussões sobre biopoder, governamentalidade e ética de si. Deve-se lembrar, entretanto, o papel que a própria discussão do filósofo teve, no fortalecimento do hoje forte movimento anti-manicomial. Uma frase esclarecedora sobre a opinião do filósofo, ou talvez da ambivalência das suas opiniões, pode ser encontrada em sua descrição sobre o papel da genealogia:

A genealogia seria, pois, relativamente ao projeto de uma inserção dos saberes na hierarquia do poder próprio da ciência, uma espécie de empreendimento para dessujeitar os saberes históricos e torná-los livres, isto é, capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico unitário, formal e científico. A reativação dos saberes locais – “menores”, talvez dissesse Deleuze – contra a hierarquização científica do conhecimento e seus efeitos de poder intrínsecos, esse é o projeto dessas genealogias em desordem e picadinhas.[...] a partir do momento em que se valorizam, em que se põe em circulação essas espécies de elementos de saber que tentamos desencavar, não correm eles o risco de ser recodificados, recolonizados por esses discursos unitários que, depois de os ter a princípio desqualificado e, posteriormente, ignorado quando eles reapareceram, talvez estejam agora prontos para anexá-los e para retomá-los em seu próprio discurso e em seus próprios efeitos de saber e de poder ? (FOUCAULT, 2002c, p. 15)

Genealogia e Arqueologia

Knights (1992), Burrell (1988) e Motta e Alcadipani (2003) classificam a obra foucaultiana em três etapas, ou deslocamentos de ênfases metodológicas: a Arqueologia, a Genealogia, e a Ética. Para Motta e Alcadipani (2003), na Arqueologia tratou-se de descobrir quais as formações discursivas e quais as possibilidades de formação dos saberes das ciências humanas; encarados não como “verdades ou mentiras”, mas como “discursos-objeto”, procurando suas regras internas, suas regularidades, suas possibilidades de formação; na Genealogia passou a investigar as relações entre poder, verdade, discurso, instituições e práticas sociais; na Ética tratou da constituição do sujeito por meio de procedimentos do cuidado e reflexão sobre si, sem a presença de códigos e disciplinas.

Quadro 5 - Arqueologia da positividade das ciências humanas (KNIGHTS, 2002, p. 577)

Representação de:	Através da:	Objetificação de:	Efeitos de Verdade em normas sobre:
Vida	biologia	o corpo e suas funções	saúde
Linguagem	lingüística	a fala e a comunicação	bem estar
Trabalho	economia	produção e comércio	riqueza

Para Knights (1992), a chave para se entender as três etapas está numa frase de Foucault que, refletindo sobre seu trabalho, concluiu que o assunto principal de sua obra “não era o poder, mas o sujeito”. Assim, haveria três domínios de sua pesquisa: o estudo sobre a história dos sujeitos de conhecimento, dos sujeitos de poder agindo sobre outros, e os processos pelos quais os indivíduos constituem a si como seres éticos e morais. Knights (1992) conclui que desse ponto de vista, sua obra trata de três modos de objetificação da existência humana, da transformação de seres humanos em objetos:

Primeiro, na fase arqueológica, Foucault examina os discursos que reivindicam o status de ciência que geram a lingüística, economia e biologia através da objetificação da fala, produção e dos corpos vivos. Segundo, na fase genealógica ele estudou as múltiplas maneiras em que a objetificação ou estereotipação de indivíduos ou grupos tinha o efeito de dividi-los internamente de si mesmos e externamente dos outros. O estigma associado ao louco, ao doente, ao criminoso, ao negro, ao pobre, ao desempregado, e assim por diante, gera uma objetificação que não apenas classifica e contém os desviantes, mas também “normaliza” o restante da população. [...] Finalmente,

no período ético, Foucault preocupava-se com a subjetificação, ou os modos pelos quais indivíduos tornam-se objetos de si mesmos de modo a reconhecer e se comprometer com um senso particular de sua própria subjetividade. Foca assim no auto-formação ativa dos sujeitos e examina discursos e práticas particulares, dentro do domínio da sexualidade, por exemplo.

Quadro 6 - Diferenças entre o método Arqueológico e Genealógico, segundo Burrel (1988, p. 229)

O mesmo	e	O diferente
<i>O método arqueológico</i>		<i>O método genealógico</i>
Descobre as regras que regulam e governam as práticas sociais, e que são desconhecidas para os atores envolvidos		Registra as singularidades dos eventos superficiais, olhando para o significado de pequenos detalhes, mudanças despercebidas e contornos sutis
é possível obter um distanciamento parcial desses laços institucionais através de uma delimitação de si por uma “aceitação da verdade”		Não há essências fixas ou leis subjacentes. Há descontinuidade e arbitrariedade. Como o mundo é do modo que aparenta, busca-se seus “segredos superficiais”
Age-se como um ‘escavador’, revelando-se as profundezas e a interioridade		Age-se como um registrador de acidentes, acaso e mentiras. Oposta à procura por profundidade e interioridade

4 - Analítica do Poder

Poder Disciplinar

Para Foucault (1987), a disciplina está na arte de se fabricar corpos ao mesmo tempo submisso e exercitados, os corpos “dóceis”. É dócil um corpo que pode ao mesmo tempo ser submetido, utilizado, transformado e aperfeiçoado. Dessa forma o corpo encontra-se sob o máximo de controle e previsibilidade, ao mesmo tempo que se extrai o máximo de sua utilidade. Ao contrário dos outros sistemas de poder, que exerciam seu efeito visivelmente sobre o corpo, marcando-o, através da tortura e da punição, o sistema disciplinar consegue seu poder de sua sutileza e de sua invisibilidade.

Invisível porque desaparece a figura coercitiva do poder que traz a punição e o suplício: o controle se dá de forma mais ambígua, internalizada e positiva, não destruindo, mas construindo um sistema de individualidades, identidades e

posicionamentos, dentro do qual pode-se dominar os corpos. Ao contrário das visões mais jurídicas, o poder da dominação encontra-se justamente na possibilidade de, ao não gastar energia com a punição das revoltas, poder extrair o máximo de utilidade do sistema. Assim, mais que suprimir as revoltas, o poder disciplinar tende a lhe oferecer canais específicos, de modo que a revolta seja incorporada à estrutura de poder, processo através do qual acaba legitimando essa mesma estrutura.

Sutil porque, além da impossibilidade de se escapar à estrutura de poder através da força, encontra-se a todo momento, através da vigilância contínua, uma mistura de punição e recompensa. Mas para que o sistema funcione, a vigilância deve ser total, e assim quem a exerce não pode ser um poder isolado, e sim cada elemento da rede exercendo sua vigilância sobre todos os outros, ou ainda “a invisibilidade do poder é compensada pela vigilância absoluta” (FOUCAULT, 1989). A visão Foucaultiana rejeita a divisão simplista entre exploradores e explorados, ao considerar que ambos encontram-se presos dentro de sistemas dos quais não podem sair e nem mudar.

O primeiro elemento do poder disciplinar encontra-se na arte da distribuição dos indivíduos no espaço. A forma mais antiga e antiquada do controle do espaço é o da cerca, sempre utilizada tanto em colégios quanto em quartéis e prisões, mas em muitas fábricas e empresas encontram-se catracas ou outras formas mais sutis que tornam a cerca obsoleta: isso porque o propósito da cerca sempre é duplo, pois ao mesmo tempo que impede outros de entrar (segurança), impede ou controla os outros de sair, permitindo que sempre se saiba onde um indivíduo se encontra. As novas tecnologias de vigilância permitem que se saiba onde e por quanto tempo cada indivíduo esteve durante sua permanência dentro da empresa.

O segundo princípio é o do quadriculamento do espaço, sua divisão em matrizes numeradas. Dessa forma temos cada indivíduo em seu lugar, e em cada lugar um indivíduo:

Evitar as distribuições por grupos; decompor as implantações coletivas; analisar as pluralidades confusas, maciças ou fugidias. O espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quanto corpos ou elementos há a repartir. É preciso anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento controlado dos indivíduos, sua circulação difusa, sua coagulação inutilizável e perigosa; tática de antideserção, de antivadiagem, de antiaglomeração. Importa estabelecer as presenças e ausências, saber onde e como encontrar os

indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar. A disciplina organiza um espaço analítico". (FOUCAULT, 1987, p. 123)

As regras desse quadriculamento do espaço servirão para aos poucos, segundo Foucault, codificar os espaços das instituições e suas arquiteturas, não apenas vigiando e cerceando as comunicações perigosas, mas principalmente ao criar um espaço útil, adequado ao processo produtivo, resultando numa divisão funcional rigorosa. Divide-se a produção e o processo de trabalho, articulando-o em fases, estágios ou operações elementares, e assim cada indivíduo que é agente de um elemento da rede é o seu agente particular, e cada variável de produtividade pode ser analisada, contabilizada e aperfeiçoada.

Dessa maneira temos que a divisão do trabalho e a disciplinarização do espaço influenciaram-se mutuamente, e as duas na formação da conceituação da organização atual. Para Foucault, a racionalização, padronização e divisão do trabalho, vigilância e controle sobre o trabalhador, e outros processos de dominação, identificados por exemplo em Braverman (1987), não foram criados por uma necessidade ou ideologia de classe. Esses processos já teriam sido criados quase dois séculos antes, nas escolas, nos asilos, nos quartéis, nos monastérios, nas prisões, constituindo uma forma de tecnologia, que foi importada para a fábrica quando esta começou a se organizar.

Toda a estruturação das organizações, como estamos acostumados, mostra os aspectos disciplinares. O cargo, por exemplo, é um elemento estruturador do espaço ocupacional de cada funcionário, e tem como elemento principal a *diferenciação*. Não apenas dividindo o trabalho em suas formas tradicionais, segundo a função e segundo o status, entre os que pensam e os que executam, e entre os que têm poder e os que não têm, mas pelo seu poder de individualização numa localização no espaço social da organização. Assim, os elementos em si são intercambiáveis, pois cada um se define apenas pela posição que ocupa na estrutura, e pela distância que o separa dos outros. A unidade elemental dessa estrutura é, portanto, não o seu espaço geográfico, mas a posição na fila: o lugar que esse alguém ocupa numa classificação, num arranjo que distribui os copos e os faz circular numa rede de relações. (Foucault, 1987, p. 125).

A sutileza do enquadramento das posições em uma estrutura em fila, é que o arranjo possível organiza as pessoas e se legitima à medida que as organiza. O movimento em fila criado pela disciplina exige novas disciplinas, para certificar o processo (carreira, promoções) através de provas, concursos, avaliações de desempenho. Os indivíduos, como jogadores de um grande tabuleiro, movem-se de tarefa em tarefa, de prova em prova, e através de cada prova, movem-se para espaços de dificuldade crescente, deslocando-se por uma série de casas, construindo-se no processo uma hierarquia dos saberes e das capacidades dos ocupantes dessas casas, e assim legitimando o poder que esses têm sobre os ocupantes das casas inferiores.

Além do controle do espaço destaca-se como característica primordial do poder disciplinar a capacidade de ordenar o tempo, assim controlando as atividades, rompendo as estruturas tradicionais, circulares, por outras mais úteis ao processo produtivo, lineares e contínuas. Enquanto as estruturas tradicionais eram circulares, compostas pelos ciclos das estações, das luas e das pessoas, nascer e morrer, plantar e colher, a estrutura linear é composta por momentos que podem ser ordenados e divididos através de horários, cronogramas, projetos e metas. Cada uma das subdivisões do tempo é acompanhada por subdivisões do trabalho, e assim tanto na fábrica quanto no exército e na escola, os gestos e movimentos são aos poucos decompostos em conjuntos mais eficientes, de maneira a ajustar o corpo aos imperativos da divisão do tempo.

O tempo disciplinar seria mais do que uma maneira de se dividir o tempo de modo a não deixar nada ocioso ou inútil, ou de utilizar exaustivamente cada potencial produtivo, tendendo cada vez mais para maiores subdivisões e rapidez da cada uma dessas subdivisões. A linearidade do tempo disciplinar permite, no caso escolar por exemplo, dividir a duração do aprendizado em segmentos, sucessivos ou paralelos, até um até sua conclusão, determinada e avaliada por uma prova e um produto (o estudante). Essa sucessão de elementos é tão linear quanto possível, seguindo uma complexidade crescente, medida pela avaliação, que tem a tripla função de indicar se o indivíduo atingiu o nível estatutário, de garantir que sua aprendizagem está em conformidade com a dos outros, e diferenciar as capacidades de cada indivíduo. Isso é verdadeiro tanto para os alunos que progridem através de matérias quanto para os soldados e funcionários que tentam o mesmo através de suas carreiras.

A colocação “em série” de todas as atividades, através da ordenação de níveis de progresso e complexidade através da carreira, permite todo um investimento de controle detalhado e de punição a cada momento do tempo, através da reavaliação, da punição, da expulsão, da estagnação. Assim a própria estruturação do tempo como linear, orientado numa direção hierárquica de progresso e evolução, permite que se produza, diferencie e ordene os indivíduos numa competição de cada um consigo mesmo e com todos os outros, novamente individualizando, quebrando as formas coletivas de organização, e permitindo a extração do seu nível máximo de utilidade a cada momento, como mostrado por Pagès (1987). A divisão segundo as classificações ou os graus tem um duplo papel: marcar desvios, hierarquizar as qualidades, as competências e as aptidões; mas também castigar e recompensar. A disciplina, e assim as estruturas de carreiras nas empresas, recompensa unicamente pelo jogo das promoções que permitem hierarquias e lugares; pune rebaixando e degradando, pois o próprio sistema de classificação vale como recompensa ou punição.

Em resumo, para Foucault, a disciplina produz, a partir dos corpos que controla, quatro tipos de individualidade. A individualidade celular (pelo jogo da repartição espacial), orgânica (pela combinação das atividades num todo integrado), genética (pela acumulação do tempo num processo de formação ou produção das pessoas) e combinatória (pela composição das forças individuais). E para tanto utiliza quatro grandes técnicas: constrói quadros (cargos), prescreve manobras, impõe exercícios (treinamento) e organiza táticas. O resultado dessa disciplina é medido por um exame ou avaliação que combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que impõe normas e punições. O exame, seja através da prova escolar, da avaliação dos superiores ou colegas, não se contenta em ratificar um aprendizado ou comportamento: ele é um dos fatores permanentes que constantemente o sustenta, através da sua ritualização na estrutura burocrática. Em sua cerimônia celebra-se o poder da organização, sua ideologia, na formação da realidade coletiva, e dos pressupostos da “verdade” que essa realidade guarda: mistura-se na hierarquia a assimetria de relações de poder e a assimetria de saber, uma justificando a outra.

Dessa forma, conclui-se que, para Foucault, as transformações pelas quais passam as relações de trabalho nada mais são do que sofisticações no uso do poder

disciplinar, aposentando-se o panóptico por instrumentos de vigilância remota, como a Internet, o Celular, o Trabalho à distância (CAPPELLE e BRITO, 2002⁸). E, mesmo transformações aparentemente positivas, como a de menor burocratização das empresas, só podem ser entendidas dentro de uma mesma lógica de um poder em forma de rede da qual não se pode escapar, pois quanto mais se exerce o poder disciplinar mais ele se torna invisível (SILVA e ALCADIPANI, 2001).

Biopolítica e Governamentalidade

De forma às vezes oposta, às vezes conjunta ao poder disciplinar, encontra-se a biopolítica, segundo pilar que completa a analítica do poder. Enquanto as disciplinas atuam sobre o indivíduo, sobre seu corpo, a biopolítica atua sobre o conjunto das pessoas. O campo das disciplinas diz respeito à série corpo – organismo – disciplina – instituições; a biopolítica à série população – processos biológicos – mecanismos regulamentadores – Estado. Forma assim um “conjunto orgânico institucional” complementar a uma bio-regulamentação pelo Estado.

A biopolítica age sobre os conjuntos de processos populacionais, como óbitos, nascimentos, taxas de reprodução, velhice, doenças endêmicas, constituindo uma forma de poder que tem por característica intervir para controlar a vida, aumentando-a, controlando seus acidentes, suas degenerescências, observando-a estatisticamente, registrando-a, criando saberes e discursos a seu respeito.

A influência reguladora da biopolítica não é idêntica à das disciplinas, pois “o que ela procura fazer é agir sobre um grupo de pessoas não para impor uma norma pré-estabelecida, mas para combater certas normalidades vistas como mais desviantes em relação ao que se poderia definir como uma “curva normal geral” [...] não implica uma exclusão mas são caracterizados por uma forma de atuação de “governo”, no sentido da “condução de condutas”” (MOTTA e ALCADIPANI, 2003). São portanto duas formas de tecnologia que se constituem ao redor do mesmo período. Uma tecnologia é individualizante, produz efeitos de utilidade e docilidade dentro das instituições que

⁸ A combinação de tecnologias na formação superpanóptica continuamente multiplica-se e torna-se mais sofisticada: já é possível rastrear a localização de um funcionário, através do seu celular, 24 horas por dia, com a margem de erro de 100 metros; na Inglaterra, cerca de 20 mil empresas já utilizam o serviço (BENEVIDES, 2004)

geram seus sujeitos (as escolas gerando alunos, as prisões gerando prisioneiros, etc.). A outra é centrada na vida, totalizante portanto, massificante e amorfizante. Estão articuladas e não são exclusivas, principalmente por estarem em diferentes níveis: por exemplo, no dispositivo da sexualidade, enquanto controle de um comportamento corporal, depende do controle disciplinar, vigilante, permanente. Só assim é possível controlar a sexualidade, por exemplo na repressão à masturbação infantil: através da vigilância das famílias, professores, inspetores; da arquitetura de quartéis, colégios internos, internatos, que buscavam impedir a masturbação e o homossexualismo; e finalmente da vigilância dos médicos e profissionais de saúde. Nesse ponto a sexualidade se insere dentro de um aspecto biológico amplo, deixando apenas o foco do indivíduo e enquadrando-se no da população.

Extrema valorização médica da sexualidade no século XIX: criação de inúmeras e hoje esquecidas doenças sexuais, com nomes esdrúxulos, baseados nas classificações de Lineu; restam hoje apenas alguns termos, como homossexualismo, e heterossexualismo. O comportamento sexual devasso trazendo uma série de doenças, físicas e morais: a criança que se masturba demais será doente a vida toda, além de poder tornar-se uma degenerada. Surge aí a possível explicação dos degenerados, os excluídos, que devem ser enquadrados pela disciplina: os loucos, os assassinos, os tarados. Degenerescência essa que, se não controlada, fragiliza a própria população, transmitindo as características impuras por gerações e gerações. A norma biopolítica é dupla, ampla e ortogonal, constituindo-se no cruzamento entre a norma da disciplina e a norma da regulamentação (FOUCAULT, 1988; 2002c, aula de 17 de março de 1976), e chegando no seu nó mais apertado na criação do Estado Fascista, que uniu de maneira extrema e ampla as duas tecnologias (ORTEGA, 2001).

O Biopoder é a forma de controle que busca predominantemente a formação de identidades, de éticas, de subjetividades. A tese de “A vontade de Saber” é sabidamente provocadora: a “repressão sexual” escondia sobre si uma operação não de silêncio, mas de fala sobre o sexo, ao fazer com que os indivíduos constantemente superinvestissem seus segredos, confessando-os, procurassem-no, insinuassem-no. Forma de falar sobre a intimidade, e ao falar, criá-la, formatá-la, através da contínua auto-avaliação e a partir do autodeciframento. Deve-se lembrar que hoje em dia a mídia é o dispositivo

pedagógico por excelência, locus privilegiado da “educação” e da “conscientização” das pessoas, através da fala incessante sobre a intimidade e o privado (FISCHER, 2001).

As tecnologias de controle da subjetividade, como entendidas por Foucault, são aquelas em que os conceitos de discurso e poder unem-se na “relação consigo”, é o indivíduo que cria discursos e saberes sobre si mesmo, o sujeito observa-se e reconhece-se como um lugar de saber e produção da verdade. A criação de saberes sobre si é a chave para o auto-controle da subjetividade, da emoção, sempre com um propósito de salvação, “pastoral”. Para Fischer (2002):

Falar de sujeito, para Foucault, é falar de modos de subjetivação. Suas pesquisas, em sua maior parte, segundo ele mesmo, sempre estiveram interessadas em indagar sobre o sujeito, mais especificamente sobre como se instituiu um "conhecimento de si", a longa história de fazer do sujeito um objeto de conhecimento pelo homem; mais ainda: como esse fato de tornar o sujeito cognoscível foi-se fazendo não só possível como extremamente desejável e até indispensável para nós. Foi a partir dessas perguntas que o autor teorizou sobre as "tecnologias do eu", as "técnicas de si" - esses "procedimentos presentes em qualquer civilização, e que são propostos ou prescritos aos indivíduos, para fixar sua identidade, mantê-la ou transformá-la, em função de um determinado conjunto de fins, e isso graças a relações de autodomínio sobre si mesmo ou relações de conhecimento de si por si próprio".

As técnicas de auto-controle parecem ter chegado ao seu ponto máximo de especialização na tecnologia de “auto-ajuda”:

- literatura caracterizada pelos grandes discursos “científicos” sobre como as pessoas são e devem ser: “os adolescentes são assim, “as mulheres gostam de homens que...”, “os filhos querem autoridade dos pais”, etc.
- Caracterizada pelos conselhos que buscam normatizar e padronizar as ações que as pessoas devem seguir em busca de sucesso ou felicidade: “como conquistar um colega de escritório”, “como criar filhos criativos”, “como negociar aumento de salário”, “como economizar no supermercado”
- Caracterizada pelo controle obsessivo do corpo, da beleza, e do sexo: “um superespecial para atear fogo nos lençóis”, “como atingir o ponto G”, “queime 2000 calorias em 6 dias”, “19 hábitos de amor que vão fazer vocês dois serem um grude só” (Na mídia de negócios, a figura do “corpo sarado” parece ter sido freudianamente substituída por outros símbolos de status e posses materiais)

➤ finalmente caracterizada pela investigação constante da própria intimidade, da criação de testes e discursos de verdade sobre si: “descubra que tipo de homem ele é pelo sorvete (!)”, “como saber se ele realmente quer namorar a sério”, “descubra que tipo de profissional é você”, “analise onde você quer chegar em cinco anos”

Percebe-se aí como esses temas são difundidos e naturalizados pela mídia. O controle da emotividade, como aqui descrito, é notório principalmente nas revistas femininas. Nada de surpreendente aí, visto que as técnicas disciplinares, que delimitavam e conformavam o corpo da mulher, há muito tem sido complementadas pelas técnicas de si, apesar de não substituídas, como atesta a transformação obsessiva dos corpos pela cirurgia plástica⁹.

A governamentalidade é o nome pelo qual os procedimentos da biopolítica formam uma ação de “governo das condutas”, uma prática e racionalidade de como governar, uma gestão que busca ser da população e do indivíduo ao mesmo tempo, uma face individualizante e outra totalizante: “tinha sua origem na idéia cristã de um poder pastoral encarregado dos indivíduos, para conduzi-los, com paciência e firmeza, em direção à salvação, e na idéia da razão de Estado, que aparece no século XVI, como princípio de fortalecimento do poder estatal. Estas duas tendências vinham se articular, no século XVIII, na teoria do Estado de polícia, ou seja, de um Estado que tende a aumentar o seu poder, cuidando, de uma maneira minuciosa, da felicidade de seus súditos” (SENELLART, 1995, p. 2).

Portanto, o “governo” não era a simples “instrumentalização da força de um Estado”, mas uma racionalização, uma técnica de saber, uma transformação histórica das relações de poder. As “artes de governar” tratam principalmente de uma verdade que quer ser aceita, e que deve ser aceita para a possibilidade de salvação, aplicando-se à vida cotidiana das pessoas, criando suas identidades e discursos sobre si, nos moldes do poder Pastoral.

⁹ Além de revistas especializadas em cirurgia plástica, existem pelo menos três programas de televisão nesse exato momento que discutem o tema sobre diversas óticas, a mais comum delas é o discurso de transformação pessoal, ou “makeover”, que elimina as infelicidades da vida e modifica a subjetividade, criando um ser “confiante”, “extrovertido”, “amável” e “alegre”

Hardt e Negri (2001) utilizam o conceito de biopolítica para fundamentar sua visão de um novo Império supraglobal que estaria se formando. Utilizam esse conceito dentro de um referencial de transformação do poder, na sua macro e microfísicas, de uma sociedade de disciplina para uma sociedade “pós-moderna” de auto-controle (ver **Erro! A origem da referência não foi encontrada.**, p.19). Os constituintes principais dessa pós-modernidade biopolítica para os autores são 1 – o núcleo econômico torna-se a comunicação e as demais produções simbólicas e afetivas (serviços); 2 – a ocupação das grandes corporações de espaços antes exclusivos dos governos; 3 – a emergência das ONGs como atores fundamentais do campo político, agentes de legitimação do poder e de defesa das “guerras justas”; 4 – assume a forma de um poder não-jurídico, de lógica rizomática¹⁰ e ondulatória, descentralizada, quase sempre invisível.

Esse breve resumo não faz jus às complexas relações entre biopoder, governamentalidade e práticas de poder, mas deve-se lembrar que o próprio trabalho de Michel Foucault sobre o assunto é disperso e incompleto, muito dele baseado apenas em notas de aula, entrevistas e pequenos artigos.

¹⁰ Rizoma é uma raiz, geralmente subterrânea, das monocotiledôneas. A analogia se faz no sentido que, da longa raiz subterrânea, emergem diversos caules, não havendo uma divisão clara se a rizoma é uma raiz que possui diversos “ramos”, ou se são múltiplas árvores conectadas por uma raiz conjunta. Constitui assim uma metáfora muito usada por defensores de um “paradigma pós-moderno” de organização: composta por múltiplas partes independente porém atuando juntas.

CAPÍTULO 2

ANÁLISE DE CONTEÚDO – O DISPOSITIVO DA MÍDIA

1 - Análise da Mídia e Comunicação de Massa

O poder da comunicação de massa, e sua sujeição aos interesses do poder, não é constatação nova ou fenômeno recente. Muchembled (2001) afirma que apenas com a invenção da imprensa, e a divulgação em quantidades industriais de obras como o *Malleus Maleficarum*, que pode criar-se a histeria coletiva da caça às bruxas: antes disso, sequer a imagem do demônio era conhecida pela maioria da população. Para Galbraith (1972), o fenômeno cíclico das bolhas especulativas do capitalismo, pode ser estudado retroativamente até o início da prática do jornalismo, através da expansão descontrolada dos discursos eufóricos capazes de levar a uma bolha especulativa. Assim desde seu início a imprensa teve gigantesco efeito na ordem social, ao promulgar, difundir e legitimar informações e discursos, apesar de sempre ter assumido uma postura de *analista da realidade*, e nunca como um dos seus *formadores*.

Para Foucault, na sociedade moderna, a “economia política” da verdade tem cinco características historicamente importantes: “a “verdade” é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político); é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, meios de comunicação); enfim é objeto de debate político e de confronto social (as lutas ‘ideológicas’) (Foucault, 1989, p 13).

Essas cinco características definem a economia dos discursos de verdade, ou o processo de produção, acumulação e circulação dos discursos verdadeiros, que perpassam e constituem as múltiplas relações de poder na sociedade (Foucault, 2002c). Importante notar que na formação da economia política da verdade, não existe para Foucault a submissão da Superestrutura pelo processo econômico. Como ressaltado em item anterior (Genealogia ou Ideologia – pg 35) o problema foucaultiano não se concentra na “falsa consciência”, ou nas tentativas do aparato econômico de produzir

ideologias auto-legitimadoras: a análise foca em múltiplos discursos, disputando entre si o poder no aparelho sócio-político, e que possuem, todos eles, um caráter de verdade, pelo menos do seu próprio ponto de vista. Talvez ainda mais importante seja lembrar a afirmação de Machado (ver p.25) segundo a qual não se deve procurar na obra de Michel Foucault uma teoria que englobe todo o fenômeno político, pois isso é algo que o filósofo nunca se propôs a fazer: elaborar uma “grande narrativa” sobre a história da sociedade ou uma “macro-física” do poder. Dessa forma, apesar das características da economia política da verdade elencadas acima perpassarem os grandes mecanismos políticos da sociedade, nem por isso tenta-se através dela fazer uma teoria englobadora sobre a política na sociedade moderna.

Ponto fulcral na economia da verdade é a circulação de discursos através da mídia. Se a característica da sociedade atual é a rapidez na circulação de informações (CASTELLS, 2000), não há prova de que essa rapidez realmente melhorou a qualidade da informação acessada, muito pelo contrário. Através da Internet, uma multidão de discursos vazios, boatos, informações plagiadas, incompletas ou distorcidas circulam com velocidade espantosa. Como símbolo máximo da pós-modernidade, não é de se surpreender que a Internet seja caracterizada justamente pela falta de parâmetros absolutos e de referenciais fixos para poder se avaliar a qualidade da informação. Pelo menos até agora, a Internet não modificou fundamentalmente o papel da mídia, pois ela continua sendo o grande Gatekeeper: se por um lado o formador de opinião médio não depende mais exclusivamente da mídia para acessar a informação, precisa-se dela para nos dizer qual a informação “*verdadeira*”: a economia política da verdade para Foucault, a reflexividade da *informação sobre a informação* para Bourdieu (ver p. 58)

É impossível analisar uma categoria tão ampla quanto “mídia” sem investigar inúmeros autores com posições por vezes antagônicas. Em primeiro lugar, o fenômeno da comunicação de massa enquanto acumulação capitalista que promove a monopolização em poucas organizações e a respectiva concentração de poder. As possibilidades de manipulação da sociedade e do poder político são óbvias e vistas cotidianamente, variando da propaganda disfarçada de análise imparcial à censura pura e simples da opinião contrária aos interesses do organismo de comunicação.

Apesar do fenômeno da acumulação de poder e monopolização da mídia, isso não significa que esse poder seja utilizado com um propósito. A mídia possui uma série de objetivos, mas em geral ela não tem um objetivo em si, principalmente o de manipular, controlar, cercear... como discutido anteriormente, se o poder não tivesse um propósito positivo, construtivo, pedagógico, ele não poderia se manter. O discurso tem regras próprias de formação e circulação, que podem promover o obscurecimento, mas por sua natureza deseja sempre a verdade. Assim, o segundo ponto a ser tratado é a visão de Bourdieu do campo jornalístico (e por extensão o campo dos meios de comunicação em massa) e suas regras de funcionamento, principalmente a tendência à homogeneidade e ao falso debate de idéias (na verdade a legitimação de uma série de “idéias prontas”), numa análise estrutural em muito semelhante à de Foucault.

O terceiro e último ponto a ser tratado por sua importância teórica, é a visão do poder da mídia como um fenômeno basicamente totalitário, visão essa com raízes basicamente nos frankfurtianos. A indústria de comunicação em massa teria como característica, absorver, padronizar, homogeneizar e “corromper” toda e qualquer manifestação cultural ou social, destituindo-as de sentido ou valor, e utilizando-as como forma de dominação, massificando o ser humano e transformando-o em máquina de consumo. Muitas críticas atuais ao tema do consumo, como por exemplo a crítica de Klein (2002) ao mundo das marcas corporativas, sustentam que, como previa Debord (2000), mesmo as manifestações contrárias ao sistema capitalista, que propõe formas de resistência ou “contra-cultura”, acabam sendo absorvidas e posteriormente convertidas em força promotora do consumo¹¹.

Formação da Comunicação de Massa – Análise da Mídia e seu conteúdo enquanto capital monopolista

Ao analisar a formação e consolidação do setor jornalístico nos EUA, Bagdikian (1993) nos mostra um importante retrato dos processos que levam a monopolização da mídia e a conseqüente massificação e monopolização da informação. Originalmente, a mídia jornalística refletia o modelo político norte-americano,

¹¹ Exemplo óbvio disso é a imagem de Che Guevara em camisas de grife. Klein discute principalmente as formas de propaganda que apelida de “consumo cínico”: a propaganda que satiriza a si mesma, o consumidor que procura produtos kitsch, desdenhando de sua própria condição de consumidor kitsch. Holt estudou uma série de pessoas fora do “padrão” consumista, e percebeu que eles gastam milhares de dólares para afirmar sua condição de “não consumidores”

extraordinariamente fragmentado, composto 435 distritos eleitorais, mais os 65 mil conselhos e comitês administrativos locais, para os quais são eleitos quase quinhentos mil representantes públicos. Em 1900, por exemplo, havia 1.737 centros urbanos e 2.226 jornais diários, havendo quase que um jornal em cada cidade, muitas tendo diários e semanários concorrentes. O processo de concentração foi pronunciado: em 1980, havia 8.765 centros urbanos e somente 1.745 jornais diários, portanto mais de 7.000 cidades norte-americanas não dispunham mais de jornais próprios.

A análise de Bagdikian é focada num modelo ideal de estrutura fragmentada, na qual a base de cada jornal era concentrada em apenas uma cidade, e era dentro dessa base de leitores que o jornal procurava sua sobrevivência, concentrando-se principalmente na informação política e de interesse direto dessas comunidades, tendo portanto um conteúdo bem distinto do que reconhecemos atualmente como “jornalístico”. Portanto essa análise propõe um modelo de jornalismo “primitivo”, um tipo ideal anterior ao surgimento da comunicação em massa, tendo como base o grande número de concorrentes, um foco temático regional e restrito, uma orientação política similar ao de seus leitores, um baixo número de exemplares, com lucro oriundo do preço de venda. Como todo modelo de tipo ideal, sua principal função é de servir como parâmetro para se analisar a sociedade contemporânea.

A destruição desse modelo teria se dado através do processo de industrialização e acumulação monopolista: a existência dos jornais começou a se tornar dependente mais da satisfação dos anunciantes do que da dos eleitores; os jornais aumentavam de tamanho e abrangência, e assim o aumento dos custos tirava os pequenos de circulação; a base de leitores expandiu-se para dezenas ou centenas de comunidades e cidades, e desse modo os assuntos políticos estritos foram eliminados pela pressão homogeneizadora e teve-se que inventar em seu lugar a “notícia”:

Uma das mudanças foi o aparecimento de uma nova categoria de ‘notícias’ que, na realidade, não eram notícias de verdade. Tratava-se daquela área nebulosa, a ‘matéria fria’, em parte entretenimento de interesse dos leitores, mas quase sempre, material ‘light’, projetado para criar uma disposição consumista que servisse de isca para chamar mais anúncios. O acréscimo das ‘matérias frias’ aumentou o volume dos jornais e diminuiu drasticamente a proporção tradicionalmente dedicada ao centro nevrálgico – os furos jornalísticos e os comentários(...) Os jornais ‘neutralizaram’ a informação por medo de que notícias e pontos de vista fortes, que

agradavam uma parte do público, pudessem ofender uma outra e, conseqüentemente, reduzir a circulação de que dependiam as taxas de publicidade (...) Nas diretrizes básicas da mídia, a suavidade passou a ser o padrão. (BAGDIKIAN, 1993)

Esse tipo de análise lembra a de Braverman (1987), que estudou as transformações na divisão do trabalho e sua organização a partir das regras da concentração e monopolização do capital. Assim, o surgimento de uma classe de gerentes, a especialização e a organização científica do trabalho são entendidas a partir da necessidade de se extrair mais-valia, obter ganhos de escala e de destruição do capital pelo capital. Apesar da análise de Bagdikian provavelmente não se aplicar ao contexto histórico brasileiro, ele retrata o caso norte-americano em sua forma primitiva quase como um tipo ideal do que a mídia *devia ser* para esse autor, um instrumento de democratização da informação e fórum de questões políticas e sociais e como ela tornou-se *o que é de fato*, um instrumento promulgador do consumismo e legitimador da ordem social, e como esse processo pode ser entendido (ou até considerado inevitável) diante das regras de acumulação do capital.

A globalização parece ter acentuado esse processo de concentração, ao contrário de sua proposta teórica inicial, de, pelo lado da demanda democratizar o acesso à informação, e pelo lado da oferta possibilitar a pluralidade e o multiculturalismo da aldeia global. A maximização dos lucros dá-se através da implantação de novas tecnologias em organizações absorvidas por conglomerados cada vez maiores, e distribuição em massa de produtos culturais massificados.

Moraes (1998) estuda a concentração das grandes mídias de comunicação em blocos monopolistas, seja na indústria editorial, fonográfica, de cinema, videogames, vídeos e DVDs, softwares ou mesmo portais da internet: em todas as mídias atuais o conjunto de fatores mencionados acima criam a monopolização da criação e distribuição dos produtos culturais em pouquíssimas companhias, que tendem a unir-se em monopólios ainda maiores, e que tendem a unir essas mídias em hipermídias unificantes. Sobre os efeitos negativos da oligopolização das indústrias culturais, cita Renato Ortiz (Ortiz apud Moraes, 1998, p. 135):

Concentração significa controle. As conseqüências disso são graves, pois as agências transnacionais são instâncias mundiais de cultura, sendo responsáveis pela definição de padrões de legitimação social. Se realmente nos encontramos diante de uma totalidade mundializada, é preciso reconhecer que os mecanismos existentes no seu interior são em boa parte (mas não exclusivamente) moldadas pelas 'indústrias culturais globalizadas'. Elas representam um tipo de instituição que supera em muito o alcance de outras instâncias, cujo raio de ação é limitado. Tanto a escola como as tradições populares têm um âmbito de atuação restrito aos domínios regional ou nacional. Por outro lado, se imaginarmos o mundo como um espaço no qual se afrontam diferentes concepções e ideários políticos, temos que a presença dos conglomerados adquire um peso desproporcional.

Recentemente a formação de grandes monopólios e a concentração de hipermídias tem provocado dúvidas sobre os Big Uncles: o poder das grandes organizações de vigiar os indivíduos, interferir sobre a opinião das populações e restringir a circulação de informações contrárias a seus interesses. Exemplos desse tipo são freqüentes: os magnatas Silvio Berlusconi e Rupert Murdoch utilizam seus impérios de mídia com intenções políticas; a administração Bush promoveu após o 11 de Setembro de 2001, uma onda de nacionalismo pós-ataentado, com o apoio das grandes corporações de mídia, que têm sido acusadas de implantar a auto-censura¹²; e em nível mais restrito, organizações cotidianamente utilizam seu poder coercitivo para intimidar pessoas e impedir a divulgação de fatos que prejudiquem suas imagens (KLEIN, 2002).

As formas de censura econômicas que se estabelecem na circulação da informação não podem portanto ser desprezadas. Para entender um meio de comunicação não podem ser ignorados fatores como quais são os seus anunciantes, seus vínculos estatais ou com políticos, com que outras empresas é coligada ou de que conglomerado faz parte. Impossível entender a Rede Globo sem lembrar sua participação no governo militar, ou o Grupo Abril sem conhecer seu corpo dos maiores patrocinadores. Mas, como relembra Bourdieu: "Essas são coisas tão grossas e grosseiras que a crítica mais elementar as percebe, mas ocultam os mecanismos anônimos, invisíveis, através dos quais se exercem as censuras de toda ordem que fazem da televisão [e as outras mídias] um formidável instrumento de manutenção da ordem

¹² um exemplo atual é a censura do filme do cineasta Michel Moore pela própria distribuidora, a Disney, por denunciar os objetivos financeiros da Guerra do Iraque. Também recentemente o ombudsman do jornal New York Times declarou em sua coluna (30/05/2004) que a cobertura do jornal sobre a guerra no Iraque foi "parcial e "ingênua", com histórias alarmistas e sem confirmação, sendo que as informações publicadas eram tão favoráveis ao Pentágono "que quase era possível ver as condecorações militares nos ombros dos editores".

simbólica” (Bourdieu, 1997, p. 20). São justamente essas formas sutis de censura, controle e dominação que serão examinadas no próximo item, através do fenômeno da “circulação circular da informação”.

A circulação circular da informação – análise da mídia e seu conteúdo enquanto campo social

Longe de estabelecer a diferenciação, como vimos no item anterior, a concorrência nos meios de comunicação promove a homogeneização, como previa Bourdieu (1996, p. 31): “Diz-se sempre, em nome do credo liberal, que o monopólio uniformiza e que a concorrência diversifica. Nada tenho, evidentemente, contra a concorrência, mas observo apenas que, quando ela se exerce entre jornalistas ou jornais que estão sujeitos às mesmas restrições, às mesmas pesquisas de opinião, aos mesmos anunciantes (basta ver com que facilidade os jornalistas passam de um jornal para outro), ela homogeneíza.”

Bourdieu enxerga nisso um campo de forças resultante de uma produção coletiva, extremamente auto-reflexiva, com potentes recursos controladores do discurso, e de uma lógica concorrencial-industrial que banaliza os discursos e, como apontado anteriormente, leva à ‘notícia fast-food’ e ao ‘fast thinking’. Os dois processos se mesclam até certo ponto, resultando numa lógica que é muito clara e independente da razão de seus sujeitos individuais.

O primeiro fator da homogeneidade é a pressão do “furo”, para Bourdieu um criador de isomorfismo: movido pelo medo de ser deixado para trás, o jornalista lê a todos os diários mais importantes e age como se todo leitor também o fizesse, todos os dias. Assim, cada jornal define-se não em relação ao leitor, e sim em relação a todos os outros jornais, e na luta diária por essas diferenças, que escondem grandes semelhanças, esconde-se que esse jogo de espelhos é um “formidável efeito de barreira, de fechamento mental” (p. 33). Essa lógica de comparação e batalha é explicitada no segundo fator da homogeneidade, o índice de audiência, cobrança capitalista do sucesso e do rendimento do capital. A crítica de Bourdieu refere-se a total supremacia desse critério sobre todas as outras necessidades sociais; a de servir como ‘critério de qualidade’ para as obras culturais e manifestações sociais (indigna-se, por exemplo, com afirmações como “a filosofia está em moda esse ano, já que *O mundo de Sofia*

vendeu 800.000 exemplares”), dinamitando os espaços para obras “alternativas”, que precisam de tempo para criar um espaço de aceitação junto ao grande público; e por último na criação de um senso de urgência que impede a reflexão e promove o fast-thinking.

A partir desse ponto, Bourdieu aproxima-se do pensamento Foucaultiano sobre a ordem do discurso... Quando critica os pensadores que participam dos programas de televisão, sabendo que não haverá tempo para uma reflexão verdadeira, Bourdieu afirma que nesse tipo de situação só é possível pensar em condições “em que ninguém mais pensa” quando o que é pensado é uma “idéia feita”: idéias aceitas por todo mundo, banais, convencionais, comuns, mas também idéias que “quando as aceitamos, já estão aceitas, de sorte que o problema da recepção não se coloca (...) A troca de lugares-comuns é uma comunicação sem outro conteúdo que não o fato mesmo da comunicação.”

Essas idéias-feitas, que ele chama de fast-food cultural, alimento cultural pré-digerido e prensado, é construído pela urgência e exigüidade de tempo, e pela seleção de uns poucos falantes obrigatórios sobre cada tópico: aqueles que estão autorizados a falar as banalidades e idéias-feitas precisam de uma autoridade que legitime aquele discurso em toda sua banalidade.¹³

Bourdieu nesse ponto estabelece uma visão quase idêntica à de Foucault quanto aos reguladores internos e externos do discurso. Para Foucault, o discurso, arma perigosa, tem uma série de recursos e mecanismos de validação, criação e exclusão. Rejeita assim a visão da “liberdade criativa”, da possibilidade do indivíduo de não apenas rejeitar os discursos, mas de livremente dizer o que bem entende: o que é analisado na ordem do discurso não limita-se ao que é dito ou pensado, e sim todas as regras de formação e categorias a priori que são partes não apenas do discurso, mas do conhecimento, da razão. Assim, por definição, a possibilidade de pensar fora do discurso é restrita unicamente ao louco, pois isso é que representa o pensar fora da

¹³ A distinção de Bourdieu entre lugar-comum e “pensamento” é nitidamente platônica: o pensamento verdadeiro é aquele que, por sua necessidade demanda tempo (deve ser feito no espaço da universidade e não na movimentada praça pública) e por sua característica é subversivo: deve desmontar as idéias feitas e deve em seguida demonstrar (e assim necessita de tempo para ser explicado ao homem comum).

estrutura de saber, e portanto de poder: estar fora do poder é estar fora das esferas da razão, da comunicabilidade, da sociedade, e nas da loucura e incompreensibilidade (Hook, 2001, p. 522), pois cada sociedade tem seus próprios critérios para determinar suas regras de formação e seus “regimes de verdade” (Foucault, 2002; Geertz, 1989).

Esse princípio Foucaultiano foi encontrado em Bourdieu acima, quando ele não reconhece nos entrevistados televisivos o poder da idéia, da palavra original, individual, literalmente a capacidade do pensamento e da manifestação deste na fala. Bourdieu retrata o fenômeno da pasteurização e da repetição do discurso, pois entrevistados têm pouco tempo para pensar, pouco espaço para falar, e posições políticas e de prestígio a considerar. No entanto percebe-se no impacto de suas palavras a noção do discurso agindo através do indivíduo, afinal o demérito do entrevistado só pode ser atribuído por esse ponto, a falta de raciocínio que ele demonstra ao materializar um discurso que já existia antes de ser pronunciado, na banalidade de verbalizar como se fosse seu pensamento, o discurso que existe na ausência de pensamento, ou talvez, o discurso que dirige o pensamento.

Os princípios da ordem do discurso encontram-se de maneira mais clara na interpretação Bourdieana da reflexividade do meio jornalístico que aparece motivada pela concorrência. “Sempre se faz a pergunta ‘mas quem é o sujeito de um discurso?’”. Nunca se está certo de ser o sujeito do que se diz... Dizemos muito menos coisas originais do que acreditamos. Mas isso é particularmente verdadeiro em universos em que as restrições coletivas são muito fortes e em particular as restrições da concorrência, na medida em que cada um dos produtores é levado a fazer coisas que não faria se os outros não existissem”.

A forma pela qual se manifestam essas restrições coletivas, que agem através da circulação circular, nas características comuns entre os jornalistas (ou pessoas da mídia, falando mais geralmente), como formação, origem e classe social, no lerem-se uns aos outros, no verem-se uns aos outros, cria, para Bourdieu um efeito de censura coletiva tão eficaz “quanto os de uma burocracia central, de uma intervenção política expressa” (p. 35). Essa censura se corporifica na *informação sobre a informação*, que é aquela que permite decidir o que é importante, o que merece ser transmitido,

condenado, atacado ou defendido. E como essa informação pode ser adquirida ? Principalmente dos outros informantes, dos concorrentes, e finalmente de categorias de percepção que são compartilhadas por todos os jogadores, categorias *a priori* tão óbvias para o sujeito que muitas vezes sequer podem ser verbalizadas claramente para um terceiro que não conheça as regras desse jogo.

Bourdieu aparenta defender uma equivalência entre poder e censura , ao contrário do pensamento Foucaultiano, que ressalta as características positivas e formadoras do poder. O discurso não é apenas o conjunto dos mecanismos de restrição que limitam o discurso, e assim deformam o jornalista; como já foi mencionado, o discurso é o conjunto dos mecanismos de restrição que *possibilitam* o discurso, e assim *formam* o jornalista. Um exemplo seria a lógica dos entrevistados do programa de televisão que repetem e legitimam o discurso mais do que o formulam. Um dos procedimentos que permite o controle dos discursos é o da rarefação dos sujeitos que falam, o de criar barreiras de acesso ao discurso através de regras e exigências que determinam a condição de especialista, de qualificado para manifestar o discurso (Foucault, 2002, p. 36). Dando um exemplo mais claro, a idéia-feita “é preciso que os juros baixem para que a economia volte a crescer” só pode ser pronunciada por economistas ou por autoridades de especialidades congêneres; verbalizada pelo povo da rua a afirmação deixa de ser conhecimento especializado e torna-se mero lugar-comum. Além disso, a troca e a comunicação, que existem por exemplo no programa de entrevistas, são para Foucault figuras positivas que atuam no interior de sistemas complexos de restrição, fora dos quais não podem funcionar: a forma mais visível desses sistemas de restrição seria o ritual, o qual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam, define os gestos, os comportamentos e papéis preestabelecidos (p. 39). Não faltam exemplos específicos para a Você S.A:

Conversei sobre o seu caso com o headhunter Simon Franco, da Simon Franco Recursos Humanos, ele, resumindo, disse o seguinte: daqui a cinco/dez anos, as exigências do mercado serão cada vez maiores. Para acompanhá-las, você terá de se reciclar, estudar mais, fazer um MBA, uma pós-graduação, um mestrado. (Você S.A., n. 3, Set.1998, p. 110, numa resposta à uma carta de um executivo na sessão “Pergunte a nós”)

Aqui encontramos a essência da idéia-feita bourdieana: o discurso banal e automático, fato social que apenas utiliza o sujeito para ser expressado (explica-se mais

o conceito adiante, comparando com a ordem do discurso foucaultiana). Nessa pequena frase encontramos no mínimo três lugares-comuns do mundo de Recursos Humanos: a competição do mercado de trabalho, com “as exigências cada vez maiores”, a necessidade de reciclagem constante das habilidades do profissional (reciclagem buscada pelo profissional, nota-se de passagem, e não pela empresa), e o desenvolvimento das oportunidades de carreira através da educação, principalmente através da pós-graduação, que é vista quase como obrigatória para enfrentar a concorrência. Chavões esses que, como se verá, são constantemente repetidos na revista, inclusive na mesma edição: Harvard ao alcance de todos (p. 14); Arrume tempo para ler (p. 22); Aumente suas qualidades (p. 27); Quanto valem suas habilidades e competências (p. 60); Vivendo e aprendendo (p. 78).

Mesmo com toda essa redundância, que cobre quase todo conteúdo não promocional da revista, nota-se especificamente a importância da figura de autoridade como legitimadora do lugar-comum (ver adiante): a opinião provém de um especialista, cujo nome é conhecido pois aparece constantemente na mídia e tem diversos livros de auto-ajuda-profissional publicados. O nome da empresa, que é o mesmo do consultor, transparece uma enorme redundância: sua enunciação é feita de forma não informativa, mas respeitosa, como se fosse um título honroso. A “conversa” que a jornalista teve com o consultor promove o caráter de “conselho técnico” ao que seria mero palpite, personalizando a coluna.

Jornalismo como uma Indústria de Transformação

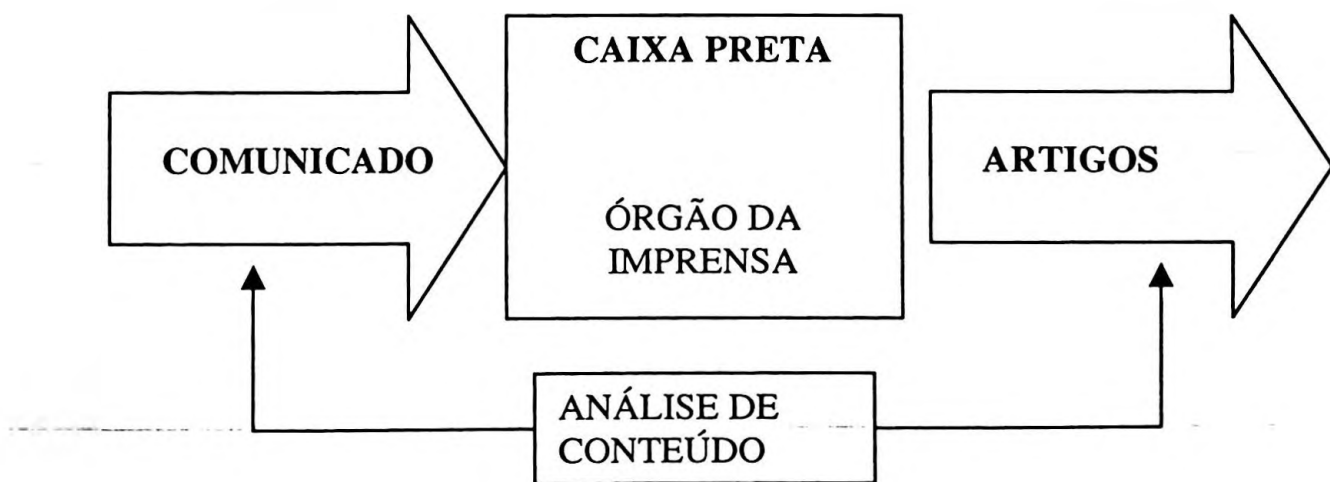
Como se dá na prática a auto-censura, a circulação circular da informação, a formação de categorias à priori ? Além dos argumentos expostos por Bourdieu e Foucault, é interessante acrescentar a análise de Kientz (1973) sobre periódicos e outros mass media, que considera basicamente como uma “indústria de transformação” que trata as mensagens, fazendo-as passar por uma série de processos de filtragem, seleção, purificação, transformação, embalagem e distribuição (p. 76):

Esse fenômeno [da ‘indústria de transformação’] é particularmente óbvio na imprensa, onde se traduz por uma divisão de trabalho que tende a generalizar-se. A imprensa assume duas tarefas distintas que, com frequência cada vez maior,

são obra de pessoas distintas: a coleta de informações e a tarefa de lhes dar forma. [...] A matéria prima informativa que chega por esses diversos canais é então peneirada, filtrada e, com frequência, reformulada. Essa reformulação, a que se dá o nome de **rewriting**, é confiada a um especialista: o **rewriter**. Sua função é tornar mais acessíveis e atraentes as mensagens destinadas à difusão de massa, é modificar a embalagem sem tocar no conteúdo. (KIENZT, 1973, p. 76, negritos no original)

Utilizando um modelo de “caixa-preta”, ou seja, ignora-se o interior da “caixa”, comparando-se apenas entrada (acontecimento) e saída (notícia), Kientz estudou como se processa a transformação da notícia desde seu estado de matéria-prima, o acontecimento bruto, até ser publicada nos jornais. Para ter uma situação “controlável”, escolheu a reunião do grupo de padres **Échanges et dialogue**, em 1969, por ter obtido boa repercussão na mídia francesa e por ter sido um encontro a portas fechadas: todos os veículos tiveram acesso à exatamente o mesmo comunicado escrito à imprensa e nada mais. Comparando o comunicado e a notícia impressa, pode-se avaliar quais os processos de transformação existentes no interior da Caixa-preta, mesmo ignorando as motivações e ideologias dos sujeitos que os realizaram.

Figura 1 – Modelo de Caixa Preta para análise de conteúdo da imprensa jornalística, adaptado de Kientz (1973, p. 79)



As três alterações fundamentais no comunicado são as perdas, distorções e parasitas, que estão resumidas na Quadro 7. Essas alterações não devem ser entendidas segundo o autor como tentativas de deformação e adulteração, e sim como um processo que visa facilitar a compreensão e a atratividade da informação, eliminando itens complexos ou que despertem pouca emoção. No entanto essas filtragens e embalagens desafiam a imagem propagada do jornalismo como “veículo” da informação; a maneira como o conteúdo informativo sofre alteração explícita que em sua essência o conteúdo não tem o propósito de simplesmente informar e nada mais.

Quadro 7 – Alterações realizadas pela imprensa no comunicado original do grupo de padres *Échanges et dialogue* (KIETZ, cap. 3)

Alteração	Exemplos
Redução	Perda de informação, omissão de itens como data, nome do grupo, local, número de participantes e temas discutidos no encontro (como futuro do grupo)
Distorção	Tamanho do grupo é aumentado (de 332 para 600, 621 ou 630) No lugar de “padres do grupo <i>Échanges et dialogue</i> ”, denominação correta, encontrava-se títulos como “padres contestadores” e “os contestadores”
Parasitagem	A importância relativa dos temas tratados foi alterada, usando como indicativo o número de linhas que o tema recebeu no comunicado: o tema <i>Celibato</i> (que recebeu 3 linhas no comunicado) ocupou num dos periódicos pesquisados o total de 85 linhas (30 vezes mais). O termo parasitagem surge porque o jornalista usou o conteúdo como pretexto para um artigo sobre o celibato eclesiástico. Os parasitas adicionados à mensagem chegavam a mais de 80% do conteúdo global dos periódicos estudados.

A primeira filtragem a ser feita no conteúdo é relativa à sua originalidade. O órgão de imprensa age como gatekeeper, gargalo, só deixa passar o essencial, de preferência extraordinário. Mesmo que o evento em si não seja extraordinário (grande maioria dos casos) a criação da “notícia” envolve a busca pela “conjugação de signos imprevisíveis ou, melhor, de fraca probabilidade” (KIETZ, 1973, p. 87), buscando-se assim ressaltar o que há de surpreendente, incomum ou importante no acontecimento, eliminando-se suas vulgaridades.

O segundo fator é a inteligibilidade, que envolve fatores como complexidade da notícia, nível sociocultural da publicação e conseqüentemente nível intelectual dos seus leitores, espaço disponível para a matéria. Apesar da tentativa de desenvolver índices para medir a inteligibilidade, como o comprimento das frases e das palavras, em geral a filtragem pode ser entendida como a eliminação de termos abstratos e técnicos,

explicações detalhadas e frases longas; a condensação do texto em torno de um pequeno número de palavras-chaves com alto teor dramático; a repetição do mesmo pensamento de várias formas, introduzindo uma redundância que aumenta a clareza da mensagem. A redundância tem um papel especial na *Você S.A.*, que por ter um foco restrito, apresenta uma imensa repetição dos temas (carreira, seleção de pessoal, fundos de pensão, remuneração), e uma redundância de seu discurso em quase toda página impressa da revista, inclusive nas de propaganda e na sessão de cartas (ver p. 60 sobre como os mesmos tópicos repetem-se numa única revista).

A distância psicológica do indivíduo é entendida como o grau que a informação tem repercussão direta na vida cotidiana do leitor médio. Assim são cortadas as informações que, o jornalista supõe, não interessam à grande massa do público, ou ao contrário, é colocada em destaque a parte que afeta ao maior número de pessoas. As notícias escolhidas para manchetes são sempre aquelas consideradas como despertando um interesse maior e mais profundo no maior número de pessoas. Exemplo interessante dessa prática são alguns jornais de apelo mais popular no Brasil, que colocam um quadro de “E eu com isso ?” ou “como isso afeta minha vida ?” ao lado de cada notícia de cunho mais geral, como de economia, por exemplo, buscando assim buscar o interesse do leitor ao expor-lhe as implicações em sua vida. Outro exemplo é a tentativa de buscar “aplicações práticas” para descobertas científicas de cunho teórico, como a Física de partículas. A *Você S.A.* em particular, sendo uma revista de tema restrito, fala sobre diversos temas, mas sempre “puxando-os” para o tema trabalho e adaptando-os ao seu discurso típico: a coluna de etiqueta é focada em reuniões de trabalho, viagens de negócios, etc. A coluna sobre saúde declara como a saúde é importante para a produtividade no trabalho. A matéria sobre balonismo nas férias mostra uma série de executivos que largaram tudo para “seguir sua felicidade profissional” como balonista.

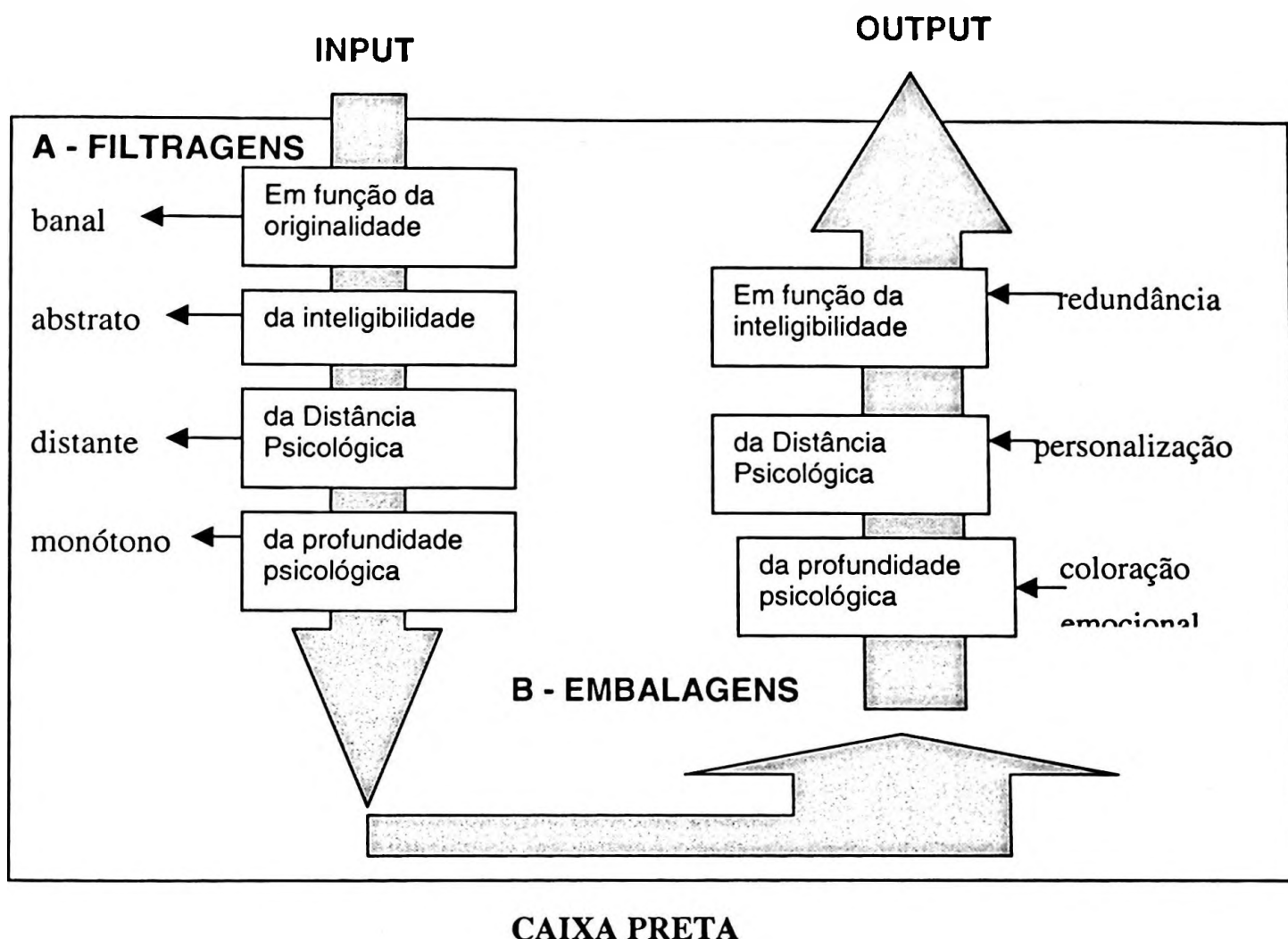


Figura 2 – Principais fases do tratamento da informação segundo Kientz (1973, p. 111, adaptado): filtragens e embalagens.

No entanto, percebe-se que muitas das matérias em destaque em qualquer veículo jornalístico, e que atraem maior atenção, têm na verdade pouquíssima ou nenhuma consequência para a vida do leitor médio. Esse último nível de filtragem/embalagem é o do tratamento da informação em função da profundidade psicológica/impacto emocional causado pela notícia. A busca da profundidade psicológica, que descamba facilmente para o sensacionalismo barato, confunde-se em certos pontos com as alterações anteriores. Por exemplo as notícias em geral buscam a personalização, pois a identificação de um “personagem” diminui a distância psicológica e aumenta seu impacto. Também os eventos mais originais, imprevisíveis ou bizarros provavelmente causam maior impacto emocional por não serem esperados.

Os artifícios utilizados pelos mass media para aumentar o grau de profundidade psicológica têm sido analisados por vários ângulos, inclusive psicanalíticos e

mitológicos, como veremos no próximo item. Essas diversas fases do tratamento da informação estão sintetizadas na Figura 2, que mostra, dentro do modelo da caixa-preta, como as informações são transformadas de acordo com as filtragens e embalagens das fases descritas acima.

É importante notar que, dentro da análise foucaultiana, como já comentado, a exposição de histórias de vida, de exposição da intimidade e da privacidade, podem ser considerados formas de controle da subjetividade, através da criação dos discursos sobre si, e construção de identidades através de técnicas confessionais, para Fischer (2002) a TV e a Mídia constituem-se num dispositivo pedagógico que investe cada vez mais em nossa interioridade e individualidade:

Veja-se, a título de exemplo, como se estruturam os telejornais e os documentários, no sentido de sistematicamente localizarem em personagens individuais os diversos acontecimentos políticos, econômicos e culturais narrados, registrando e editando preferencialmente os momentos mais dramáticos de exposição de privacidade. Nos telejornais, freqüentemente pessoas simples apresentam testemunhos, de tal forma que estes se configuram como verdadeiras "lições de vida"; em outras ocasiões, personalidades públicas ou sujeitos anônimos confessam verdades sobre si mesmos, produzidas a partir de todo um aparato da mídia, mas que se manifestam como uma verdade especial, própria daqueles sujeitos que a enunciam. Tais estratégias captam os telespectadores na sua intimidade, produzindo neles, muitas vezes, a possibilidade de se reconhecerem naquelas verdades ou mesmo de se auto-avaliarem ou autodecifram com relação àquele tema. Assim, recursos como os de captação de imagens, os cortes, os efeitos de *zoom* e tantos outros funcionam para capturar a intimidade de um sujeito que sofre, chora, emociona-se ou demonstra culpa, como se a TV pudesse, mesmo que por rápidos instantes, efetivamente penetrar na intimidade daquele que fala e, por homologia de campos, também na intimidade daquele que "especta", daquele que olha. Muitos outros exemplos poderiam ser trazidos aqui, e que comprovam a estreita relação entre as estratégias de linguagem da TV e as "tecnologias do eu" (ou técnicas de subjetivação); basta lembrar a quantidade cada vez maior de programas como os *Fica comigo* e *Erótica* da MTV, ou os programas apresentados por João Kleber, na Rede TV!, em que a técnica de confissão parece ser o grande e principal recurso para captar as audiências.

2 - Drama, Hollywood e Contos de Fada – Análise do conteúdo da mídia através da sua repetição de temas típicos e arquetípicos.

Existem inúmeras formas de se atingir impactos psicológicos mais profundos, o mais óbvio deles e amplamente utilizado pela mídia sensacionalista é a profusão de violência e sexo. A abundância desses elementos encorajou uma série de investigações sobre o aspecto psicanalítico nos mass media. As pulsões freudianas do sexo ou de morte, ou o desejo de poder Adleriano, são assim utilizadas para analisar as

obras da cultura de massa. O pressuposto básico é que a repetição exaustiva do mesmo padrão, o famoso “clichê”, é movida pela aceitação dos consumidores, e que essa aceitação dar-se-ia pela ressonância desse material com as camadas mais profundas da psique. É o grande esquema de apresentação dos personagens, conflito ou inimigo, e final feliz.

Assim, novelas televisivas, filmes de Hollywood, livros de auto-ajuda ou de histórias açucaradas, todos detêm a recorrência de inúmeros elementos dramáticos, dentro de seu próprio gênero e entre eles. Os grandes temas de Amor, Companheirismo, Bem versus Mal, Felicidade, Morte, são uma constante em todos esses veículos de entretenimento, assim como sempre o foram nas fábulas, mitos e contos infantis, e por isso mesmo o segundo grande eixo de análise busca correlacionar o fenômeno da comunicação de massa e as antigas narrativas mitológicas: a grande jornada do herói, a luta contra o inimigo, a vitória e a volta para casa (CAMPBELL, J., 1990).

A primeira abordagem tem sua justificativa obviamente no desenvolvimento e imaginário infantil. Essa estrutura na mente adulta seria resquício do consumo de contos infantis, que teriam como função auxiliar na socialização, esclarecendo as normas morais do grupo, ou a pensar nas conseqüências das próprias ações, ao mesmo tempo em que ofereceria válvulas de escape para as fantasias de poder, conflitos narcisistas e edipianos, e outras pressões internas da psique em desenvolvimento (WOOD e PAES, 2002b).

A segunda abordagem em geral possui uma justificativa jungiana ou pseudo-jungiana, através da abordagem dos arquétipos e do inconsciente coletivo. Por exemplo os próprios Wood e Paes (2002b):

...os contos infantis indicam caminhos para a construção de um sentimento de individualidade, de auto-valorização e de obrigação moral. Este efeito múltiplo deve-se ao fato dos contos infantis espelharem com clareza as estruturas básicas da psique humana: eles são a expressão mais pura e simples dos processos psíquicos do inconsciente coletivo, associando-se aos arquétipos identificados por Carl Gustav Jung [...]. Além disso, os contos infantis não são uma criação da sociedade de massa, mas uma herança universal, e vêm sendo contados por membros das mais diversas culturas, através dos séculos.

Ou seja, existiria uma ressonância entre as categorias e dilemas encontrados nos contos infantis e nos mitos, e as estruturas mais profundas da psique, os arquétipos, um dos pontos essenciais da teoria jungiana, mas que no caso é tirado de contexto por imprecisão conceitual e histórica dos autores. Analisando as diferenças entre o mito, a fábula e o conto infantil, os autores preocupam-se em antagonismos como final feliz/final trágico, existência ou não de poderes mágicos, ou de moral explícita, etc. A falha básica no entanto, é que os contos infantis não são mitos, nem tampouco provém da herança universal: são contos, escritos por autores conhecidos, que as adaptaram sim de histórias mitológicas, mas de função admonitória e natureza extremamente macabra¹⁴. Os autores esquecem que o conceito da “infância” como fase inocente e paradisíaca é extremamente recente.

Apesar da crítica ao descompromisso com os conceitos jungianos, em essência, a análise é correta, tendo sido feita de várias formas. O próprio Campbell (1990) que analisou o mito do herói em dezenas de culturas, considerou que filmes como Guerra nas Estrelas, derivavam seu apelo popular por serem equivalentes contemporâneos dos mitos tribais. Uma análise mais inovadora, apesar de heterodoxa é a da terapeuta jungiana Carachansky (1988), que correlacionou uma série de mitos, contos de fadas e filmes famosos, com as fases do desenvolvimento infantil criadas pelo psicólogo Mahler, e as histórias de vida de seus pacientes, que muitas vezes buscavam inconscientemente em suas vidas um destino comparável ao do mito.

Assim para Carachansky (1998) a estrutura do mito pode ser entendida em função do conhecimento do sujeito com o Objeto (o Outro), e da sua ligação com ele, que evolui da simbiose à independência. Para Campbell (1990), a Jornada do Herói, mais do que efeitos pedagógicos ou normativos, retrata os temas arquetípicos do Homem, no seu processo de individuação. Para Eliade (1961), a imagem do Herói Fundador não propõe apenas a criar uma identidade cultural ou fundação histórica da tribo: o ato místico de fundação é atemporal e é repetido a cada vez que a história é reencenada, reincorporando à vida cotidiana o caráter do sagrado.

¹⁴ Por exemplo, nas versões originais, sabe-se que Branca de Neve é estuprada pelo príncipe enquanto dorme; Chapeuzinho Vermelho é devorada pelo Lobo, sem resgate mágico pelo Caçador, após comer a carne da própria avó; o Pequeno Polegar engana um ogro para decapitar sete garotinhas. Os irmãos Grimm chegaram a escrever um conto chamado “Como crianças brincavam de açougueiro umas com as outras”

Quadro 8 – Estrutura completa dos contos infantis, segundo Wood e Paula (2002b), adaptado de Propp (1984)

Um dos membros da família sai de casa (afastamento)

Impõe-se ao herói uma proibição (proibição)

A proibição é transgredida (transgressão)

O antagonista procura obter uma informação (definição)

O antagonista recebe informações sobre a sua vítima (informação)

O antagonista tenta ludibriar sua vítima para apoderar-se dela ou de seus bens (ardil)

A vítima se deixa enganar, ajudando assim, involuntariamente, seu inimigo (cumplicidade)

O antagonista causa dano ou prejuízo a um dos membros da família (dano)

Falta alguma coisa a um membro da família, ele deseja obter algo (carência)

É divulgada a notícia do dano ou da carência, faz-se um pedido ao herói ou lhe é dada uma ordem,) mandam-no embora ou deixam-no ir (mediação, momento de conexão)

O herói-buscador aceita ou decide reagir (início de reação)

O herói deixa a casa (partida)

O herói é submetido a uma prova; a um questionário; a um ataque; etc, que o preparam para receber um meio ou um auxiliar mágico (primeira função do doador do auxiliar mágico)

O herói reage diante das ações do futuro doador do auxiliar mágico (reação do herói)

O meio mágico passa às mãos do herói (fornecimento – recepção do meio mágico)

O herói é transportado, levado ou conduzido ao lugar onde se encontra o objeto que procura (deslocamento no espaço entre dois reinos, viagem com um guia)

O herói e seu antagonista se defrontam em combate direto (combate)

O herói é marcado (marca, estigma)

O antagonista é vencido (vitória)

O dano inicial ou a carência são reparados (reparação de dano e carência)

O regresso do herói (regresso)

O herói sofre perseguição (perseguição)

O herói é salvo da perseguição (salvamento, resgate)

O herói chega incógnito à sua casa ou a outro país (chegada incógnito)

Um falso herói apresenta pretensões infundadas (pretensões infundadas)

É proposta ao herói uma tarefa difícil (tarefa difícil)

A tarefa é realizada (realização)

O herói é reconhecido (reconhecimento)

O falso herói ou antagonista ou malfeitor é desmascarado (desmascaramento)

O herói recebe nova aparência (transfiguração)

O inimigo é castigado (castigo, punição)

O herói se casa e sobe ao trono (casamento)

Wood e Paula (2002b), interessados principalmente na estrutura repetitiva dos contos infantis, e sua ressonância na literatura de auto-ajuda de negócios, como veremos a seguir, citam 4 modelos dessa estrutura. O de Bettelheim divide a estrutura dos contos infantis em (a) o problema, (b) a recuperação de um desespero profundo, ou o escape de algum grande perigo, e (c) o final feliz. O de Franz , de forma similar, aponta a seguinte estrutura para os contos de fada: (a) a abertura (apresentação de um problema), (b) a peripetéia (altos e baixos da história), (c) o clímax (ponto decisivo da narrativa), e (d) a conclusão (final feliz). O modelo mais aprofundado de Propp encontra-se na Quadro 8.

A análise da repetição de estruturas narrativas é quase idêntica a de vários pesquisadores da Indústria Cultural. Umberto Eco (apud KIENZT, 1973, p. 55), por exemplo, dividiu os romances de Fleming num esquema invariável:

- 1 – “M”, o chefe, envia James Bond para destruir um plano do tipo ficção científica
- 2 – Bond encontra o Homem Mau, um indivíduo monstruoso de origem incerta que, não é inglês e faz o jogo dos inimigos do Ocidente
- 3 – Bond inflige uma primeira derrota ao Homem Mau ou o inverso
- 4 – Bond trava conhecimento com uma Mulher que vive sob o domínio do Homem Mau
- 5 – Bond liberta-a do seu passado, estabelecendo com ela uma relação erótica
- 6 - O Homem Mau captura e tortura Bond (com ou sem a mulher)
- 7 – Bond derrota o Homem Mau, que morre de forma horrível
- 8 – Bond repousa nos braços da Mulher que, no entanto, está destinado a perder

Outro exemplo de Kientz é a semelhança de uma reportagem do jornal France Dimanche intitulada “Eu casei com um padre” com a estrutura Hollywoodiana tradicional, como pode ser vista na Quadro 9.

Quadro 9 – A estrutura Hollywodiana como fundação da estrutura de um artigo jornalístico (KIETZ, 1973, p. 113)

ESTRUTURA KITSCH ou HOLLYWOODIANA	ESTRUTURA DO ARTIGO DO FRANCE DIMANCHE	COMPLEMENTOS CIRCUNSTANCIAS (tempo, lugar, etc.)
1. Um homem ENCONTRA uma mulher	Viviane ENCONTRA um padre	À cabeceira de sua mãe enferma
2. Ele ENAMORA-SE dela	Ela ENAMORA-SE dele	Durante a convalescença do padre; na montanha
3. Ele a PERDE	Ela o PERDE	Amor sem esperança, por causa do estado clerical, afastamento em consequência de uma nomeação para outro posto, impossibilidade de se verem por causa dos mexericos
4. Ele a SALVA	Ela o SALVA	Viviane enfrenta o monstro (um padre do bispado, de feições duras, desumanas) e obtém a liberdade daquele que ama
5. Ele a ESPOSA	Ela o ESPOSA	Após 16 anos de luta; no registro civil do bispado, diante de um cinzeiro cheio de guimbas...
e eles são FELIZES e têm muitos filhos	e eles são FELIZES e recebem a visita de muitos jovens padres em dificuldades. Eles incutem-lhes ânimo	No apartamento de ambos, na cidade natal do padre

Wood e Paes (2002b) em sua análise da literatura de pop-management (Exame, Você S.A., HSM Management, e outras), classificaram seus freqüentes contos de sucesso e poder como “contos corporativos infantis para adultos”, similar aos contos infantis tanto na estrutura repetitiva quanto nos conteúdos típicos. Para os autores, isso é decorrência de vários fatores: o desenvolvimento de formas cada vez mais simbólicas de controle sobre os funcionários; a difusão da retórica gerencial para todos os níveis da organização; a transformação da organização em “ser fascinante”, ao mesmo tempo amável e temível; o alívio de ansiedades coletivas em torno da troca ritualística de histórias de sucesso, celebração de heróis e popularização da literatura de pop-management e seus clichês. Analisam assim como exemplo a atuação “heróica” de Lou Gerstner na IBM em 2000:

- É proposta ao herói uma tarefa difícil (Gerstner precisa salvar a IBM)
- O herói e seu antagonista se defrontam em combate direto (Gerstner enfrenta seu inimigo: a cultura arraigada da empresa);

- O antagonista é vencido (Gerstner consegue através de uma série de artifícios mudar a cultura da IBM);
- O herói é marcado (Por sua bravura, Gerstner passa a ocupar o lugar de Watson no imaginário organizacional);
- A tarefa é realizada (Gerstner salva a IBM da ruína); e
- O herói é reconhecido (Todos reconhecem Gerstner como o milagreiro que salvou a IBM).

Os autores concluem assim, que talvez o compartilhamento desse tipo de linguagem de conto de fadas possibilite a diminuição das ansiedades coletivas:

... este tipo de linguagem acalmaria os desejos e temores relacionados com as fantasias de poder, tais como o domínio e a dependência. Revistas e livros baseados neste tipo de estrutura, cheias de fatos heróicos e histórias fantásticas de sucesso empresarial, costumam ser lidos e discutidos com avidez por executivos. De fato, é significativo que os “contos infantis para adultos” agradem tanto o público. Ao promoverem um compartilhamento simbólico das fantasias de poder, esses contos infantis provêm conforto psicológico, demonstrando que as mudanças têm um lado positivo e que, no final, “tudo acaba bem” (WOOD e PAULA, 2002b).

Essa mesma estrutura não está ausente na revista *Você S.A.*, só está adaptada ao seu foco específico. Os contos de sucesso da revista *EXAME* fundamentam-se nas vitórias de organizações, apesar do foco desses contos ser personalizado através da figura do principal executivo, o “CEO” (foco esse motivado pelos fenômenos da diminuição da distância psicológica e da glamourização do “herói”, como já discutido). Já na *Você S.A.*, o foco continua sendo sobre executivos de sucesso, porém o cerne dramático dessa vez é a própria carreira do executivo: sua formação, os obstáculos que enfrentou, sua personalidade, suas vitórias, e os conselhos que apresenta para os leitores, como por exemplo:

“Ela chegou lá: Denise Melo é uma brasileira que está brilhando na Europa. Sua receita ? Estudo, trabalho duro e carisma. Quer mais ? Leia a entrevista” (Você S.A., agosto/98, p. 86)

“Criador e criaturas: Ganha mais de 1 milhão de reais por ano. Trabalha um ano e folga dois (igualmente remunerados). Não tem MBA. Não fez faculdade. Não completou o curso primário. Personagem de ficção ? Não. É Manoel Carlos, autor de Por Amor, a novela que mais fatura na TV” (Você SA., abril/98, p. 69)

“O Homem que fez o seu caminho: Josino Garcia, diretor do banco Matrix, tinha tudo para dar errado. Infância pobre, vida dura. Mas superou os obstáculos e chegou lá mais de uma vez” (Você SA., novembro/98, p. 48)

“Eu trabalhei na ONU: conheça as aventuras e dificuldades que um profissional da ONU enfrenta no seu dia-a-dia.” (Você SA., março/2004, p. 38)

O estilo das histórias de sucesso novamente é recorrente e os temas e palavras-chaves repetitivos. A história abre não com a apresentação do personagem, mas sim a partir de símbolos de status conquistados por ele, símbolos que o tomam um modelo a ser invejado e, se possível, copiado. O tom do “extraordinário” na carreira do personagem é dado por esses elementos simbólicos, em geral: seu cargo; a empresa em que trabalha; sua remuneração; sua responsabilidade; número de clientes ou subordinados; a rapidez de sua ascensão; suas dificuldades (ser mulher, brasileiro, vir de família pobre), etc. Alternativamente, quando a matéria não trata de um executivo, e sim de um autor de novela, maestro, esportista, diretor da CET, a ênfase é dada sempre na similaridade do seu trabalho com o do executivo. Por exemplo:

“Não se engane. Da mesma forma que o executivo precisa, às vezes, ser um artista, o maestro também tem que funcionar como administrador. Ele coordena a equipe, organiza a agenda dos concertos, negocia salários, gerencia egos.”

“Você é obrigado a matar um leão por dia ? Vive sob pressão da concorrência ? De sua competência criativa depende a posição de sua empresa no mercado ? É assaltado por crises de ansiedade temendo não dar conta do volume de tarefas a cada dia ? Então você precisa conhecer Manoel Carlos. É o homem da novela das 8, o horário comercial mais valorizado da TV”.

Em seguida são mostradas as causas do sucesso do personagem heróico: sua formação, de preferência em múltiplas áreas, seu curso de pós-graduação, sua fluência em várias línguas. Vale notar que são temas recorrentes na revista, subtendendo-se daí que a principal mensagem é “siga o que dizemos e você também terá sucesso”. Alternativamente, quando esses fatores encontram-se ausentes, o foco recai sobre o sucesso contra todas as expectativas, que desafia as probabilidades, só explicado pela personalidade excepcional do indivíduo, sua “garra”.

A característica da personalidade exemplar do “herói” é um dos temas mais repetidos: dono da própria carreira, capacidade de inovar, objetividade, raciocínio analítico, comportamento voltado a resultados, poder de influenciar pessoas, capacidade de

negociação e motivação, etc. No entanto a importância dessas características só é devidamente ressaltada contra um obstáculo, o Grande Desafio a ser superado: ser brasileiro, ser mulher, ser jovem, ser velho, trabalhar numa grande organização, trabalhar numa pequena organização, trabalhar numa organização sem fins lucrativos, trabalhar no exterior... Somam-se aí fatores como a competição acirrada enfrentada, dificuldades de sobreviver numa cultura estrangeira, ter que gerenciar equipes à distância, trabalhar em empresas enxutas, etc. É interessante notar que é rara a imagem do “chefe vilão”, o “colega ladrão de idéias” e outras figuras tão notoriamente cotidianas do lado mais negro das organizações. Quem ocupa a função dramática do “vilão” geralmente é o colega sem compromisso com resultados, o subordinado que não agrega valor à empresa, ou de maneira mais ampla, a cultura burocrática da organização.

Como é de se esperar, através dessas características o personagem atinge a vitória no mundo corporativo, através da qual demonstra-se uma moral: a vitória do herói ético, trabalhador, abnegado, atento ao desenvolvimento de suas competências:

“Politicagem e bajulação existem como em toda parte do mundo. Porém o fator competência tem um peso muito maior.[...] Tenha perseverança e confiança no sucesso porque as barreiras são inúmeras e difíceis de se transcender. O esforço é, entretanto, compensador.” (Ag/98, p. 89).

Como é de se esperar, no final da “Jornada do Herói”, existe a “volta para casa” ou, com o recebimento dos louros da vitória, uma preparação para as novas aventuras. O profissional demonstra-se otimista e preparado para o futuro, que aguarda com expectativa, sempre à procura de novos desafios.

Já para aqueles que “não se enquadram” no perfil, o tom é de ameaça: “dias de chuva e trovoadas” o aguardam (ver **Figura 3**). A constante defesa de um modelo ideal de funcionário no mundo “pós-moderno” do trabalho, é retratada nessa capa de forma muito mais eficiente e impactante do que as palavras.

Quadro 10 – Estrutura, temas e palavras-chaves recorrentes nas “Trajetórias profissionais de sucesso” da Você S.A.

Estrutura	Temas Recorrentes	Palavras-chave
Abertura	O executivo de sucesso O jovem inovador Venceu contra todos os obstáculos Venceu “lá fora” Profissional de outras áreas (maestro, esportista, médico) apresentado como metáfora do executivo	executivo global postos cobiçados ascensão rápida fascínio, glamour brasileiros tipo exportação
Causas do sucesso	Formação Excepcional Especialização ou Pós-graduação Idiomas falados	duas faculdades MBA Harvard, MIT, Munique, e outras universidades no exterior Currículo exemplar
Obstáculo ou desafio a ser superado	Burocracia Organizacional Concorrência Mudança Organizacional Diferenças Culturais Fusões e Demissões	falta de compromisso dos colegas com resultados hierarquia rígida trabalhar 13 horas por dia desafio
Conquista e Final Feliz	Vitória da competência, ética e da força de vontade Novos desafios a serem trilhados	otimismo o futuro é fascinante quero vivenciar ao máximo esta experiência pelo menos por enquanto, até o próximo desafio

Figura 3 – O Super-Herói Corporativo – fac-símile de Você S.A. edição no. 5, ano 1

COMO DIZER A SEU CHEFE QUE ELE ESTÁ ERRADO SEM DANÇAR

www.vocesa.com.br

EXAME

VOOCÊ s.a.

ANO 1 - Nº 5
NOVEMBRO/98
R\$ 4,00

PARA QUEM TEM AMBIÇÃO

Esqueça tudo o que ouviu. As empresas estão atrás de pessoas inteiramente diferentes para enfrentar o futuro. Dias de sol para quem se enquadrar no novo perfil. Muita chuva para quem não. A grande questão: e você no meio disso tudo?

O EXECUTIVO DO NOVO MILÊNIO

Página 36

6 DICAS PARA DAR FEEDBACK COM EFICIÊNCIA

MEUS AMIGOS SÃO DEMAIS!
Três histórias exemplares de networking

SAIA DO VERMELHO
Sim, sempre é possível renegociar as dívidas e voltar a dormir em paz

ISSN 1678-5206
00005A
771415152000

Quadro 11 – Temas repetitivos – títulos e breves descrições das matérias principais nas 4 últimas edições (Junho e Julho 2004)

Título e descrição da matéria
MARCA VOCE S/A - Leia as cinco histórias de vida de profissionais que encontraram um sentido especial para o trabalho
Fui demitido. Ainda bem Pesquisa com 400 executivos revela que 34% deles ficaram aliviados com a demissão
Procuram-se executivos O vento está soprando a favor para líderes de nível alto e médio
O que a madrastra da Branca de Neve pode ensinar para sua carreira
A palavra está com você Como escrever, falar e fazer reunião com eficiência
Como navegar em alto-mar Heloisa Schürmann conta por que comandar uma empresa é como velejar
Líder nota 10 Um livro que ensina os chefes a serem chefes
Subida rápida Networking e muita transpiração. Eis os segredos de Felipe Vianna, gerente aos 24 anos
Estresse sem limite dia-a-dia (muito parecido) de três executivos em três regiões do país
Como venci a timidez Álvaro Dias Júnior chegou a presidente de empresa mesmo sendo um tímido crônico
Idéias revolucionárias 44 propostas que podem ajudá-lo a promover pequenas mudanças a sua volta
Mente sadia, carreira em dia Psicólogo do Comitê Olímpico diz por que boa cabeça leva ao sucesso
Capital cultural Como a literatura, o teatro e o turismo podem ajudar sua comunicação e seu senso crítico
Competências essenciais Curso online avalia o peso do humor e da motivação na carreira
Como influenciar pessoas Cinco princípios para aumentar sua capacidade de convencer os outros
Queridinho do chefe O que fazer quando o recém-chegado vira a estrela do pedaço
Lições das Olimpíadas A carreira e a imagem de um campeão olímpico: o velejador Robert Scheidt
Tom Peters está de volta O guru americano revisita sua mais famosa teoria: a importância de ser um profissional você s/a
Filmes bons para a carreira Sucessos do cinema que trazem lições para a vida profissional
Rir é o melhor remédio Bom humor é fundamental na vida e na carreira
Chinês em alta O que vai fazer a diferença na carreira é saber falar chinês
Gestão de projetos As lições dos bastidores do cinema nacional para você
Profissional de marketing As características dos marqueteiros que estão dando resultado
Diversidade no trabalho Quatro estratégias para administrar as diferenças no escritório
Chefe e subordinado O que fazer para driblar as dificuldades de comunicação com o chefe
Perfil: Lars Grael O fator sorte no episódio mais trágico de sua vida
Executivos superqualificados_ Por que profissionais com currículo turbinado não conseguem emprego
A era da hipercompetição Professor americano ensina a administrar a carreira num mundo caótico
Negócio próprio As características fundamentais para um empreendedor de sucesso
<u>MEXA-SE</u> sedentarismo não chega a desqualificar um executivo. Mas as empresas já dão mostras de que preferem quem cuida do próprio corpo
Etiqueta – Educação, apesar da gripe Você não pediu para ficar doente, mas isso não é desculpa para espirrar de qualquer jeito
<u>Ética no trabalho</u> Depois dos casos Parmalat e Cirio, os executivos estão tendo mais cuidado ao analisar

propostas

Carreira global Profissional paulista faz parte do grupo de elite da Givenchy

Profissões estranhas Carreiras inusitadas que renderam ótimas oportunidades profissionais

Oficina de liderança Executivos entre telas e pincéis

Compaixão faz bem Ao ajudar alguém, você também ganha. A psicóloga americana Jane Dutton mostra por quê

Timidez não é defeito O mundo corporativo também tem lugar para os introvertidos

Super-homens corporativos: análise de conteúdo baseada nos modelos de comportamento elogiados, os “heróis”.

A figura do “herói corporativo” é com certeza muito semelhante ao que Mills, Sennett e Enriquez defenderam como o “matador cool”, o ser-da-organização composto de eficiência, metas, resultados (ver p.110). Para Enriquez (1997) a empresa deve poder aparecer como um objeto maravilhoso, capaz de provocar amor e idealização nos “seres-pela-organização”, e para isso deve manifestar virtudes divulgadas no mundo das aparências, dando a seus membros o sentimento de serem nutridos e mimados por uma série de “privilégios” e “benefícios”. Por outro lado, Enriquez nota que os “seres-pela-organização” são cobrados a se tornarem super-heróis administrativos, ou “matadores cool”, seres compostos apenas de eficiência e maquiavelismo, que renunciam a sua individualidade pela organização, ou, como especificado melhor a seguir, tornam-se massa.

Um exemplo interessante sobre o tema é o “guru-comediante” Max Gehringer (EXAME, 10/julho/2002, Comédia corporativa, p. 90) que conta uma anedota sobre um executivo que, muito emocional, é obrigado a fazer um curso para “controlar-se”. Enquanto isso a sua empresa descobria que o problema era a falta de emoção, e que seus profissionais necessitavam extravasá-la. Quando o executivo volta para o trabalho, encontra todos os seus colegas “demonstrando acintosamente suas angústias e preocupações” e tem o seguinte diálogo com seu chefe:

“Que ironia chefe. O que antes era problema agora virou solução....

- Lúcio (nome do executivo), deixa eu te dizer uma coisa que você nunca entendeu. Na vida pessoal cada um de nós é o que é. Mas na empresa, não. Aqui você não é você, é apenas um personagem que dança conforme a música. E só casualmente a música que está tocando é a que gosta de dançar. Daqui a algum tempo, ela muda de novo e aí você vai ter de mudar também.”

Em seguida o colunista completa com a moral de sua anedota:

“Conversei com o Lúcio faz um mês. Continua exuberante. Mas naquele cargo de sempre, sem perspectivas. E sem ainda ter entendido que na vida corporativa o mais importante é agir conforme a tendência que está em moda na empresa. Ou então se resignar a ser um executivo-galocha: genuíno e autêntico, mas sempre deixado de lado”. [nossos grifos]

Talvez seja importante esclarecer que a coluna Comédia Corporativa parodia algumas figuras comuns do universo corporativo (gerente parasita, consultor inútil, empresa burocrática e irracional) que apresentam um esquema personagem – situação absurda – conclusão moral. Isso reafirma o tom da piada, de que o problema está no executivo que quer ser autêntico, e não na empresa que despreza a auto-crítica, e muda de direção aleatoriamente. Isso reafirma a análise de Wood e Paes (2002a) de que nas revistas populares de gestão, valores como confiança e camaradagem no ambiente de trabalho são defendidos (chama de discurso-mestre social), mas sempre dentro de uma visão pragmática e instrumental (o famoso networking), dando como exemplo frases como “os colegas do MBA podem ajudá-lo a encontrar um novo emprego”; “a cooperação com colegas de trabalho pode ajudá-lo a evoluir na carreira”; ou ainda “uma boa relação com o chefe ajuda a abrir portas”. Concluem que:

A análise demonstrou que ocorre uma freqüente busca de transformação dos valores e sentimentos humanos em instrumentos úteis, por meio da adoção de perspectivas simplistas e de conceitos polarizados: converte-se, assim, o discurso- mestre social em discurso-mestre da correção e/ou pragmático. Tal transformação pode levar à “teatralização” das relações humanas no trabalho, com comportamentos caracterizados pelo amplo uso de técnicas de gerenciamento da impressão. Pode-se daí estabelecer como hipótese a consolidação de uma cultura do *management*, que se caracteriza tanto pela dramatização das relações humanas nas organizações como pela valorização da dimensão utilitarista. (WOOD e PAES, 2002a)

A defesa da utilização instrumental do ser humano é recorrente. Como caso “ideal” escolheu-se a matéria *“Negócios entre amigos: quanto mais e melhor alguém se relaciona, mais as portas se abrem e as chances aparecem. Isso é networking. Isso é fazer acontecer”*. Nessa matéria acompanha-se as atividades de networking (amizade instrumental) que um executivo do setor de seguros utiliza no seu cotidiano, sendo que suas ações são apresentadas como um modelo virtuoso a ser seguido. É importante notar que o executivo não quis ser identificado. Cita-se abaixo trechos da matéria que exemplificam suas ações:

- Tem uma agenda com cerca de 500 nomes, entre clientes, colegas, ex-companheiros de faculdade, amigos de infância
- Todo dia chega 1 hora antes do início do expediente e põe a agenda para funcionar
- Ao final da conversa com VOCE SA não só trocou telefones como perguntou ao jornalista a data do seu aniversário
- Como são muitas as pessoas na agenda, chega a almoçar duas vezes no mesmo dia
- [o executivo] leva tão a sério seu círculo de amizades que não relaxa à noite ou em finais de semana: “é bobagem perder chances de estreitar laços”, diz.
- Sua mulher já nem estranha quando ele liga para casa avisando que está numa happy hour e vai se atrasar, ou então dizendo que está levando alguém para jantar em casa
- No fim de semana, costuma convidar os clientes mais seletos para andar de kart
- “As pessoas se soltam e abrem mais o jogo quando estão fora do escritório”, diz

Nota-se vários aspectos nessa pequena matéria. Em primeiro lugar, o “mercado de personalidade” de Mills (1979) parece realmente ter se concretizado em sua plenitude, ou seja a personalidade do indivíduo, sua cortesia, intimidade, amizade, virou moeda corrente para se estabelecer uma carreira profissional. Assim, sua intimidade, por exemplo os momentos com a família, é instrumento para conseguir contatos e relacionamentos comerciais. Se para Arendt (2001) o privado, apesar de seu caráter de perda (privar-se) era o refúgio das exigências do público necessário para o estabelecimento da identidade do ser humano, para a Voce SA o privado é uma moeda a ser negociada.

Em segundo lugar, o ser-da-organização, como Pagès e Enriquez afirmaram, é aquele que deve doar-se totalmente à organização, não apenas vendendo sua intimidade, mas desafeiçoando-se dela: todo o tempo do indivíduo é ocupado para sua carreira, incluindo almoço, jantar e fins de semana. Não utilizar esse tempo precioso é um desperdício, pois poderiam-se estar fazendo novos contatos.

Por último, como ressaltado, esse novo “matador cool” tem uma visão totalmente pragmática e maquiavélica dos relacionamentos humanos. Aparentemente a

própria esposa só possui caráter instrumental, pois fornece um ar de intimidade para os jantares em casa, para os quais convida seus clientes importantes. O fato do executivo não querer divulgar seu nome indica que o sujeito compreende que suas ações não são aceitas fora do mundo do trabalho, assim sente necessidade de se resguardar dos ressentimentos despertados por esse tipo de abordagem.

O Super-executivo e o “matador cool” são as duas polaridades dialéticas em conflito sutil por todo o texto da revista. Por um lado o super-executivo sempre passa por uma trajetória de 1 – ótima formação; 2 – MBA ou mestrado no exterior; e 3 – grande vitória, mas sem se acomodar. Essa trajetória sempre fundamentada nos pilares “jamais parar de aprender”, “ter uma imensa força de vontade” e “ninguém alcança o sucesso se não trabalhar muito”. Representa portanto a vitória da competência, do esforço e da ética. Já o “matador cool” manipula colegas e clientes (faz networking), e joga com a política interna para galgar cargos rapidamente (gerencia sua própria carreira; tem ambição), e em geral cria sua própria ética. Em geral os discursos não se apresentam ao mesmo tempo: talvez isso ressaltaria contradições demasiado gritantes. No entanto as duas vertentes, caracterizadas pelo auto-elogio e pela retórica, convivem harmoniosamente, com uma predileção da revista pelo perfil do Super-executivo.

Borges (1999) ao investigar a concepção de trabalho e trabalhador presente em periódicos nacionais, descreve exaustivamente as características do Super-Homem Corporativo (Quadro 12), sendo os 5 valores mais repetidos, presentes em quase um terço de todos os artigos analisados, os seguintes conceitos-chave: **“competência (44,6%); qualificação (44,6%); sucesso (41,1%); produtividade (39,3%); e inovação (33,9%)**. A comparação de Qui-quadrado da autora não apenas rejeita a hipótese de independência entre as variáveis, ou seja elas formam um “todo coerente” enquanto bloco discursivo, como mostra as crenças embutidas nesse discurso.

O conjunto qualificação – competência é o mais freqüente, marcado pela crença de que um é decorrência linear do outro, gerando em seguida o sucesso. Esse conjunto encontra-se fortemente carregado da idéia de centralidade do trabalho na vida do trabalhador (ao contrário do discurso da que defende a “qualidade de vida” encontrado na mesma revista), da idéia do valor das “relações pessoais” (21% dos artigos

pesquisados) e das “amizades instrumentais” (5%). Revela-se novamente o padrão discutido anteriormente do Herói corporativo, como ser ético-maquiavélico.

Uma indicação da circulação dos discursos, ou seja, as imagens e modelos da Você S.A. não estão restritos à revista, e sim passam e atravessam por diversos campos e instituições, formando um dispositivo de poder, pode ser encontrada na maneira como as características do “novo funcionário ideal” materializam-se na ação cotidiana. Um exemplo é o da análise de Abreu, Miyazaki, Menegon e Andrade (2004) sobre os anúncios de estágio numa grande faculdade de Administração. Ao observar que esses anúncios, remetidos espontaneamente por centenas de empresas, grandes ou pequenas, apesar do propósito pragmático e manifesto de atrair pessoal para seus processos de seleção, reproduzem de forma quase idêntica o discurso Você S.A., demonstra o caráter de quase “fato social” da análise do discurso pós-moderno do trabalho. A situação fica ainda mais complexa e perturbadora ao se perceber que esse mesmo discurso também é partilhado por faculdades, governo, empresas-juniors, organizações de facilitação do estágio como o CIEE, sem falar dos próprios alunos.

Quadro 12 – Valores da Revista EXAME, que devem ser possuídos pelos trabalhadores (valores individuais) segundo Borges (1999, p. 91)

Competência	Comprometimento	Objetividade (planos)
Aproveitamento De oportunidades	Autonomia	Responsabilidade
Qualificação	Ter amizades instrumentais (contatos)	Partilha de informações
Audácia, coragem	Relações Interpessoais (Intercâmbio)	Dinamismo pessoal
Sucesso	Crítica permanente	Ter a própria empresa
Pragmatismo	Esforço/dedicação	Aceitar desafio
Produtividade	Espírito de equipe	Rompimento de padrões
Maturidade, autocrítica e honestidade	Expressivo (identidade)	Espírito Empreendedor
Inovação	Honestidade (controle de corrupção)	Saúde física e mental
Satisfação do empregado	Participação	Disciplina
Visão estratégica (olhar para fora)	Motivação	Autodisciplina

Apesar da norma encontrada em qualquer livro básico de Gestão de Pessoas, que prega firmemente que o primeiro passo num processo de contratação é a formação de um perfil, os autores concluíram que esse perfil não existe verdadeiramente. Trata-se apenas de um amontoado de chavões e frases-feitas, que repetem-se exaustivamente para todos os cargos e todas as empresas, sem qualquer formação de perfil definido visível, chavões esses inspirados no modelo do herói corporativo. Para o curso de Administração esse modelo claramente privilegia as habilidades de relacionamento em detrimento das habilidades cognitivas (inteligência, aproveitamento acadêmico,

realizações); mais importante que isso, o fator primordial exigido do candidato a super-herói corporativo é o aspecto atitudinal: deve-se ter absoluta fidelidade à empresa, dedicação e ambição que ultrapassa todos os limites, tenacidade para enfrentar todos os obstáculos (Das características descritas na Quadro 13, o conjunto de atributos atitudinais denominado **Competitividade** vence por ampla e ressonante maioria de citações e sinônimos). Os autores assim concluem que mais do que perfil utópico, trata-se de um modelo de propaganda orientador do comportamento dos estudantes, e que dialoga com públicos e discursos exteriores ao processo de recrutamento.

Quadro 13 – Perfil do Estagiário de Administração Ideal segundo Abreu, Miyazaki, Menegon e Andrade (2004)

Características Cognitivas	Habilidades de comunicação	Comprometimento	Competitividade
Vontade de aprender	visão crítica	motivação	iniciativa
Raciocínio matemático	capacidade de análise	ética	dinamismo
Perfil analítico	trabalho em equipe	persistência	pró-ativo
Curiosidade intelectual	habilidade em vendas	paixão pelo trabalho	empreendedor
Bom desempenho acadêmico	habilidade em negociação	compromisso	determinação
Talento	bom relacionamento interpessoal	responsável	inovação
Bom nível cultural	boa redação	organização	buscar desafios
Traga soluções de alto valor agregado	boa argumentação	amadurecido	ambição
Detenha a inteligência das regras do negócio	espírito de equipe		movido por desafios
			garra
			“disposto a ir muito além do horizonte”
			não teme o risco

Para finalizar: Você S.A. e “1984”

Viu-se acima a sujeição natural ao poder que os meios de comunicação em massa sofrem e as conseqüentes distorções, circularidades e homogeneidades resultantes. Essas formas de controle do discurso, e portanto de poder, são difusas, invisíveis e estruturais, independentes da vontade dos sujeitos. Procura-se agora nesse item conceitualizar e distinguir sobre as formas de poder e dominação que a mídia ostensiva e conscientemente propaga sobre a sociedade com a meta de conquistar

mercados, formar consumidores dóceis e disciplinados, ou de legitimar as políticas e estruturas sócio-econômicas de seu interesse, na manutenção de uma cultura de massa.

A cultura de massa, ou utilizando o termo criado por Adorno e Horkheimer, “indústria cultural”, para evitar confusões com o termo “cultura popular”, é um campo polêmico e complexo. Os estudos sobre a indústria cultural seguem as contradições desta, cujo poder é ao mesmo tempo totalizador e individualizante. Por um lado os defensores da sociedade da informação, da nova economia e da globalização, como Castells (2000), consideram que nunca a informação foi tão democrática, múltipla, rápida e livre de restrições ou censuras, devido às novas tecnologias e possibilidades de comunicação. Do outro, seguindo na tradição da Escola de Frankfurt, os críticos da indústria cultural enxergam nesta uma ideologia totalitária e fascista, que inevitavelmente tenta absorver todos os aspectos da vida humana, unidimensionalizada num ser produtor-consumidor sem complexidades ou ambigüidades que sejam desconfortáveis ao capital.

O “modelo ideal” de totalitarismo (pelo menos o mais famoso) não é nenhuma sociedade existente, apesar de muitas terem se aproximado muito deste: é sim uma sociedade fictícia, do livro “1984” de Orwell, que serviu para denunciar o Capitalismo, o Comunismo, o Estado de Bem-Estar Social, e provavelmente o Estado neo-liberal. Em contraposição quase dialética e ele encontra-se o também famoso Admirável Mundo Novo, de Huxley. Apesar dos preconceitos contra as obras de ficção, vários pesquisadores as têm utilizado para lançar luz sobre a condição feminina nas organizações (CARVALHO, CARVALHO e SANTOS, 2002), a possibilidade de uma sociologia positiva (PHILLIPS E ZYGLIDOPOULOS, 1999), e outras possibilidades como a de examinar o comportamento de gestores, ou da própria ciência a partir de metáforas com a literatura (PARKER et al 1999). Para a utilização da obra de Orwell, escolheu-se aqui apenas aplicar algumas analogias a título de provocação, afastando-se por um momento do “rigorismo metodológico” em troca do conteúdo polêmico e esclarecedor de Orwell.

As análises sobre o totalitarismo em geral concentraram-se sobre elementos da relação vigilância/terror/messianismo/racismo, sendo o exemplo mais clássico Hannah

Arendt (1972). Giddens (2001) classificou os elementos do totalitarismo em: 1 – Vigilância severa e constante; 2 – Totalitarismo moral; 3 – Terror policial; 4 – Proeminência da figura do líder. Orwell condensou e aprimorou esses elementos, de forma elegante, em três conceitos-chaves em sua novela: a Novilingua, o Big Brother, a Crimidéia.

A caracterização do Discurso Gerencial das Revistas Populares de Gestão como totalitário é uma tentativa de se caracterizar um fenômeno de comunicação em massa de influência crescente e de grande poder na discussão das discussões sociais. Através de um linguajar constantemente em mutação, caracterizado pela compactação, fragmentação, uso corrente de gírias, chavões, e linguagem publicitária, esse Discurso consegue esconder da maioria dos indivíduos os conflitos e contradições inerentes à sociedade atual.

Figura 4 – Vigilância sobre os funcionários



Esse controle da linguagem, semelhante à função da novilingua orwelliana é limitar e disciplinar o pensamento e a realidade: controlando-se a língua torna-se impossível manifestar-se contra o discurso porque não existem palavras para expressar esse pensamento:

“Não vês que todo o objetivo da Novilíngua é estreitar a gama de pensamento? No fim, tornaremos a crimidéia literalmente impossível, porque não haverá

palavras para expressá-la. Todos os conceitos necessários serão expressos exatamente por *uma* palavra, de sentido rigidamente definido, e cada significado subsidiário eliminado, esquecido. (...) A literatura do passado terá sido destruída, inteirinha. Chaucer, Shakespeare, Milton, Byron – só existirão em versões Novilíngua, não apenas transformados em algo diferente, como transformados em obras contraditórias do que eram. Até a literatura do partido mudará. Mudarão as palavras de ordem. Como será possível dizer “liberdade é escravidão”, se for abolido o conceito de liberdade ? Todo o mecanismo de pensamento será diferente. Com efeito, *não haverá* pensamento, como hoje o entendemos. Ortodoxia quer dizer não pensar... não precisar pensar. Ortodoxia é inconsciência.”(Orwell,2002 p. 53)

Quadro 14 - Exemplos da Novilíngua Empresarial

Características	Exemplos
Uso exagerado de palavras em inglês	Communities of practice, downsizing, stakeholders, coaching, Balance Scorecard
Comunicação cifrada, em siglas de conteúdo simbólico	CRM, ERP, B-to-B, B-to-C, e-loyalty
Chavões e frases de efeito que invocam temas, heróis e conteúdos prescritivos	“a clonagem de DNA corporativo” ;“o mundo corporativo mudou”, “nesse mundo cada vez mais globalizado e dinâmico”
Eufemismos e contradições	pontos fracos = “pontos a desenvolver”; “sou centralizador” = “às vezes tenho dificuldade para delegar tarefas”

Um exemplo prático do poder da Novilíngua encontra-se nas próprias revistas populares de gestão, nas suas sessões mais “críticas”. Existe de forma regular, apesar de minúscula, espaço para críticas nessas revistas. A Você S.A. já entrevistou Sennett sobre a corrosão do caráter, por exemplo. Porém, como percebido por Orwell, existe um **desconforto** mas não existem conceitos dentro da revista para expressá-los ! Isso porque devido às restrições do discurso sobre o trabalho, partilhado pelos diversos media, é impossível discutir as contradições sociais num nível sistêmico, pois o sistema em si não está errado. Quem tem a culpa então é geralmente o próprio indivíduo, ou organizações “não-modernas” que não seguem os preceitos da revista, como mostrado abaixo.

“Faunas corporativas que você deve enfrentar e vencer no trabalho (Veja, 14/08/2002,p 101):O derrotista; O encostado; O espertinho; O queixoso; O sabe-tudo; O trator.”

“Pesquisa sobre saúde conclui que os executivos brasileiros estão entre os que mais sofrem com as pressões do dia-a-dia no escritório (54h semanais contra média mundial de 41h) - a fonte do problema identificada pela revista é que os brasileiros “não têm confiança em si próprios”. (Veja, 10/04/2002, p75).

“Empresas Tóxicas” (Voce SA,12/ 2000)

O conceito de Big Brother é amplamente conhecido, e também já foi repetida a importância da vigilância no novo sistema do trabalho. Mas é oportuno lembrar nesse espaço que a vigilância não se restringe a celulares e demais tecnologias que vigiam o indivíduo no espaço e tempo (ver Figura 4). A vigilância pode ir muito além, e é esse seu propósito maior, que o indivíduo saiba que está sendo vigiado para seu próprio bem:

Seja Você Mesmo – Uma das grandes angústias do candidato a uma vaga de emprego é enfrentar os testes psicológicos que muitas empresas aplicam para selecionar futuros funcionários. É quase impossível prever o que esses testes vão revelar em você [...] É impossível enganar os testes e não é recomendável tentar [...] se o candidato conseguisse manipular o resultado do teste, a empresa contrataria um profissional sem o perfil procurado. Isso seria ruim para ambos os lados [...] O melhor a fazer é ser honesto e acreditar no teste". (Veja, 10/04/2002, p 93).

A *crimidéia* é o crime cometido por aqueles que pensam de maneira contrária ao aceitável: não é necessário que elas tenham **feito** algo, a natureza da traição encontra-se na recusa em se entregar o *self* ao regime. Para evitar cometer a *crimidéia*, ou seja, refletir sobre as contradições sociais e correr o risco de ser eliminado, os personagens recorriam ao *duplipensar que é* :

“saber e não saber, ter consciência da completa veracidade ao exprimir mentiras cuidadosamente arquitetadas, defender simultaneamente duas opiniões opostas, sabendo-as contraditórias e ainda assim acreditando em ambas [...] esquecer tudo quanto fosse necessário esquecer, trazê-lo à memória prontamente no momento preciso, e depois torná-lo a esquecer; e acima de tudo aplicar o próprio processo ao processo. Essa era a sutileza derradeira: induzir conscientemente a inconsciência, e então tornar-se inconsciente do ato de hipnose que se acabava de realizar.”(Orwell, 2002, p 36)

A necessidade de “ver o lado positivo”, de “ser feliz no trabalho” é defendida de maneira tão impositiva e violenta quanto “comprometimento com resultados” ou “produtividade”, os antigos cálices sagrados. O autor conhece pessoalmente pessoas que foram despedidas porque correu o boato de que elas não estavam felizes, e por esse motivo a empresa as estavam despedindo, como se fosse um favor...

No próximo capítulo procura-se ampliar as discussões, expressando um modelo de Genealogia do Discurso do trabalho, oferecendo possíveis pontos de análise e crítica.

CAPÍTULO 3
GENEALOGIA E DISCUSSÃO DA VOCÊ S.A.

1 - Política, Ciência e Gerenciamento

O objetivo desse capítulo é o de analisar em maior detalhamento as relações de poder/saber, que nos auxiliam, dentro do campo específico da Administração, a analisar as condições de surgimento de um discurso “pós-moderno” que trata das relações de trabalho.

A primeira dificuldade para se escrever sobre a relação poder/saber, é a sua reflexividade: “se toda ciência é ciência de uma ideologia, a ciência das ideologias não pode escapar a essa lei: ela não tem portanto, por objeto primeiro uma realidade que seria a ideologia sob suas diversas formas ‘naturais’, mas sim uma teoria ideológica da ideologia”. (HERBERT apud LIMA, 2000, p304). Do mesmo modo, qualquer ciência sobre o poder é, acima de tudo, uma ciência perpassada pelo poder, influenciada por ele, existente apenas em concorrência com outras formas alternativas de poder.

Essa dificuldade da ciência de analisar o poder é especialmente importante na análise das organizações, âmbito do conhecimento que se estabelece dentro das contradições entre capital e trabalho, sujeita à forças ideológicas capitalistas: os estudos organizacionais dependem, no mínimo, com a permissão do capital para serem realizados, e muitas vezes são sabidamente submissos ao discurso oficial da empresa. Thiollent (1987, p. 68) aponta que as bases teóricas da análise organizacional são débeis e que mesmo os elementos não radicais ou revolucionários das teorias sociais já exercem um efeito de esclarecimento das práticas sociais suficiente para que os agentes de poder não suportem o desconforto causado:

Nas correntes de pensamento organizacional, os elementos ‘teóricos’ referentes à estrutura social consistem, muitas vezes, numa simples representação ideológica que corresponde à visão do mundo que possuem os agentes do poder. Quando há pretensão teórica, trata-se de reproduzir idéias ditas ‘psicologistas’ que dão privilégio a uma pretensa **representação não política** do homem e da sociedade.” (THIOLLENT, 1987, p. 68, grifo meu).

Misoczky (2003) ao estudar a tradição que fundamentou a pesquisa organizacional, lembra que mais do que o famoso referencial positivo-funcionalista, o conhecimento em gestão e organizações sempre tendeu a desprezar os aspectos relacionais indivíduo-organização-sociedade-sistema capitalista. Para ganhar

legitimidade dentro de um referencial cientificista, a análise organizacional é tratada dentro de um molde que é supostamente derivado das ciências naturais, com a adoção de uma variável dependente e uma independente, operacionalização dos conceitos, e uso farto de ferramentas estatísticas e generalizações a-históricas.

Para CHAUI (1999, p. 280) o problema desse “senso comum” sobre a ciência, que ignora as distinções entre ciência e técnica, teoria e prática, verdade e utilidade, é o do surgimento de uma crença infundada de que a ciência pode e deve conhecer tudo, e que de fato conhece tudo, o **cientificismo**, baseado numa ideologia e numa mitologia:

- ❖ a ideologia da ciência é a crença ou ideal iluminista do progresso, evolução dos conhecimentos, acompanhada de influências positivas e pragmáticas, que fazem crer que a ciência pode, a princípio, explicar totalmente a realidade, e manipulá-la tecnicamente, confundindo muitas vezes a utilidade das descobertas científicas com a realidade das mesmas.
- ❖ a mitologia da ciência é a transformação, dentro da sociedade, da ciência em magia, com poderio absoluto e ilimitado sobre as coisas e pessoas, ocupando o lugar que antigamente era oferecido às religiões, isto é, do monopólio das verdades que sejam ao mesmo tempo absolutas, intemporais e inquestionáveis. Um exemplo interessante é o trabalho de Adans e Ingersoll (1990) que notam como em muitas organizações o sistema computacional transformou-se numa divindade anímica ou totêmica, e os técnicos de informática assumiram o papel de xamãs.

Para Foucault (2002c, p. 217), a própria estruturação das várias ciências, na formulação de campos de saberes, ao mesmo tempo acadêmicos e práticos, só pode ser entendido através do seu esquema de disciplinação: seleção, normalização, hierarquização e centralização. O filósofo considera o século XVIII como o século do disciplinamento dos saberes, ou seja “da organização interna de cada saber como uma disciplina tendo, em seu campo próprio, a um só tempo critérios de seleção que permitem descartar o falso saber, o não-saber, formas de normalização e de homogeneização dos conteúdos, formas de hierarquização e enfim, uma organização interna de centralização desses

saberes em torno de um tipo de axiomatização de fato [...] A universidade tem sobretudo uma função de seleção, não tanto das pessoas [...] mas dos saberes...”

É sabida a dificuldade de se analisar um discurso que se propõe científico, seja de forma interna ou externa a esse discurso, enxergando suas contextualizações históricas e filosóficas. Caso seja feita internamente, em geral esbarra nos pressupostos partilhados, nos paradigmas e tabus do campo. Quando feito externamente, em geral na verdade trata-se de lutas por poder simbólico que ocorrem entre dois campos do saber por um mesmo objeto (Bourdieu, 2002, p. 109). Como é possível então realizar a genealogia investigativa de qualquer campo, à procura das condições de surgimento de seus discursos e instituições? Para Foucault (2002c, p. 212), o que diferencia a genealogia dos saberes da simples “história das ciências” é a investigação desta no eixo conhecimento-verdade, ou o “eixo que vai da estrutura do conhecimento à exigência da verdade”. Já a genealogia dos saberes preocupa-se com um eixo discurso-poder, um eixo que conecta as práticas discursivas e os poderes que as originaram, os poderes a quem servem esses discursos, e os poderes que os legitimam, bem como vice-versa.

Nossa investigação da genealogia do discurso da Você S.A. dos antecedentes que dão sustentação, organização, legitimidade a esse discurso. Assim escolheu-se três bases: em primeiro lugar, a eliminação do político pela técnica, a substituição do conflito social pelo gerenciamento da emotividade psicológica, cujas raízes defendemos podem ser encontradas na Escola de Relações Humanas; em segundo lugar, a eliminação do *trabalho* enquanto categoria central na sociedade, sendo substituída pelo consumo, entendido nas suas formas pós-modernas fluídas, centradas no espetáculo (Debord, 2000); em terceiro, talvez como consequência das duas primeiras, a transformação da sociedade política em massa, com a expansão de discursos e poderes que pregam a absorção do ser humano, ou seja, totalitários, dentro e fora da empresa; por último, analisa-se como o novo discurso do trabalho forma um conjunto de pressupostos e visões de mundo que atuam ativamente enquanto instrumentos neopragmáticos de controle e dominação.

A política como metáfora e como realidade organizacional

Conceitualizar as organizações como sistemas políticos, permite que se chame atenção para a maneira como as grandes organizações são locais onde uma grande diversidade de interesses, valores, formas de conhecimento e grupos se congregam e lutam em suas decisões, estruturas e práticas. Dessa maneira reconhece-se o conflito como parte inerente de qualquer organização, e o poder como moeda corrente que define processos, hierarquias e ideologias. Morgan (1986) retratou esse conceito como sendo uma metáfora que permitia a análise das organizações, desvendando-se assim mais uma de suas facetas ocultas, que não pode desnudar-se no modelo Biológico, por exemplo, que visualiza a organização como um grande organismo, cujas partes atuam em harmonia. No entanto o trabalho de Morgan é restrito por três grandes falhas, algumas reconhecidas pelo autor e outras não.

A primeira e mais importante crítica ao seu trabalho é que a Política *não é uma metáfora* do comportamento nas organizações. Como discutido nesse trabalho, a política é antes de tudo condição necessária e inerente a qualquer forma de organização humana, constitutiva de sua própria essência e forma. Assim sendo não pode ser verdadeiramente uma metáfora. Quando Morgan compara a empresa a uma máquina, célula ou cérebro, realmente está raciocinando analogicamente, pois uma empresa não é nenhuma dessas coisas: ela não é um mecanismo composto de peças, uma forma orgânica ou processador holográfico de informações. No entanto a organização realmente é uma estrutura política, e a metáfora é destruída porque está sendo usada como analogia de si mesma.

Morgan só consegue manter essa ilusão através do artifício de usar como metáfora não a política realmente, e sim fazer uma analogia entre as organizações e as formas de organização do Estado, como o despotismo, a democracia, a monarquia, etc. Dessa forma ele incorre em outro erro, como já comentado, de que é reducionista confundir a Política com a forma de organização estatal, ou com seus subsistemas eleitoral ou legal. A política, entendida *Strictu sensu* está presente na forma das negociações e conflitos entre agentes políticos, seja na forma de setores internos, associações de consumidores, sindicatos, Estado, fornecedores, concorrentes, etc. Se a

entendermos *Lato Sensu*, através da leitura da *Micropolítica* (SATO, 2002), teremos um quadro ainda mais amplo e veremos que a política se impregna rotineiramente numa série de negociações cotidianas dentro do ambiente de trabalho, invisíveis ao visitante ocasional, mas de grande importância para o agente local, como será tratado posteriormente.

A analogia das organizações com as formas estatais de governo não é desprovida de mérito, mas deve ser feita com mais cuidado e profundidade que a disponibilizada por Morgan em apenas um capítulo de seu livro. Por exemplo a truculência, mesmo que visível, não indica necessariamente que uma empresa é menos democrática que sua rival. Como já demonstrado diversas vezes, muitas empresas optaram por práticas de controle esmagadoras e desumanizantes, mas que à primeira vista aparentam preocupação com os trabalhadores e com o aumento de sua participação (TRAGTENBERG, 1980, GOUNET, 1999, PAGÈS, 1987, etc.), substituindo as práticas truculentas por disciplinares, mas retendo os mesmos princípios de dominação e de concentração do poder. Além disso, em todas as organizações existem semelhanças com as várias formas de governo, em maior multiplicidade do que Morgan provavelmente gostaria de admitir. Por exemplo, mesmo a organização mais autoritária pode ser considerada democrática, quando o ponto de vista assumido for o dos acionistas e não o dos funcionários: do ponto de vista dos acionistas a direção da empresa foi eleita democraticamente para atender aos seus interesses de acumulação de capital. O reverso da analogia também é verdadeiro: mesmo nas maiores democracias do mundo, as relações de trabalho dentro da própria máquina estatal podem ser dominadas pela autocracia, havendo pouquíssimo espaço para a criatividade, autonomia e participação.

A destruição da política pela técnica

Segundo o pensamento de Hannah Arendt três vertentes explicam a submissão da política em relação à burocracia, à técnica e à massa. A primeira, na tentativa de explicar o fenômeno totalitário, o stalinismo e o nazismo, e a forma como essas ideologias totalitárias desintegraram o ser humano em sua identidade: “através da destruição da pessoa jurídica, da destruição da pessoa moral e da destruição da

individualidade – três processos cumulativos que transformam, nos campos de concentração, o indivíduo humano em cadáver vivo” (MAGALHÃES, 2001, p. 54), não apenas as vítimas, mas também os carrascos foram destituídos de sua identidade de seres humanos para se converterem em peças de um sistema cujo único propósito era o de produzir cadáveres, fato que horrorizava a escritora.

Tentando assim desvendar a desestruturação da política dentro do fenômeno totalitário, Arendt (1972) analisa a criação de uma “sociedade de massa” e da propagação da Ideologia entre as massas informes, polarizando e aglutinando o homogêneo, fato impossível de se acontecer numa sociedade plural e política.

Já na segunda incursão da filósofa sobre a destruição da política, na *Condição Humana*, ela aponta que a vitória do labor sobre a ação permitiu que a esfera do social escapasse do privado, expandindo-se até absorver todo o político. Estabelece a gênese desse processo desde o momento em que Platão defendeu a superioridade do intelectual sobre o cidadão na possibilidade de gerir efetivamente a coisa pública (Arendt, 2001). Talvez por isso a República tenha sido considerada por alguns como protótipo de sociedade total (GIDDENS, 2001, p.309). O ponto em comum entre essas obras é sua preocupação da destruição da política, entendida como espaço de pluralidade, em oposição à homogeneidade, dos homens, e da ação, entendida como possibilidade de expressão e mudança, ao contrário do sofrimento privado do *animal laborens* e do mercantilismo egoísta do homo faber.

Para Maffesoli (2001) o “fantasma do Uno na redução do pluralismo” é um fenômeno típico da racionalidade instrumental, do império dos especialistas, e da estrutura de dominação capitalista. Weber (2003) já estudava as condições de surgimento dessa espécie de “homens políticos profissionais” (p. 66) e o domínio dos funcionários de carreira ou especialistas sobre a formação e domínio das organizações, em especial do Estado:

Tudo se passa de maneira semelhante numa empresa privada. O verdadeiro soberano, isto é, a assembléia de acionistas, numa empresa privada, está tão desprovida de influências a respeito da gestão dos negócios quanto um “povo” dirigido por funcionários especializados. As pessoas que têm poder de decisão na política da empresa [...] nada mais fazem do que traçar as diretrizes

econômicas e designar quem seja competente para dirigir a empresa (WEBER, 2003, p. 77)

Dentro do âmbito organizacional, Vasconcelos e Vasconcelos (2002) determinaram, baseados nos discursos e práticas de Gestão de Pessoas, dois modelos principais para as relações interpessoais dentro das organizações: o modelo instrumental e o modelo político:

Modelo Instrumental

- o mercado impõe-se à empresa, considerada um instrumento racional de produção
- a gestão de RH tem a função de implantar as estratégias do alto comando, e assim toda a comunidade organizacional será automaticamente beneficiada
- baseado no argumento de que a eficiência econômica gera eficiência social e vice versa.
- os indivíduos devem ter mais autonomia, mas apenas de forma que esse desenvolvimento seja útil à empresa
- os empregados são considerados seres utilitaristas, com ações condicionáveis por técnicas behavioristas
- empresa é considerada um organismo adaptativo
- pressuposto de convergência de interesses dos membros da organização, visão “Una” da coletividade, busca da harmonia social

Modelo Político

- eficiência econômica negociada
- aceitação dos conflitos através da negociação
- indivíduos encarados como atores políticos defendendo interesses próprios de forma legítima
- organização como espaço do jogo estratégico entre os atores
- inexistência de uma “visão coletiva”

O princípio de que decisões devem ser tomadas por uma minoria pensante é provavelmente um dos mitos mais sedimentados dentro das organizações, e isso muito

antes de Taylor. O conteúdo ideológico desse princípio sugere que: as pessoas, por natureza, só se preocupam consigo mesmas e não com a comunidade; as pessoas são desmotivadas, e preferem que outros decidam por elas para que lhes poupe o trabalho; o excesso de cabeças tende ao caos e pandemônio; a discussão com um grande número de pessoas é improdutiva, lenta e muito trabalhosa para valer o esforço. Para Chauí (1999, p. 281) esta representa a ideologia da competência, ou seja, a idéia de que na sociedade existem os competentes, que são os que têm direito de mandar e exercer poderes, enquanto os demais só poder obedecer e seguir, vítimas de sua própria “incompetência”: “em resumo, a sociedade deve ser dirigida e comandada por aqueles que ‘sabem’ e os demais devem executar as tarefas que lhe são ordenadas”.

Será que, desse ponto de vista, a vida na sociedade de hoje é realmente democrática ? Ou ela é apenas uma ditadura tecnocrática dissimulada ? Segundo Giddens, Beck e Lash (1997), essa dúvida se apóia em um erro de categoria, a equação entre política e Estado, entre a política e o sistema político; a correção desse erro não priva a dúvida de seus elementos verdadeiros, mas apesar disso transforma-a em seu oposto: as pessoas esperam encontrar a política nas arenas a ela designadas, e executada pelos agentes devidamente autorizados, como o parlamento, os partidos, sindicatos, etc. O sistema político não estaria confinado apenas às instituições que historicamente são responsáveis pela defesa ou cumprimento das normas democráticas. Para esses autores, a ciência política ampliou e elaborou seu conceito de política em três aspectos. Primeiro, investiga a constituição institucional da comunidade política em que a sociedade se organiza (polity – forma ou processo de governo ou a sociedade como um Estado organizado); segundo, a substância dos programas políticos para determinar as circunstâncias sociais (policy – algo como uma declaração escrita dos termos de um contrato de seguro), e, terceiro, o processo de conflito político com relação à divisão de poder e às posições de poder (politics – visões e crenças políticas). Aqui não é apenas o indivíduo que é considerado apropriado à política ou democracia; as questões é que são dirigidas aos agentes coletivos. Como dizia Hannah Arendt (2000), a política é a arte de diminuir as diferenças individuais dentro dos grupos, aumentando as diferenças coletivas, entre os grupos. Assim, para haver democracia, não é necessário que todos os seus elementos estejam integrados no processo político, mas que a sociedade tenha

instituições e mecanismos para proteger e ouvir aos interesses coletivos em suas várias manifestações.

Mesmo dentro da empresa, a representação coletiva dos trabalhadores, às vezes chamada de participação indireta, tem importante papel, principalmente quando assume funções diretivas, através de representantes escolhidos para esse fim, e não apenas consultivas. Estudando a questão da participação dos funcionários em diversos países do mundo, Motta (1981) define quatro formas possíveis de participação indireta. Cada uma delas influencia diferentemente o processo decisório:

➤ Comitês de empresa – com função basicamente consultiva ou cooperativa, possuem baixo poder de decisão, normalmente relacionados à área de administração de pessoal

➤ Negociações coletivas – buscam estabelecer as condições gerais de emprego e trabalho, através de negociações entre dirigentes e sindicalistas.

➤ Co-gestão – institucionaliza a representação dos funcionários na direção efetiva da empresa, em órgãos e proporção variáveis. Visa a estabelecer bases de cooperação e harmonia entre sindicatos e empresas.

➤ Autogestão – consiste no exercício coletivo do poder, através da autonomia dos grupos de membros da empresa para decidir sobre os destinos, processos e resultados do trabalho. O grupo define não apenas sobre o trabalho a ser feito, mas como será feito, e como os benefícios serão divididos. Assim, a autogestão gere o produto do exercício da gestão participativa.

Como reflexo da destruição da política pela técnica, a participação dos trabalhadores no processo decisório, através das formas de organização elencadas acima, foi praticamente eliminada das discussões sobre “participação”, “empowerment”, etc. A grande maioria dos pesquisadores brasileiros críticos (FARIA, 2002, 2001; CAPPELLE et al 2002; COUTINHO,2001), concorda com Pagès(1987) e Enriquez (1997) que os mecanismos de participação e comprometimento são cada vez mais formas de dominação subjetiva, que não propõe a divisão do poder, e sim a sua concentração.

2 - A escola de relações humanas – genealogia dos Recursos Humanos

A escola de relações humanas tem origem, desenvolvimento e grande aceitação nos Estados Unidos, tendo nascido dentro do meio gerencial, e em coerência com esse, e daí se espalhou para outros países. Apesar de sua natureza ser restrita, sua influência é sentida hoje em várias teorias gerenciais que promovem da Qualidade de vida no trabalho à democracia organizacional. Incluem-se entre outras as escolas de estudo da Motivação, Empowerment, Comprometimento do funcionário, além de muitas outras.

A característica principal da Escola de Relações Humanas é a sua preocupação em evitar os conflitos (MENDES, 2001), principalmente os de origem trabalhista, ou seja, greves, brigas, absenteísmo, sabotagens, greves brancas, rotatividade, etc. Ao contrário da teoria democrática, que pressupõe que o objetivo principal da participação é a construção de um ambiente saudável e democrático, onde todos possam exercer sua cidadania e alcançar o melhor resultado coletivo, a ERH pressupõe que o objetivo maior a ser alcançado é a conquista e aumento da produtividade e estabilidade do sistema organizacional, e através desses objetivos automaticamente se alcança o melhor resultado possível para se atender às demandas individuais e coletivas.

Figura 5 – A mistura do discurso de cooperação da ERH com o discurso pós-moderno do Trabalho (Você S.A, 1998)



A preocupação em evitar conflitos e supor objetivos comuns e integrados para todos os membros, vêm tanto de sua origem gerencial, e por isso a preocupação em se ter coerência com os objetivos e discurso da alta cúpula administrativa, como de uma visão de mundo baseada numa metáfora biológica (Morgan, 1996), onde a empresa é vista como um organismo. Assim, da mesma maneira que um organismo é feito por partes menores, mas com um objetivo comum, a sobrevivência, a empresa é encarada como sendo formada por uma série de indivíduos movidos por um contrato racional, e defendendo a sobrevivência conjunta. Enxerga-se facilmente assim, que todo conflito é visto como patológico, semelhante à doença do organismo, e portanto deve ter uma etiologia e após o diagnóstico pode e deve ser solucionado.

Outra grande crítica à ERH (Tragtenberg, 1980) é que ela ignora totalmente o conflito de poder. Assim, não se pressupõe que dentro da empresa haja grupos, como a alta gerência, com interesses próprios diferentes do interesse coletivo, e com poder suficiente para impedir que as exigências legítimas de outros grupos possam ser manifestadas. Também pressupõe, de maneira muito ideológica, que não existem interesses entre os grupos que possam ser irreconciliáveis. Os interesses dos trabalhadores, gerentes, acionistas, consumidores, etc, sempre podem e devem ser combinados na busca pela “harmonia”. Assim ignora o conflito entre classes, como se discutirá adiante na visão socialista, que pressupõe que os interesses do capital e do trabalho não são complementares, e sim opostos, irreconciliáveis e em eterna luta.

Segundo Tragtenberg, a ERH é um instrumento ideológico que impede que os trabalhadores possam se conscientizar de seu papel e exigir condições melhores de trabalho e/ou um papel mais criativo e emancipado para seu trabalho. A ERH conseguiria isso através da individualização do conflito, transformando-o em diferenças e dificuldades Interpessoais. Por exemplo, a gerência dita participativa, cujas bases filosóficas remontam à experiência de Hawthorne de Elton Mayo, busca, apesar de se autodenominar “humanística”, técnicas sofisticadas de manipulação que tornem mais fácil adaptar o homem às organizações, elevando sua produtividade e conseqüentemente o lucro do empresário. O próprio Elton Mayo já foi acusado (Clegg, 1980) de ter, para as organizações, o mesmo efeito que os manicômios tiveram no século XIX como instrumento de opressão e controle social. Mayo também já foi acusado de retirar várias

trabalhadoras de seu clássico experimento por serem “neuróticas”, ou seja, porque elas defendiam que seu trabalho só poderia ser melhorado através de maiores salários, o que demonstrava sua rejeição neurótica das figuras de autoridade.

Tragtenberg, grande crítico das empresas que diziam praticar a gestão participativa, cita constantemente que é a eliminação da política dentro das organizações a culpada por transformar o conflito coletivo em individual, e o conflito individual em neurose psíquica. Cita por exemplo as fábricas toyotistas que tinham um boneco “João-bobo” para que o funcionário, ao brigar com a chefia, pudesse descontar no boneco. Vemos assim que o conflito capital-trabalho, muitas vezes originado em questões legítimas (falhas na produção, ritmo excessivo, condições inadequadas de trabalho, falta de treinamento do pessoal, salários defasados, etc.) é transformada numa neurose, no caso um “excesso de agressividade” do trabalhador, que deve ser extravasada no boneco para que se tenha um ambiente de trabalho saudável.

A terceira grande crítica ao sistema de “boas relações” defendido pela ERH é a sua transformação de tudo que é político em técnico. A existência de uma diversidade de grupos e interesses dentro das organizações pode ser iluminada ao se contrastar o gerenciamento, enquanto uma função técnica, e o gerenciamento como um fenômeno sóciopolítico. Quando consideramos o gerenciamento como uma função técnica, nós podemos apontar um número de atividades que, no presente e no futuro visível, deverão ser feitas. Essas incluem as atividades físicas e intelectuais da produção e distribuição, incluindo o planejamento e coordenação das atividades. Precisamente o que é produzido e como é manufaturado ou entregue são decisões que devem mudar constantemente. Entretanto, a organização particular dessas atividades estritamente técnicas, que incluem os problemas de quem irá ocupar posições de autoridade dentro da divisão do trabalho, e quem irá conseguir maiores vantagens, tanto materiais quanto simbólicas, dessa divisão é, sem escapatória, um problema político que não pode ser determinado de forma neutra pelo apelo imparcial de uma lógica técnica e impessoal.

No entanto, para a ERH, o sistema político transforma-se num sistema residual de práticas informais, ou de joguete de subgrupos envolvidos em jogos de poder ilegítimos fora das esferas de autoridade e hierarquia, o que provavelmente

explica porque até hoje, quando se pensa em política organizacional em geral pensa-se apenas em “politicagem”. O interesse principal das teorias organizacionais de poder é freqüentemente reduzida a uma concepção do político baseada sobre o poder de punição e medo, ou sobre os elementos estratégicos, como o domínio de recursos (informação, orçamentos, espaço físico, etc) em relação a outros grupos ou indivíduos. Visto dessa maneira, o poder transforma-se, como dito por Mintzberg (1983) “naqueles comportamentos individuais ou coletivos que são informais, visivelmente localizados e, além de tudo, no sentido técnico, ilegítimos, não sancionados nem pela autoridade formal ou ideológica reconhecida, nem pelo conhecimento aplicado, mesmo que ela possa apropriar-se de um deles.”

Surgimento da ERH

Diversas interpretações já foram dadas sobre o surgimento histórico da ERH. Para Gounet (1999) a ERH se estabeleceu primeiro como resposta ao acirramento das tensões e contradições do taylorismo/fordismo, que manifestavam como absenteísmo e rotatividade; em segundo lugar como luta contra o bloco socialista e os discursos de origem marxista/anarquista, e dessa forma alinhando-se com outras tendências, como o “Estado de Bem-estar Social” e o Keynesianismo. Para Borges (1999) esse discurso **gerencialista** sobre o trabalho, surgiu na fase oligopolista do capitalismo na tentativa de deter a institucionalização do conflito capital/trabalho, é composto por:

No campo dos valores, defende um trabalho que seja (1) mercadoria, num vínculo estreito com o consumo, sendo provedor de salários, assistência, benefícios e ampla rede de proteção institucional, que inclui a garantia de estabilidade no emprego; (2) provedor de contatos interpessoais; (3) pobre de conteúdo, parcelado, monótono, mecanizado e repetitivo para a maioria dos trabalhadores. Acrescenta os aspectos interpessoais na base de poder em relação à concepção capitalista tradicional, supondo uma supervisão estrita, porém exercida com uso de habilidades interpessoais mais polidas. Passa também a pressupor a compensação da baixa qualidade do conteúdo do trabalho pelas recompensas financeiras e interpessoais. Descreve as características concretas do trabalho tal qual defende. Assim, o **gerencialismo**, antes que uma concepção distinta propriamente dita, é exatamente o movimento criador de uma nova concepção, a partir do capitalismo tradicional. Tenta pela estabilidade no emprego, dos programas assistenciais e/ou de benefícios e da promoção das relações interpessoais, amenizar as conseqüências indesejáveis do capitalismo tradicional que a crítica já era sábia em apontar. (BORGES, 1999, p. 84, grifo da autora)

Já para Mendes (2001) existe um paralelo entre a ERH e o movimento cultural da “Auto-ajuda” nos EUA, quando se analisa as transformações sociais e econômicas pelas quais o país passava na época. O primeiro fator foi a popularização das ciências sociais e seu fascínio, junto à população, com a crença de que estas trariam soluções **científicas** para todos os problemas humanos. Populações assim tornaram-se ávidas pelo conselho do especialista, os sistemas de regras (Como criar seus filhos, Como arrumar um namorado, Como saber se seu marido está te traindo, Como ganhar mais dinheiro), e a preocupação com o que é “normal” (no sentido de comum – “o que os outros estão fazendo” e no sentido de modelo ideal – “os sete hábitos das pessoas muito eficazes”, etc).

O segundo fator ligando a ERH e a Auto-ajuda encontra-se numa observação curiosa: surgidas numa época turbulenta, na qual muitas pessoas, de direita e esquerda, acreditavam no fim iminente do capitalismo, mesmo assim o foco principal das duas abordagens é que o fracasso é pessoal, não social, e o sucesso pode ser atingido através de ajustes na personalidade. Nessa época surgem, além dos testes de personalidade, o QP (quociente de personalidade, criado por Henry Link):

Qualquer estudioso do período em questão fica impressionado com a enorme quantidade de material literário planejado para instruir e informar, no que diz respeito às maneiras de ter sucesso. Foi a grande era das publicações sobre auto-ajuda [...]A mensagem implícita: faça as pessoas gostarem de você; desenvolva hábitos e habilidades que interessem e sirvam às outras pessoas; enquadre-se. (MENDES, 2001)

A análise histórica nos propõe de imediato trágicas questões. Em primeiro lugar a incrível similaridade entre épocas tão distantes, com a nova explosão da auto-ajuda, a reencarnação do QP na forma de QE (novamente discutido pela comunidade científica, sem memória de sua vida anterior). Torna-se impossível não pensar nas teses de Mészáros ou Rosa Luxemburgo sobre as crises periódicas do capitalismo, como um advento da luta entre justiça e barbárie, poder e liberdade.

Em segundo lugar nota-se a verdade da análise de Foucault sobre o poder/saber, e da natureza heterogênea dos dispositivos dos discursos: nas duas épocas, um **discurso científico** sobre o trabalho desenvolveu-se na academia, que foi combinado a um **conjunto de práticas** dentro das organizações, visando regular o

trabalho, e a uma **crença na ordem social**, divulgada no seio da população através de obras de auto-ajuda que tornaram os pressupostos do dispositivo da economia política da verdade em lugar-comum, aceito automaticamente pelo “cidadão bem-informado”. De uma maneira geral, nota-se, nos dois períodos, a presença clara do biopoder: a docilização das populações através do poder pastoral.

Além da ERH – política x gerenciamento

A participação organizacional, dentro do referencial das ERH encara a participação apenas como um caso especial de delegação, na qual o subordinado obtém maior controle, maior liberdade de escolha em relação às suas próprias responsabilidades. Ou seja, apesar de não existir uma equivalência exata entre as ideologias de gestão atuais e a ERH, seus pressupostos são visíveis em vários outros modismos de gestão que apareceram e desaparecem, como o Empowerment. Esses pressupostos, que o gerenciamento correto das “relações no trabalho” aprimora a satisfação e a motivação no trabalho, e surge através da responsabilização e treinamento dos funcionários, mudança da mentalidade empresarial para uma “Teoria Y”, e delegação efetiva de poderes de decisão para as pessoas que efetivamente têm o conhecimento para toma-las, possuam os recursos e a autoridade necessários para realiza-las a contento.

Muitos enxergam nessa proposta um novo paradigma de liderança, na qual se passa do controle centralizado para um estado de "autonomia descentralizada". Assim essa proposta seria uma revolução dos antigos modelos obsoletos resultantes da economia industrial, adaptando-se a uma nova era de trabalhadores do conhecimento mais autônomos e produtivos, e sem a necessidade de hierarquias rígidas, proporcionando a oportunidade de maior flexibilidade, rapidez de decisão e potencial para desenvolvimento da criatividade.

Essa visão positiva pode ser um pouco ufanista e é passível de crítica. Em primeiro lugar ela não discute a impossibilidade do trabalhador de transformar as próprias tarefas, quanto mais interferir nas decisões de cunho estratégico sobre os rumos da empresa. Assim, o funcionário continua, em última análise, realizando o mesmo,

apenas pode decidir, se tanto, de que maneira fazê-lo. Esquece-se assim que a delegação de poder **não** é uma forma de distribuição de poder. Aqui, encontra-se a presença do paradoxo central do poder: o poder é uma ação que aumenta em princípio com a autoridade que a delega; a delegação de autoridade só pode efetivar-se através de regras que comportam necessariamente liberdade, e esta liberdade dá potencialmente poder a quem é delegada.

Dai decorre o fundamento implícito e geralmente aceito da ordem negociada e, ao mesmo tempo, sua fragilidade, sua instabilidade. O poder é inerente à autoridade e é legitimado através de regras: a interpretação das regras deve ser disciplinada, regulada, de forma a manter a estrutura de poder. Ou seja, o grau de transformação do trabalho deve se dar dentro da estrutura de poder, sem nunca transformar a própria estrutura. Delega-se poder dentro de regras, mas esquece-se que o poder está justamente com quem faz as regras (Pagés, 1996).

3 - A sociedade de consumo e a perda da centralidade do Trabalho

A categoria Trabalho, com certeza é uma das mais tradicionais dentro do campo da Sociologia, apesar de há algum tempo a sua centralidade dentro da sociologia encontra-se sobre uma série de discussões (por exemplo Antunes, 2002; Gorz, 1982). O debate divide-se entre os que questionam e os que reafirmam a centralidade do papel do trabalho, principalmente em vista de grandes transformações sociais como o desemprego sistêmico.

Vários trabalhos que focam sobre a identidade do trabalhador (COUTINHO, 2001), os sentidos do trabalho (CARVALHO et al, 2002), representações sociais (FREITAS, 2000), comprometimento funcionário-organização (Abreu, Miyazaki e Menegon, 2003), apresentam explicitamente ou não o pressuposto da centralidade da categoria trabalho no entendimento da identidade – relações humanas. Por exemplo para Coutinho (2001):

eu considero que o trabalho ainda ocupa um lugar de destaque no imaginário coletivo, permanecendo como uma categoria importante no entendimento de uma série de fenômenos sociais, entre os quais estaria a identidade. Partindo da concepção de que os homens se identificam por suas ações, pode-se pensar que da mesma forma como quem trabalha se identifica como trabalhador, a ausência de trabalho, ocasionada pelo desemprego também seria indicador de uma identidade, no caso de não trabalhador, ou desempregado.

De lado oposto à essa classificação, encontram-se os que consideram que não existe um binômio trabalhador-desempregado a ser analisado, e que a sociedade deve ser analisada de outras formas. Gorz (1982) chega a dizer que estamos vivendo a “Era de Ouro do Desemprego”, momento no qual a maioria das pessoas continuaria enganada, sem saber que “o problema da produção está resolvido”, restando apenas o “problema da distribuição”: ou seja, a disciplina do trabalho, a ideologia da competição, a ética do trabalho duro, são todos fatores obsoletos numa sociedade que pode produzir mais do que o suficiente para manter a todos em situação confortável, garantindo a sobrevivência de um mundo de trabalho reduzido, como sonhava Lafargue (1999). Infelizmente, no lugar de uma sociedade de “tempo livre”, o autor lamenta a opção por uma “sociedade do desemprego”, onde poucos trabalham e consomem, e o restante é marginalizado.

Além disso, deve-se notar que o autor esquece de considerar em suas análises sobre o desemprego o fator consumo. Discute apenas como a grande massa humana tornou-se desnecessária para a produção capitalista. Ironicamente, devido à concentração de renda, pode-se argumentar que essa massa também tornou-se desnecessária para o consumo capitalista ! Como o consumo dos poucos ricos pode ultrapassar em milhares de vezes os dos pobres, a fundamentação fordista do “deve-se pagar um salário decente, para que o trabalhador possa comprar o produto que fabrica, e assim mover o mercado” se fragmenta e esgarça. Aparentemente, no novo capitalismo, uma parte grande da população possui a única função de ser marginalizada da sociedade.

Se o trabalho não é considerado mais como categoria fundamental de estruturação social, qual seria o seu substituto ? Diversos autores estudaram a substituição das antigas categorias de trabalho e emprego na formação do caráter humano (SENNETT, 2002), por formas mais flexíveis, líquidas, pós-modernas (BAUMAN, 1999) de relacionamentos humanos. A partir do trabalho de autores clássicos, como Mills e Debord, é a posição defendida nessa dissertação, que essas formas pós-modernas de relacionamentos sociais tornaram-se possíveis quando o consumo substituiu o trabalho enquanto força orientadora da estrutura da vida.

A crítica à sociedade de consumo tem várias vertentes, mas com certeza uma das mais importantes, por servir de base à muitas outras, vêm de Marx, que estabeleceu a submissão dos homens ao capitalismo, não apenas na alienação do trabalhador do processo e produto do seu trabalho, mas da transformação de todos em “coisas” (reificação) e a submissão dos homens ao mercado, através da fetichização das mercadorias (apud LESSA, 2002, p. 28). Nessa linha, podemos citar Arendt (2001), Mills (1979), Adorno e Horkheimer (1985) e muitos outros. Além disso, Knights (1992) enxerga no argumento marxista do excesso de capacidade produtiva da organização capitalista, gerando excedentes de oferta, uma das condições que possibilitaram o surgimento das práticas e teorias de marketing e de planejamento estratégico nas organizações, a medida em que os capitalistas conseguiam maior controle sobre a produção, mas enfrentavam problemas cada vez maiores com o consumo e a distribuição.

Para Mills (1979, p. 246), a criação de uma sociedade de consumo encontra-se na “grande ruptura” entre trabalho e lazer:

Mas, se o trabalho dos colarinhos-brancos não tem nenhuma ligação com o produto resultante, e não há nenhum vínculo intrínseco entre o trabalho e o resto de suas vidas, eles devem aceitar a idéia de que o trabalho não tem significação em si mesmo, devem executá-lo com maior ou menor descontentamento, e procurar significados em outros setores da vida (...) Se os colarinhos brancos não tem liberdade para controlar seu trabalho, acostumam-se com o tempo a receber ordens dos outros, e apenas procuram agir livremente em outros setores da vida. Se o trabalho não lhes ensina coisa alguma, nem lhes permite aperfeiçoar-se eles terminam por abandonar esses objetivos e, muitas vezes, perdem o interesse no auto-aperfeiçoamento mesmo em outras áreas. A separação entre o trabalho e o lazer, entre o trabalho e a cultura, é admitida como um fato normal. Se seu modo de ganhar a vida não estimula seu modo de viver, eles procuram construir uma existência verdadeira fora do trabalho. O trabalho torna-se um sacrifício de tempo, necessário para construir uma vida exterior a ele.

Campbell (1987) constrói uma evolução da sociedade de consumo a partir de uma crítica/homenagem ao trabalho de Weber (1980), que coloca a ética do trabalho protestante como discurso que possibilitou suporte ideológico para o surgimento do capitalismo. Ou seja, foi preciso uma grande mudança na mentalidade dos agentes e no sentido do trabalho para eles, para que saíssem de um modelo artesanal, no qual se

trabalhava apenas o necessário, para um modelo capitalista, no qual se trabalha o máximo possível. Campbell considerou essa visão incompleta, sendo também necessária encontrar as condições de surgimento da sociedade de consumo, condições que Weber deixou por aberto, inexplicadas, talvez por elas serem, por sua característica busca pelo prazer hedonista, aparentemente contrárias à ética protestante:

De fato, o *summum bonum* desta “ética”, a obtenção de mais e mais dinheiro, combinado com o estrito afastamento de todo gozo espontâneo da vida é, acima de tudo, completamente destituído de qualquer caráter eudemonista ou mesmo hedonista, pois é pensado tão puramente como uma finalidade em si, que chega a parecer algo de superior à “felicidade” ou “utilidade” do indivíduo, de qualquer forma aldo de totalmente transcendental e simplesmente irracional. O homem é dominado pela produção de dinheiro, pela aquisição encarada como finalidade última de sua vida. A aquisição econômica não está mais subordinada ao homem como meio de satisfazer as suas necessidades materiais. (WEBER, 1980, p.185, grifo do autor)

No entanto, do mesmo modo que a produção era limitada pelas necessidades, terminando logo que elas eram preenchidas. Do mesmo modo que o homem “não deseja ‘por natureza’ ganhar cada vez mais dinheiro, mas simplesmente viver como estava acostumado a viver, e ganhar o necessário para este fim” e “a oportunidade de ganhar mais era menos atrativa do que a de trabalhar menos” (WEBER, 1980, p. 191), Campbell argumenta que o homem também não desejava consumir cada vez mais, e portanto a sociedade de consumo teve uma construção histórica, tanto de suas práticas quanto de seus discursos e ideologias, construção que o autor localiza no espírito do Romantismo.

Resumidamente, Campbell (1987) discute o hedonismo e a possibilidade de se obter prazer através do consumo de coisas, categorizando-as em duas fontes: as necessidades e os desejos. As necessidades irrealizadas provocam desconforto e sofrimento, e buscam por satisfação. Quando alcançada essa satisfação o prazer é imenso, mas logo termina, sendo difícil reiniciá-lo. Porém, para os desejos a possibilidade de prazer é infinita, pois para ao serem atendidos logo outros surgem, e se não são atendidos, mesmo assim o sofrimento de sua busca é prazeroso:

Objects possess utility or the capacity to provide satisfaction. It is, in this sense, an intrinsic attribute of real things: food can relieve hunger, clothes provide warmth, houses shelter, people affection. Pleasure, on the other hand, is not an intrinsic property of any object but is a type of reaction which human commonly have when encountering certain stimuli. Pleasure is not even a property of stimuli, but refers to the capacity to react to stimuli in a certain fashion. To search for satisfaction is thus to engage with real objects in order to discover the degree and kind of their utility, whilst to search for pleasure is to expose oneself to certain stimuli in the hope that they will trigger a desired response within oneself. Hence, whilst one typically needs to make use of objects in order to discover their potential to satisfaction, it is only necessary to employ one's senses in order to experience pleasure, and, what is more, whereas an object's utility is dependent upon what it is, an object's pleasure significance is a function of what it can be taken to be. Thus whilst only reality can provide satisfaction, both illusions and delusions can supply pleasure (CAMPBELL, 1987, p. 61)

Ou seja, para Campbell, o sofrimento também pode ser uma fonte de prazer importantíssima. Isso porque o sofrimento emocional é *passível de ser sentido enquanto experiência*, através da contraposição de um ideal romântico a uma realidade crua, que ao ser desafiada causa sofrimento mas também o prazer mórbido da experiência, sendo portanto a origem do “espírito do consumismo” não a necessidade, como querem os publicitários, pois esta é facilmente saciada, mas sim o desejo, originado do desconforto, nunca satisfeito pois é realimentado pelo conflito interno.

Essa característica ambivalente do desejo, bem como a impossibilidade do prazer de vencer o sofrimento, já tinham sido percebidas por Freud (2001), que afirma:

A questão do propósito da vida humana já foi levantada várias vezes; nunca, porém, recebeu resposta satisfatória e talvez não a admita (...) O que pedem eles [os homens] da vida e o que desejam nela realizar? A resposta mal pode provocar dúvidas. Esforçam-se para obter felicidade; querem ser felizes e assim permanecer. Essa empresa apresenta dois aspectos: uma meta positiva e uma meta negativa. Por um lado, visa a uma ausência de sofrimento e de desprazer; por outro, à experiência de intensos sentimentos de prazer(...). Não há possibilidade alguma de ele [essa empresa] ser executado; todas as normas do universo são-lhe contrárias. Ficamos inclinados a dizer que a intenção de que o homem seja 'feliz' não se acha incluída no plano da 'Criação'. (...)Somos feitos de modo a só podermos derivar prazer intenso de um contraste, e muito pouco de um determinado estado de coisas. Assim, nossas possibilidades de felicidade sempre são restringidas por nossa própria constituição. Já a infelicidade é muito menos difícil de experimentar.

Já Hannah Arendt (2001) enxerga na sociedade de consumo a vitória do labor¹⁵ sobre o trabalho e a ação. O labor, visto por Arendt como processo metabólico

¹⁵ Como comentado por Wagner (2002), a tradução de labour, work e action para labor, trabalho e ação é incorreta, porque etimologicamente, trabalho e labor (ou labuta) tem a mesma conotação de sofrimento,

do homem com a natureza e provindo da necessidade, é vital, porém infundável, não deixando vestígios de seu esforço, ao contrário do trabalho, que deixa atrás de si o objeto, e da ação que forma a pólis. Para a autora, a sociedade de consumidores era sinônimo de uma sociedade de laboradores, pois labor e consumo são duas faces de um só processo, imposto pelas necessidades da vida, anabolismo e catabolismo que permitem a existência humana (ARENDDT, 2001, p. 138). Ou, como dizia Mills (p. 255): “Cada dia os homens vendem pequenas partes de si mesmos para tentar comprá-las de novo cada noite e fim-de-semana com a moeda do ‘divertimento’.”

A sociedade de laboradores era pensada pela autora como resultante não da emancipação dos homens, e sim da emancipação do próprio labor, que livre de suas antigas prisões no mundo privado, expandiu-se até ocupar toda a esfera pública, sobrando muito pouco do que antes era espaço privilegiado do trabalho e da ação, hoje reservado apenas a poucos.

O consumo impede a emancipação da necessidade sonhada por Marx ou Lafargue (1999): “Cem anos depois de Marx sabemos quão falaz é este raciocínio: as horas vagas do animal laborans jamais são gastas em outra coisa senão em consumir; e quanto maior é o tempo de que ele dispõe, mais ávidos e insaciáveis são os seus apetites. O fato de que estes apetites se tornam mais refinados, de modo que o consumo já não se restringe às necessidades da vida mas ao contrário visa principalmente as superfluidades da vida, não altera o caráter desta sociedade”

Arendt (p. 146) contradiz então a Freud e Campbell, ao considerar a emancipação do labor, e a conseqüente prisão do homem ao reino da necessidade, como a causa da busca pelo prazer e felicidade, e não uma condição natural do Homem:

A verdade bastante incômoda de tudo isto é que o triunfo do mundo moderno sobre a necessidade se deve à emancipação do labor [...]. **O resultado é aquilo que, eufemisticamente se chama cultura de massas;** e o seu profundo problema é a infelicidade universal, devida, de um lado, à perturbação do equilíbrio entre o labor e o consumo e, de outro, à persistente exigência do *animal laborans* de perseguir uma felicidade que só pode ser alcançada quando os processos vitais de exaustão e regeneração, da dor e de alijamento

tortura, não havendo em português a oposição entre o trabalho sem sentido, corporal, metabólico, e o trabalho do artesão, da produção de uma obra. Mesmo assim decidiu-se seguir a tradução em português por simplicidade.

da dor, estão em perfeito equilíbrio. A universal exigência de felicidade e a infelicidade tão comum em nossa sociedade (que são apenas os dois lados da mesma moeda) são alguns dos mais persuasivos sintomas de que já começamos a viver numa sociedade operária que não tem suficiente labor para mantê-la feliz. Pois somente o *animal laborans* – e não o artífice nem o homem de ação – jamais exigiu ser ‘feliz’ ou pensou que homens mortais pudessem ser felizes. (itálicos da autora, negrito meu)

Deve ser lembrado que o surgimento da cultura de massas é de extrema importância para a autora, que reconheceu nela a condição de emergência do nazifascismo e stalinismo (ARENDDT, 1972; WAGNER, 2002; AGUIAR et al., 2001). A sociedade de massa, na qual a pluralidade de múltiplos indivíduos, seres únicos, é substituída pela superfluidade da multidão de seres dispensáveis e intercambiáveis entre si, é uniforme e informe e assim torna-se maleável e polarizável às ideologias e à propaganda dos meios de comunicação de massa, destruindo ao mesmo tempo as necessidades individuais e as coletivas.

Wright Mills (1979, p. 255) acreditava, como Arendt, que a divisão do trabalho (labor) e a alienação do trabalhador criavam a separação entre trabalho e lazer, sofrimento e divertimento, cotidiano e feriado, elementos esses utilizados e amplificados pela indústria cultural: “A imagem de feriado costuma ser profundamente imbuída de aspirações e sonhos, e é, naturalmente, alimentada pelas personalidades e acontecimentos divulgados pelos veículos de comunicação de massa.” Além disso, do mesmo modo que a esfera do trabalho perdia significado pela sua divisão e alienação, a esfera da família e sociedade perdia força diante da expansão do lazer, ocorrendo a desestruturação das instituições tradicionais pois “as comunicações de massa substituem a tradição. Deixado assim à deriva, o homem metropolitano busca uma nova ancoragem nos espetáculos esportivos, nos ídolos divulgados pelas comunicações de massa e outros mecanismos da diversão.”

A decadência da ética do trabalho, e sua substituição pela ética do lazer (SENNETT, 2002), constitui, para muitos autores, a chamada Sociedade do espetáculo, na qual o próprio Homem é transformado em “coisa”, e todas as coisas transformam-se em mercadoria (DEBORD, 2000): “o espetáculo é o momento em que a mercadoria ocupou totalmente a vida social. Não apenas a relação com a mercadoria é visível, mas

não se consegue ver nada além dela: o mundo que se vê é o seu mundo. A produção econômica moderna espalha, extensa e intensivamente, sua ditadura.”

Nos últimos anos temos visto que a sociedade tornou-se não apenas uma “sociedade de serviços”, mas uma “sociedade de experiências” (ou espetáculo). A criação de um novo hedonismo, o desejo de se ter experiências profundas e transformadoras (mas de consumo rápido e pronto), de se viver o hoje sem conseqüências são todos elementos que minam a antiga ética do trabalho. Além disso, o capitalismo deixa de se basear em produtos ou serviços, pois são as relações humanas que tornam-se as mercadorias, e o tempo livre a moeda corrente. Nesse contexto o individualismo prevalece e o Outro é visto apenas como um fornecedor (de sexo, de amizade, de amor, de segurança):

Considerado em sua totalidade, o espetáculo é ao mesmo tempo o resultado e o projeto do modo de produção existente. Não é um suplemento do mundo real, uma decoração que lhes é acrescentada. É o âmago do irrealismo da sociedade real. Sob todas as suas formas particulares - informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto de divertimentos -, o espetáculo constitui o *modelo* atual da vida dominante na sociedade. É a afirmação onipresente da escolha *já feita* na produção, e o consumo que decorre dessa escolha. Forma e conteúdo do espetáculo são, de modo idêntico, a justificativa total das condições e dos fins do sistema existente. O espetáculo também é a *presença permanente* dessa justificativa, como ocupação da maior parte do tempo vivido fora da produção moderna.”.(DEBORD, 2000, p. 24, grifos do autor)

Mills enxerga dois reflexos dessa fetichização e reificação: a escolha dos ídolos e o mercado de personalidade. Em primeiro lugar discute como os ídolos atuais, estrelas de cinema, esportistas, etc, são escolhidos não por suas ações, ou mesmo por seu sucesso, mas sim pela sua fortuna, vitória no campo do entretenimento e consumo, ou seja, são invejadas por sua capacidade de consumir, e pelo status assim decorrente (MILLS, 1979, p. 254). Em segundo lugar, a sociedade de experiências implica num mercado da personalidade, onde o caráter do indivíduo se torna parte dos meios de produção. Ou seja, o trabalhador não vende mais sua mão-de-obra, seu labor, mas sua personalidade, sorrisos e gestos corteses, a repressão do seu ressentimento e da sua agressividade, (MILLS, 1985, p.127) sendo-lhe cobrado atualmente um “comprometimento” que tenta absorver-lhe por inteiro (ABREU, MIYAZAKI e MENEGON, 2003). A esse “super-homem corporativo”, Enriquez (1997) apelidou de “pessoa da organização” ou “matador cool” e Caldas e Tonelli (2000 apud Wood e Paes

2002b) de executivo *Zelig*, capaz de assumir diversas personalidades, constituindo falsos *selves*, baseados em modelos de comportamento estimulados pelas empresas de “maquiagem” do *Eu* genuíno (Ver pág. 76).

Outras denominações para esse fenômeno têm-se multiplicado: Camaleões (CARVALHO e GRISCI, 2002; KILDUFF e DAY, 1994), Gestores Narcisistas (LUBIT, 2002) e até mesmo Psicopatas Corporativos (BABIAK, 1995a, 1995b). Com as costumeiras exceções, essas novas abordagens de velhos problemas têm pecado por: não enxergar o problema como sistêmico, e sim como individual; a “psicologização” de um contexto sócio-cultural; e uma ingenuidade sobre as contradições organizacionais. Por exemplo, para Lubit (2002):

O Narcisismo Destrutivo (ND) é um problema comum e significativo nas organizações. A aparente autoconfiança, a ambição por poder e a falta de compaixão levam os gestores com personalidade narcisista destrutiva - gestores ND - a alcançar, facilmente, posições de poder. Ao mesmo tempo, sua desvalorização dos outros, o foco exclusivo naquilo que é melhor para eles próprios e as dificuldades em trabalhar com os outros podem prejudicar a performance e a moral da organização, e ainda afastar os funcionários mais talentosos. Muitas grandes organizações possuem um suficiente número de gestores ND a ponto de apresentar um significativo e custoso problema. [...] Explora-se também as razões que permitem aos gestores ND sobreviver e prosperar em algumas organizações apesar de seu comportamento destrutivo, como reconhecê-los mais rapidamente e como as organizações devem ser planejadas pra reduzir o número de gestores ND.

As características criticadas nesse tipo de abordagem ficam bem claras no resumo acima. A abordagem tem como foco o indivíduo e sua estrutura psíquica, e não as contradições organizacionais ou sociais. Se para Enriquez o “matador cool” é fruto de toda uma estrutura social que força o indivíduo a se ajustar a personalidades múltiplas, teatrais, sem ser nenhuma delas, para Lubit o gestor ND é um indivíduo com distúrbio de caráter que, por seu maquiavelismo, consegue subir facilmente na empresa. Percebe-se no entanto que não é a empresa que promove a criação do gestor ND. Novamente é colocada a questão da redução da *Relação de Trabalho* a mero *Relacionamento no Trabalho*. Por último, insiste-se na ingenuidade da visão, por não considerar-se que esse comportamento seja estimulado propositadamente e pela própria indignação que ele causa: a indignação pressupõe uma utopia quebrada, um “as coisas não deviam ser assim”.

Em oposição a essa linha, Faria e Takahashi (2001) analisam a formação dos seres maquiavélicos como consequência explícita de mecanismos e macro –tendências do capitalismo e globalização: a partir do famoso trabalho de Hannah Arendt sobre o nazista Eichmann e sua releitura por Dejours, esses autores comparam ao fenômeno nazista a “banalização do mal” que enxergam dentro das empresas:

O medo é o motor desta inteligência que move o sistema, apesar do sofrimento, tal como no nazismo. Portanto, a informação que os gerentes e funcionários recebem é distorcida do real [...].A base desta distorção, compactuada entre chefes e subordinados, enquanto uma dissonância cognitiva entre o falar e o fazer, é a negação do real do trabalho, ou seja, a negação do sofrimento no trabalho, ou seja, à negação feita pelos gerentes devido ao seu próprio temor, junta-se a dos próprios trabalhadores, pois a manipulação da ameaça faz calar as opiniões:a cumplicidade é alimentada pela consciência das consequências e materializada no silêncio e na sonegação de informações [...].A banalidade do mal refere-se aos *zelosos colaboradores* que atuam numa organização impregnada de mentira e de injustiça. O mal é a tolerância à mentira, sua cooperação e difusão, é a cumplicidade com o sofrimento alheio, é a prática discriminatória e a ameaça, a pressão psicológica, a manipulação para justificar demissões, a precarização e a coação. Essas condutas fazem parte do mal quando estão instituídas como sistema de direção, comando, organização ou gestão, e quando são públicas, banalizadas, conscientes, deliberadas, admitidas e até encorajadas. (FARIA E TAKAHASHI, 2001)

Se a maior parte das pessoas, ainda, está disposta a lutar contra as injustiças, essa disposição não se aplica ao mundo do trabalho, pois as assim chamadas *pessoas de bem*, acostumaram-se e renderam-se aos argumentos da racionalidade instrumental e economicista, da supremacia da competitividade, eficiência e produtividade sobre o humano, o social, o político. A partir da análise desses autores, torna-se óbvio onde as análises pseudo-psicanalíticas sobre o maquiavelismo erram... não focalizam devidamente o fato social, “a tolerância à mentira, sua cooperação e difusão, é a cumplicidade com o sofrimento alheio, é a prática discriminatória e a ameaça, a pressão psicológica, a manipulação para justificar demissões, a precarização e a coação” (FARIA E TAKAHASHI, 2001). Assim banalização do mal e da violência nas relações econômicas é tal que a única maneira que o indivíduo encontra para sobreviver é torna-se insensível; dessa forma não se deveria procurar os problemas do jogo nos jogadores, e sim nas regras atuais.

A banalização do Mal: a sociedade de massa

Enquanto para Arendt o totalitarismo surge da sociedade de massa, para Maffesoli (2001) ele surge do processo de individualização: “...a supremacia do indivíduo acaba no seu contrário, pois o que predomina ao cabo do longo processo de individualização é o controle social sob formas diversas[...] É este mecanismo do individualismo e sua compensação numa organização estatal totalitária [...] explicativo do fenômeno do poder contemporâneo, do processo de atomização cada vez mais acentuado...”

Figura 6 – Importância do Medo na sociedade da Informação (Você S.A. , 1998)



Essas divergências não devem ser consideradas surpreendentes, pois como mostrado por Foucault (1989) o poder nunca tem apenas uma face: ele é sempre ao mesmo tempo negativo e positivo, totalizante e individualizante, concentrado e capilar, destruidor e criador de sua própria resistência.

A divergência surge porque o conceito-chave para Arendt não é o individualismo e sim a pluralidade (ARENDR, 1999, 2001; ODILIO et al., 2001) onde se encontra a essência da política. A filosofia e a teologia tratam do homem, a política trata dos homens, do convívio entre diferentes, da multiplicidade de olhares e opiniões

que formam um todo maior que as partes. Assim, a transformação da sociedade em massa só pode dar-se pela morte da Ação, erradicando-se a pluralidade: “para despojar os seres humanos de suas qualidades humanas, para torná-los intercambiáveis e, acima de tudo, para torná-los supérfluos. Enquanto singularidade é o oposto da pluralidade, a superfluidade (superfluosity) de multidões de criaturas humanas é da mesma maneira o oposto de uma “pluralidade de seres únicos””(ARENDT apud KOHN, 2001, p.18). Nesse sentido, Arendt tenta resgatar o antigo significado da polis para os gregos, de pluralidade na esfera pública, contrária a da unicidade do mundo privado. Para os atenienses, o consenso, a idéia que todas as cabeças deveriam pensar como uma só, era detestável por reduzir a polis à condição de família (ARISTÓTELES, 1955).

Entretanto, as massas ao mesmo tempo que cedem sua individualidade, são incapazes de formar uma coletividade, pelo mesmo motivo, a destruição do sentido político:

As massas não se unem pela consciência de um interesse comum e falta-lhe aquela específica articulação de classes que se expressa em objetivos determinados e atingíveis. O termo massa só se aplica quando lidamos com pessoas que, simplesmente devido ao seu número, ou à sua indiferença, ou a uma mistura de ambos, não se podem integrar numa organização baseada no interesse comum, seja partido político, organização profissional ou sociedade de trabalhadores (ARENDT apud BATISTA, 2001, p. 212).

Tragtenberg (1980, p.30) fez crítica similar, ao nível organizacional, sobre a impossibilidade dos indivíduos de estabelecer relações de trabalho políticas. Para o autor, a relação de classe é uma relação de igualdade, de adulto, na qual o indivíduo recupera sua condição de “ser social”, e sem a qual ocorre uma reprodução infantil de desigualdade de direitos e de relações hierárquicas de dependência/submissão. Desse modo, a ocultação dos conflitos de classe, só levaria à uma regressão do político ao psíquico, pois o indivíduo não pode reconhecer as contradições que vive enquanto conflito político, sentindo-o apenas enquanto conflito psíquico interno.

Batista (2001, p. 213) resumindo o pensamento arendtiano, caracteriza o totalitarismo como a forma mais extrema de dominação política por atingir a interioridade do indivíduo, não contente em dominá-lo exteriormente pela violência. Caracteriza assim o regime totalitário como aquele que ao mesmo tempo isola os indivíduos em radical solidão, e os funde em amorficidade homogênea. É importante

destacar essas características porque se mostrará, nos próximos itens, como o conceito de indústria cultural como uma força totalitária está entremeada nas análises sobre as grandes mídias.

Segundo Berman (2000), esse tipo de pensamento reflete o paradigma dominante do pensamento crítico influenciado por Marcuse:

De acordo com esse paradigma, tanto Marx como Freud são obsoletos: não só lutas de classes e lutas sociais, mas também conflitos e contradições psicológicas foram abolidos pelo Estado de "administração total". As massas não tem ego, nem id, suas almas são carentes de tensão interior e dinamismo; suas idéias, suas necessidades, até seus dramas "não são deles mesmos"; suas vidas interiores são "inteiramente administradas", programadas para produzir exatamente aqueles desejos que o sistema social pode satisfazer, nada além disso." (BERMAN, p. 28)

O uso do totalitarismo como conceito para explicar as organizações não é novo: é muito conhecido seu uso como metáfora na expressão "organizações totais" (asilos, quartéis, etc), ou como dizia Foucault (2002, p 187):

Acaso devemos nos admirar que a prisão celular, com suas cronologias marcadas, seu trabalho obrigatório, suas instâncias de vigilância e de notação, com seus mestres de normalidade, que retomam e multiplicam as funções do juiz, se tenha tornado o instrumento moderno da penalidade ? Devemos ainda nos admirar que a prisão se pareça com as fábricas, com as escolas, com os quartéis, com os hospitais, e todos se pareçam com prisões ?"

Apesar dessa afirmação, Giddens (1997) considera o modelo total como extremamente limitado e somente aplicável às organizações como asilos e exército, com poder discricionário sobre o corpo e sobre a vida, não tendo utilidade prática na análise social das formas "normais" de organização do trabalho, onde o trabalhador possui a liberdade relativa de procurar outro emprego. Já Burrell (1988, p. 232) rebate o argumento de Giddens – pois considera que este criou um mundo dicotomizado, no qual o trabalhador ao sair do mundo "disciplinado" da fábrica, iria automaticamente para a "liberdade"... Porém os indivíduos estão imersos o tempo todo numa realidade que é em grande parte determinada por organizações: *"The real point is not that most of us do not live in carceral institutions and can therefore escape from their discipline but that, as individuals, we are incarcerated within an organizational world. Thus, whilst we may not live in total institutions, the institutional organization of our lives is total."*

Vale a pena colocar o ponto de vista contrário: não se deve esquecer que apesar do caráter vigilante e castrador do panóptico, ou de seu equivalente difuso e remoto da sociedade moderna, o superpanóptico, a vigilância também nos dias atuais chega a ser desejada e procurada avidamente, como parte da sociedade de consumo. A professora de comunicação da UFRJ Ivana Bentes (2003) coloca em artigo da Folha de São Paulo essa dicotomia:

“Houve uma mutação no capitalismo, a vigilância se tornou um divertimento e uma prática generalizada (bina, celular, câmeras de vigilância, rastreadores na internet se tornaram eletrodomésticos). As tecnologias sem fio significam tanto novas liberdades como nova escravidão. Não é preciso confinar ninguém, já estamos numa prisão sem grades, virtual, o celular é a coleira eletrônica. Não há diferença, diz Deleuze, entre um animal numa reserva e um homem numa empresa. Para que ditador? Só nos resta a delinquência e a sabotagem social, outro “divertimento que Orwell não previu”.

Além dessa concepção direta, da organização enquanto fenômeno totalitário, outros tentaram concepções mais amplas para o mundo organizacional contemporâneo. Faria e Takahashi (2001), a “banalização do mal” que Hannah Arendt estudou no nazismo, acontece de forma cotidiana nas empresas atuais. Abreu, Miyazaki e Menegon (2003) analisaram o conceito de Comprometimento, atualmente em voga nos estudos de Gestão de Pessoas, em substituição ao conceito de Motivação, como um conceito totalitário, pois busca um ser humano totalmente manipulável cujo senso de identidade foi absorvido pela identidade da empresa. Adorno e Horkheimer (1985) utilizaram o modelo da submissão totalitária para analisar a indústria cultural.

Para Adorno e Horkheimer, a análise feita há cem anos por Tocqueville verificou-se integralmente nesse meio tempo: sob o monopólio privado da cultura “a tirania deixa o corpo livre e vai direto à alma. O mestre não diz mais: você pensará como eu ou morrerá. Ele diz: você é livre de não pensar como eu: sua vida, seus bens, tudo você há de conservar, mas de hoje em diante você será um estrangeiro entre nós.” (Adorno e Horkheimer, 1985, p. 125)

O instrumento por excelência do totalitarismo é a propaganda. Como seu público não possui os meios para fazer o confronto entre posições divergentes, os movimentos totalitários se servem da propaganda para forjar uma idéia coerente da realidade que, mesmo estando em flagrante contradição com muitos dados de realidade,

é percebida como fornecendo uma visão muito mais consistente e científica do mundo. A palavra de toque é a ciência que passa a ser usada como um suporte para discursos que preenchem o vazio da solidão de cada indivíduo atomizado. Daí que não pode haver espaço para contestações [...] Uma das conseqüências funestas desse apelo à ciência é o fato de que mesmo o espaço tradicional do direito e da lei passou a ser ocupado por um discurso muito mais poderoso, baseado na convicção de que não havia razão para obedecer a “leis humanas”, quando podia se obedecer a leis da natureza ou da história diretamente. (BIGNOTTO, 2001).

O totalitarismo é a homogeneização da forma de um coletivo pensar, onde não há a possibilidade da multiplicidade das visões de mundo; é a alienação de qualquer modelo de pensamento diferenciado. O totalitarismo tem correspondência com a legitimação da barbárie. Como sugere Horkheimer (1991), o capitalismo configura-se como uma forma totalitária de produção que impõe sutilmente aos indivíduos seus valores ideológicos, instituindo sua dominação e sua inevitabilidade, de forma que qualquer um que o questione é visto como transgressor da ordem e da razão. (FARIA e MENEGHETTI, 2002). Um exemplo disso é dado por Klein (2002 p. 144): “a propaganda na TV do jeans Diesel [que] mostra dois adolescentes coreanos transformando-se em pássaros depois que cometem duplo suicídio, encontrando a liberdade somente na total rendição à marca”.

Esse totalitarismo da mídia é contestado por Baudrillard (2000, p.291) que não acredita no poder absoluto da propaganda e da imagem, como definido por Adorno e Horkheimer: “temo-nos amedrontado diante da ameaça de condicionamento totalitário do homem e suas necessidades. Ora, pesquisas mostraram que a força da impregnação publicitária era menor do que se pensava[...] a injunção e a persuasão levantam toda espécie de contramotivações e resistências[...] em suma o discurso publicitário dissuade ao mesmo tempo que persuade...”

Holt (2002) desenvolve uma teoria dialética para entender esse movimento de dominação-resistência. Para ele, na década de 50, o marketing, propaganda e a indústria cultural realmente tinham uma visão de “engenharia do consumidor”, de moldá-lo e gerenciá-lo à vontade. Mas essa visão entrou em decadência à medida que o valor das marcas foi caindo em função de produtos genéricos, forçando as empresas a

adotarem práticas de marketing “pós-modernas”; logo os consumidores também desenvolvem suas táticas (“consumo cínico”, “consumo nostálgico”, “consumo ambiental”) e um novo equilíbrio dialético se forma para logo se romper. O autor enxergava nesse paradigma de marcas “pós-moderno” o mesmo conjunto de transformações sociais que a teoria de Foucault preconizava:

Essa transformação é similar aos dois modelos de poder descritos por Michel Foucault. A “cultura do consumidor” moderno foi uma tentativa pobremente realizada de instalar o marketing como um discurso especialista, com uma retórica científico-terapêutica utilizada para reivindicar uma autoridade cultural para grupos particulares de atores institucionais (profissionais de marketing e acadêmicos) poderem gerenciar a produção de signos. O “código” resultante, descrito no início do trabalho de Jean Baudrillard, está agora perdendo seu poder semiótico. Em seu lugar, um sistema pós-moderno está emergindo que segue uma lógica similar aos escritos finais de Foucault sobre a sexualidade. Não mais apenas um sistema de discurso de especialistas controlado por instituições, a cultura de consumo agora é uma tecnologia de auto-controle de estrutura rizomática, popular e extremamente dispersa (“biopoder” na terminologia de Foucault), na qual o poder do marketing produz a “liberdade” para a pessoa se construir de inúmeras maneiras através de identidades feitas a partir dos produtos que compra. (HOLT, 2002, p. 83, nossa tradução)

Assim tanto Klein (2002) quanto Holt (2002), apesar de pequenas divergências, concordam com Baudrillard: para eles o domínio das marcas e da propaganda, e das organizações sobre o pensamento e vida dos cidadãos, longe de ser um domínio totalitário, é cheio de resistências. Klein (2002) cita como, quando a Nike começou a fazer tênis “sob medida” via internet, com inscrições ao gosto do cliente, a propaganda negativa explodiu pelo país quando um consumidor exigiu que no seu tênis houvesse a inscrição “*A Nike utiliza trabalho escravo na Malásia*”. Holt (2002) pesquisa os hábitos de consumo de consumidores “marginalizados”, de baixa renda, sem emprego fixo, e baixo status social: esses consumidores utilizam diversas táticas para desafiar os dispositivos consumistas da sociedade, seja através da agressividade total, ou da bricolagem criativa. Portanto nenhum deles encaixa-se no padrão previsto pelos defensores da imagem Adorniana; mesmo assim o autor Holt demonstra como todos os marginalizados estudados possuem padrões muito fixos de consumo, dos quais eles não têm consciência, pois são padrões de consumo que criam sua identidade de “anti-consumistas”.

Novamente um movimento previsto por Foucault surge e se manifesta: as lutas sociais e políticas cada vez mais tornam-se lutas de identidade, focadas na ética, na

subjetividade, desprezando as questões de classe. A luta não se manifesta mais para os contestadores como uma luta de membros que se relacionam enquanto classe, contra um sistema consumista autofágico... os membros encaram-se enquanto indivíduos, sem relações de classe entre si, unidos pelo propósito fluido de *demonstrar ao mundo que rejeitam sua identidade de consumidores* em prol de uma identidade de não-consumidores¹⁶.

As transformações do Mundo do Trabalho

Nos itens anteriores, discutiu-se a hipótese de que o Trabalho enquanto categoria sociológica central está se desfazendo; em seu lugar, o Consumo parece estar se firmando enquanto elemento ordenador de identidades e relacionamentos. Como previsto pelos marxistas e pelos teóricos de Frankfurt, a sociedade aparenta estar num momento de extrema reificação de todo elemento humano, no qual a própria subjetividade foi colonizada e mercantilizada. Essas transformações são encaradas por alguns autores (ANTUNES, 2002), de forma macro-correlata, como a McDonaldisação de tudo, a transformação de tudo em produtos, pessoas, empregos, sociedade, em série de consumíveis descartáveis. Assim, no âmbito das empresas, temos a diminuição do tempo útil dos produtos, o obsolescimento das profissões e, assim, das pessoas, a relação de trabalho transformada em consumo (relação de venda da força de trabalho).

Além disso, através da formação de uma sociedade de massa, o consumismo tem permitido a ampliação do fenômeno da “banalização do mal”, a legitimação da injustiça econômica, de forma intra ou inter organizacional. Deve ser lembrado que o sonho de uma existência totalitária pode ser retraçado até a República de Platão: sempre haverá em toda instituição, grupo ou poder político o desejo de sua expansão absoluta e da submissão de toda forma de contestação. Ao discutirmos o fenômeno totalitário acima, nossa preocupação têm dois pilares: a da preocupação com a conquista sobre a subjetividade do ser humano, e o da criação de uma sociedade que, por medo das

¹⁶ O autor percebe um movimento similar no teatro e outras obras de arte de intenção crítica: a desistência de se criticar a ordem social, o sistema capitalista, e advogar a revolução da sociedade. Os autores parecem estar se concentrando na política do Ser, na maneira como o sistema afeta a subjetividade e a individualidade das pessoas. Após uma peça desse estilo, o autor explicou seus motivos: “Nos anos 60, achávamos que ia mudar o sistema. Hoje minha geração é o sistema. Desisti disso, hoje falo sobre o que importa, as relações humanas.”

transformações, do desemprego, permite tudo aos detentores do poder: um mundo onde perdeu-se até a legitimidade em qualquer forma de crítica.

Esse conjunto ostensivo de transformações sociais, geralmente chamado de globalização, geralmente é considerado como sendo de natureza tecnológica ou econômica. Faria e Takahashi (2001), ao contrário, enxergam o processo como uma reestruturação da economia de poder do estado capitalismo, com os conseqüentes realinhamentos nas formas de produção, acumulação de capital, sobre as organizações, sobre a economia. As conseqüências dessas transformações são bem conhecidas, mas vale lembrar os pontos principais dos autores:

- deslocamento de poder da esfera do Estado para a esfera multinacional, com a decadência das ideologias de Estado de Bem-Estar, keynesianismo e socialismo
- deslocamento de poder para o capital, na relação de trabalho, com a precarização e flexibilização do trabalho, além do aumento exponencial do desemprego
- deslocamento de poder, ao nível ideológico, para a concepção utilitarista, economicista, do ser humano e da sociedade, com ênfase na ideologia neoliberal

Para Faria e Takahashi (2001) a fragilidade sindical e a dessindicalização que avançou tão rápido quanto a tolerância à injustiça e à adversidade alheia, não são somente causas da banalização do mal, mas conseqüências dela:

A presença de trabalhadores, mesmo doentes, devido à constante ameaça de demissão, leva à precarização do trabalho, cujos efeitos são: a intensificação do trabalho e aumento do sofrimento subjetivo; a neutralização da mobilização coletiva contra o sofrimento, a alienação e a dominação; a presença da estratégia defensiva do silêncio; o individualismo. Esse temor do desemprego faz crescer a separação subjetiva entre empregado e desempregado. O papel dos gerentes, no confronto entre o real e o descrito, está impregnado também de temor, pois sua resistência induziria a uma crise no sistema, de forma que o silêncio e a dissimulação vigoram também entre eles.

A própria revista *Você S.A.* tem diversas matérias sobre desemprego, obviamente sempre ressaltando o impacto individual do tema, e geralmente implicando que as causas do desemprego são individuais, e não sociais. Apesar de às vezes tratar de temas aparentemente contrários à sua ideologia (ex: executivos superqualificados que estão desempregados), em sua grande maioria a temática do desemprego subentende os pressupostos da empregabilidade. Assim, as soluções para o desemprego são individuais, e passam pela qualificação ou docilização do indivíduo (quando o indivíduo

é excessivamente qualificado, a solução da revista é que ele deve ser mais “adaptado”, “flexível” e “motivado”), ao mesmo tempo que pressupõe o fim de qualquer forma de negociação coletiva, e que a negociação de salários ou condições de trabalho estão apenas no nível da negociação ao nível do relacionamento:

Exame (dezembro 2002).

“Se você receber uma promoção fantasma, o que deve fazer? Veja algumas recomendações dos especialistas: Confira se o problema é só com você ou se outros profissionais na empresa estão passando pela mesma situação.”

- *Converse com o chefe sobre o assunto, pedindo algumas perspectivas.*
- *Se as notícias não forem animadoras, avalie quanto o novo cargo pode agregar à sua carreira, mesmo sem trazer um retorno financeiro no curto prazo.*
- *Analise sua chance de migrar para outra empresa antes de pedir demissão.*
- *No caso de trocar de emprego, avalie antes a possibilidade de, na nova empresa, vir a passar pela mesma situação.”*

Você S.A. (dezembro de 2002)

“A consultora de recursos humanos [...] enumera alguns exemplos de atitudes que ajudam a aliviar o stress nessas ocasiões:

Se vários chefes solicitam tarefas com prazos semelhantes, estabeleça prioridades, informe-as a seus superiores e tente renegociar as datas-limite. Procure ampliar a lista de contatos e distribua seu currículo profissional. Não espere a próxima etapa de demissões para começar a buscar alternativas. Se você está sobrecarregado, peça ajuda. Os períodos de demissão aumentam a solidariedade entre os que sobrevivem aos cortes. Tente convencer seus superiores a passar as tarefas com maior antecedência. Com organização é possível aliviar o trabalho e reduzir o stress.”

. O trecho abaixo demonstra uma solução curiosa que a revista aponta para o problema do desemprego:

“Já que o governo não dá conta das altas taxas de desemprego, as empresas estão assumindo o papel de agentes de recolocação. É o caso da Kaiser. 60% dos 455 funcionários demitidos nesse ano, por causa da reestruturação, já tem emprego. O sucesso se deve ao outplacement oferecido a todos os demitidos. “Enquanto o Sistema Nacional de Emprego recoloca de 5% a 11%, conseguimos uma taxa de 60%” (Você S.A. – Nov 2002, p. 19)

Portanto o problema do emprego pode ser resolvido caso as empresas que demitem seus funcionários ofereçam a eles cursos de outplacement ! A iniciativa da empresa é considerada basicamente ética, humanitária e responsável, sem qualquer tipo de admoestação pelo downsizing, muito pelo contrário. Não existe a preocupação com a precarização do trabalho (o conhecimento das estatísticas brasileiras sugere ao autor que

esses funcionários recolocados o foram em empregos com menores salários e menores direitos e garantias trabalhistas, talvez terceirizados). A “solução” do treinamento ao desempregado é indicado como modelo ao governo para resolver o problema do desemprego.

Gorz (1982, p. 162) considera que o problema do desemprego é impossível de ser resolvido sem a transformação do mundo numa sociedade livre do labor. Considera entretanto que esse não era o caminho que seria seguido pelo capitalismo, e que haveria uma criação de uma fundamentação ideológica, capaz de manter a ordem atual das coisas:

Dir-se-á à população não que ela não terá mais necessidade de trabalhar tanto, mas que “vai faltar trabalho”; não que teremos cada vez mais tempo livre, mas que “haverá menos empregos”. As promessas da automatização serão apresentadas como se fossem ameaças; tentar-se-á fazer com que os trabalhadores disputem entre si os raros empregos, em lugar de lutarem em conjunto para que se instaure uma nova racionalidade econômica. Na verdade, o desemprego não é apenas uma consequência da crise mundial: é também uma arma para restabelecer a obediência e a disciplina na empresa.

Figura 7 – As vantagens da globalização, informatização e precarização do trabalho – charge “humorística” da revista Você S.A (1998)



Para Faria e Meneguetti (2002), a instituição da violência nas relações de trabalho dá-se cada vez mais através desse tipo de discurso, que disciplina e coloniza a subjetividade dos trabalhadores:

Através destes novos valores ideológicos, a violência é banalizada e muda de sentido. Não se aceita questionar as relações de trabalho pelo questionamento da estrutura econômica e social que a sustenta. Assim, criam-se espaços para promessas imaginárias. O discurso segundo o qual os trabalhadores fazem parte de uma grande família organizacional preenchida por “colaboradores”, serve para encantar os indivíduos e fazê-los trabalhar cada vez mais. A qualificação é vendida como diferencial de conhecimento, mas cumpre a função de instrumentalização dos indivíduos a fim de explorá-los e de intensificar seu trabalho. Os programas de integração, de colaboração, de envolvimento com organizações sociais, de requisitos para o sucesso, de qualidade de vida no trabalho e de envolvimento total com a organização disfarçam a política de acoplamento do trabalhador à uma rede efetiva de violência sutil ou, para usar uma expressão foucaultiana, de docilização do corpo e da alma. (meu grifo)

Como se estruturam os conhecimentos que legitimam esses discursos ? Um dos pilares mais importantes das teorias que dão sustentação ao discurso “pós-moderno” do trabalho, como empregabilidade, sociedade do conhecimento, competências, é a Teoria do Capital Humano (BECKER, 1974). De acordo com Balassiano, Seabra e Lemos (2003) a Teoria do Capital Humano valida a visão da mídia sobre o desemprego no Brasil, considerado como função direta da falta de educação, e orienta a ação das agências governamentais, bem como de extra-governamentais (Banco Mundial, Organização Mundial do Trabalho). Apesar de vários estudos demonstrarem que os pressupostos da TCH são simplistas e não descrevem a realidade, comparado a teorias de capital social (MEDEIROS, 1981; BALASSIANO, SEABRA, LEMOS, 2003; STIGLITZ, 1993), o poder ideológico dessa teoria continua enorme, e em muitos pontos da academia sua discussão é tabu¹⁷, principalmente na Administração:

Valorizada no meio empresarial e na literatura voltada para o mundo dos negócios, a empregabilidade é herdeira dos pressupostos da teoria do capital humano, na medida em que atribui à educação e qualificação profissional papel fundamental no enfrentamento dos desafios impostos pela reestruturação produtiva, a saber: necessidade de trabalhadores mais qualificados e produtivos. No contexto que combina modernização tecnológica, ganhos crescentes de produtividade e redução dos postos de trabalho, a empregabilidade, é encarada como a solução para os problemas atuais do mundo do trabalho. (BALASSIANO, SEABRA, LEMOS, 2003)

As críticas à TCH e seus derivados são múltiplas. Em primeiro lugar, a responsabilidade pelo emprego migra do plano social para o individual, com a

¹⁷ O próprio trabalho de Balassiano, Seabra e Lemos (2003) pode ser utilizado como exemplo. Ganhador do prêmio Prestes Motta 2003 da sub-área de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho, esse paper é de notória qualidade. No momento que o trabalho começou a questionar os pressupostos da teoria da competência, a reação de total descrença foi imediata. Uma participante demonstrou incredulidade dos autores questionarem algo que era “obviamente verdade”. Outra afirmou que empregabilidade e competência eram conceitos “subjetivos” e portanto não podiam ser medidos pelo estudo...

conseqüente violência ideológica: as vítimas da exclusão social são culpabilizadas pela própria exclusão. Em segundo lugar, a teoria é incoerente: o indivíduo só poder ter sucesso dentro dela (qualificando-se), se os outros não o fizerem; se os outros não o fazem, isso pressupõe uma segmentação do mercado de trabalho, coisa que a TCH (neoclássica) nega. Em terceiro essas teorias dão validade à instrumentalização da educação: a educação só possui sentido enquanto criadora de valor econômico para sociedade, e não mais como criadora de sentido, emancipação ou cultura.

Bendasolli (2000/2001) classifica o conjunto discursivo que remete à essas idéias como sendo o *vocabulário das habilidades e da competência*, que tem como aspectos nucleares as seguintes crenças:

- a idéia da ação individual: desvalorização da implicação coletiva; trabalhador como empreendedor racional e soberano de sua própria vida e carreira; fim da “tutela do Estado”
- a idéia de personalidade: subjetivação individualista; valorização das ações pessoais, das idiosincrasias e dos valores próprios.
- a idéia de performance: parâmetro com o qual se mede todos os demais; lógica economicista da ação e do ser humano; item ao mesmo tempo de avaliação e de atribuição de qualificativos.
- a idéia de learning society: conjunto de discursos que destacam a necessidade contínua de aprender e de conhecer; afirmação de que o mundo está em constante transformação; de que o “conhecimento” é a chave para todas as coisas; que a globalização força a criatividade e a “superação de paradigmas”.

Esses aspectos correlacionam-se entre si, apresentando justificativas, racionalidades, coerência interna, ou seja, partilham de uma formação discursiva, como definida por Foucault. Além disso, para Bendasolli (2000/2001, p. 68), a linguagem possui um sentido semântico de construção da verdade, um sentido que atende a propósitos neopragmáticos descritos na Quadro 15.

Quadro 15 – Propósitos Neopragmáticos do vocabulário de Habilidades e Competências segundo BENDASOLLI (2000/2001)

Aumento da Produtividade	incrementar a produtividade do trabalho, ou seja, qualificar pessoas para desempenharem várias funções ao mesmo tempo, arcando com várias competências
Individualização dos custos	fazer o indivíduo gerir responsabilidades privadas pela condução de sua própria vida profissional. Isso implica no seguinte: o indivíduo tem de bancar os custos de sua formação profissional; ele tem de avaliar-se periodicamente para ver se está adequado às regras e exigências que o mercado demanda dele.
Despolitização	desmantelar a confiança, tanto em ações tomadas em conjunto, visando a interesses públicos, quanto na ação e eficácia do Estado para gerir dificuldades ou conflitos na sociedade
Desregulamentar	já que as empresas não tem mais condições de garantir o pleno emprego, elas procuram incentivar os indivíduos a manter sua empregabilidade para o mercado e, assim fazendo, elas próprias são suscetíveis de contratar pessoas com maior nível de habilidades. Visa-se aqui, á desregulamentação do trabalho e dos direitos trabalhistas
Aumento da competitividade	aumentar a concorrência das empresas, principalmente no que concerne à participação delas no mercado mundial: a variável qualidade de pessoas é muito importante para a eficiência e competitividade, principalmente num momento em que a produção de bens simbólicos é fundamental
Upskilling e Segmentação do Mercado de Trabalho	criar, por um lado, um upskilling no mercado de trabalho, fazendo crescer rapidamente e se intensificar agressivamente o nível geral de formação técnico-profissional de carreiras sofisticadas e de ponta. Por outro lado, cria uma maior polarização entre carreiras, pois aquelas onde se exige (ainda) menor formação tendem a ter um achatamento nas suas faixas de rendimento

Quando relembra-se que a depressão é o “mal-do-século” da pós-modernidade, fica ainda mais claro o potencial agressivo à subjetividade das pessoas que encontram-se desesperançadas ou sendo esmagadas pelas engrenagens do sistema, por aqueles que sentem-se no espectro dos “perdedores”, dos que “não se enquadram”:

Você S.A (julho 2002) *“Estando ou não no clube dos sem-carteira assinada, é bom enxergar o lado positivo dessa história, já que a probabilidade de você trocar o status de empregado por terceirizado, autônomo, consultor ou temporário -- seja qual for*

o modelo escolhido para deixar de viver sob as protetoras asas de uma corporação e alçar vôo solo -- aumenta (e muito) dia após dia.”

*“Existem 3 tipos de profissionais – Os fracos, que estão sempre procurando saber quais são seus direitos; os bons, que procuram cumprir os seus deveres; os sensacionais, que buscam oportunidades para mostrar que são imprescindíveis” (Roberto shinyashiki – *Você, a alma do negócio*)*

Talvez por isso cada vez mais multiplicam-se reportagens na revista *Você S.A.*, bem como no restante da mídia do mesmo tipo, sobre depressão, sentido do trabalho, síndromes de pânico, meditação, e demais formas de paliativo para as pressões emocionais, para a falta de sentido na pós-modernidade, para a culpabilização sentida pelos que perderam o jogo (ver Quadro 11 – Temas repetitivos – títulos e breves descrições das matérias principais nas 4 últimas edições (Junho e Julho 2004)). Como é possível sobreviver a tamanhas pressões?

Como é de se esperar, a revista tem sua própria solução para o problema, que correlaciona com a análise desse capítulo, que compara certos aspectos totalitários do mundo do trabalho atual: a revista propõe que, para sobreviver ao mundo atual, as pessoas devam emular os “hábitos saudáveis” de pessoas que sobreviveram ao nazismo e aos campos de concentração !

Você S.A (Agosto/2002, p. 54)

O segredo da vida: a atitude resiliente encontrada nos sobreviventes do Holocausto:

Todos tinham atitude positiva: Recusavam-se a ceder. Seguiam em frente. Viam os problemas como acidentes de percursos que eram capazes de resolver.

Tinham senso de propósito: Acalentavam sonhos. A tragédia é não tê-los.

Eram flexíveis: Não abdicavam de sonhos, tentavam outro caminho. O resiliente curva-se mas não quebra.

Mantinham uma visão do que queriam no futuro: Faça o teste: descreva sua vida daqui a cinco anos. Como você se imagina ?

Tinham senso de organização: no meio do caos, estruturam e colocam ordem”

A narrativa é obviamente falsa em todos os detalhes. É sabido que diversas pessoas conseguiram sobreviver de diversas maneiras ao Holocausto, utilizando-se desde a dissociação (Hannah Arendt cita uma jovem que, por anos em Auschwitz, concentrou-se

apenas em manter os cabelos limpos) até a cumplicidade com o inimigo. Inclusive muitos sobreviventes cometeram suicídio depois do Holocausto, tornando até imoral dizer que a chave para sobreviver num campo de concentração, encontra-se em coisas frívolas como “manter uma visão de futuro”.

A falsidade da narrativa não tira o valor desta enquanto poder e materialidade de discurso. Essa pequena peça basicamente compara o sentimento de falta de sentido do trabalhador atual ao de um sobrevivente do Holocausto. Compara as empresas a campos de concentração, vigilantes e esmagadores. Defende que as pessoas devem obter o sucesso (sobrevivência) de formas individuais, não políticas, principalmente pelo controle de si, pela manipulação da própria subjetividade. Não existe um “nazista” a se culpar: a vida é assim mesmo, só nos resta sobreviver da melhor maneira possível, da forma mais produtiva possível.

Ao autor não sobra o que analisar nesse trecho, essa pequena jóia, pois ele sintetiza todos os argumentos e análises do capítulo. Convida assim ao leitor a colocar-se no lugar desse “sobrevivente do holocausto” e refletir sobre quantas vezes ouve esse mesmo receituário por dia.

CONCLUSÃO

Espera-se ter demonstrado que o discurso pós-moderno do trabalho, não age apenas em favor de interesses de grupos no poder, o Banco Mundial, a Organização Mundial do Trabalho, as grandes multinacionais, o grupo Abril, etc; esse discurso é, **em si mesmo**, uma forma de poder, ao mesmo tempo opressiva e produtiva, possuidora de enorme heterogeneidade, difundida em inúmeros pontos da sociedade, que reproduzem esse discurso sem a necessidade de objetivos convergentes entre os agentes. Em resumo, o discurso do trabalho é partilhado por agentes de poder (Faculdades, Instituições econômicas, mídia, empresas), legitima práticas de poder (o teste de personalidade, o gerenciamento por competências), e funciona como poder de dominação (como visto acima).

Voltando à preocupação fundamental da teoria foucaultiana, o que o poder produz? Qual sua característica positiva? A resposta é que o maior produto de qualquer dispositivo é a subjetividade, no caso específico a condição de trabalhador, e a luta pela definição dos termos dessa identidade específica.

Em *Vigiar e Punir*, Foucault preocupava-se com os efeitos positivos e úteis que eram criados pelos mecanismos considerados apenas como repressivos. A correlação estrita entre os regimes punitivos e os sistemas produtivos é possível (a escravidão punitiva na economia servil; o castigo corporal no feudalismo – onde o corpo é o único bem disponível; a detenção corretiva e o fim do trabalho forçado no sistema de mão-de-obra livre) mas não é totalmente esclarecedora. Afinal a preocupação do filósofo, que muitos dos seus intérpretes não respeitaram (ver Capítulo 1) era, não a de criar um modelo-ideal da sociedade, transitando do poder soberano para o disciplinar, mas de explicar um sistema em eterna crise. Revoltas contra as prisões-modelos e as prisões antiquadas, contra a violência e a disciplina, contra os guardas e os psiquiatras; revoltas que ao mesmo tempo sempre trouxeram a mesma explicação e o mesmo receituário: mais controle, mais interrogatório, mais disciplina; revoltas que demonstram que o sistema não “cura” o criminoso, nem nunca o pôde, e que nem esse é o objetivo da existência das prisões: o objetivo é o de criar ex-criminosos, mas também o de criar criminosos, classe sem a qual não haveriam prisões.

No passado a criação das prisões foi necessária para retirar os marginais das ruas e discipliná-los, criando ex-criminosos através da redenção, mas a prisão também foi necessária para profissionalizar os criminosos, organizá-los, torná-los mais perigosos, de modo que, ao ameaçar a sociedade, demandassem mais prisões. Talvez agora no dispositivo da empregabilidade, do discurso pós-moderno do trabalho e suas instituições, o fundamental seja realmente seja a escola, e de forma conjunta a “educação constante”, a pós-graduação, a especialização, mas não como um dispositivo capaz de produzir empregados, e sim os desempregados, da mesma forma que sempre produziu analfabetos funcionais, iletrados, estudantes desiludidos, etc. Assim como as prisões estão em eterna crise, assim estão as escolas, o seu propósito de “ensinar” sempre colocado em xeque. Nas prisões alterna-se há séculos a disputa entre os pólos do poder, uns querendo a pena de morte, e até mesmo a tortura, outros receitando mais disciplina, mais arte ocupacional, mais assistência social, mais remédios. Nas escolas alterna-se a luta entre o ensino disciplinar, “porque está na ementa”, e o ensino profissional “que sirva pra alguma coisa”. A crise eterna mostra que não temos pólos, temos um eixo de controle, que no fundo é unificado.

Qual a diferença entre os suecos, que não utilizam prisões para estupradores, e sim a castração química, através da administração compulsória e perpétua de uma série de supressores hormonais e de agressividade, e um deputado brasileiro que recentemente sugeriu que os condenados por crimes hediondos tivessem seus órgãos deixados imediatamente disponíveis para doação, numa versão criativa do “olho por olho”? Qual a diferença entre os educadores que, para aumentar a qualidade de ensino, defendem maior disciplinarização (controle de frequências, provas mais rígidas e unificadas, padronização dos conteúdos oferecidos) e os educadores que propõe maior foco na utilidade economicista dos conteúdos, no que “dá certo”, no que “vai ser útil lá fora”? Talvez nenhuma. Talvez as diferenças sejam apenas para mascarar o fato de que não há diferença entre as alternativas.

Como dito anteriormente, a maioria dos pesquisadores utiliza Foucault apenas para utilizar o conceito de panóptico e fazer paralelos com as formas de vigilância ostensivas (câmeras, controle de frequência, controle de qualidade, registros de produtividade, notas, cargos, hierarquias). Nada mais conveniente e falso então que dividir as formas

foucaultianas de poder em duas formas, em dois momentos (pré-moderno e moderno). Falso porque a sociedade disciplinar continua utilizando a violência contra o corpo. Falso porque a punição espetáculo e a disciplina vigilante são termos dialéticos em constante luta. Falso porque a cada novo assassinato trágico levantar-se-ão novamente os defensores da pena de morte, da prisão perpétua, do trabalho forçado, da amputação de membros, da doação de órgãos, da tortura... fazendo coro com os que exigem mais escolas, mais hospitais psiquiátricos, mais ensino profissionalizantes nas prisões, mais luzes e câmeras nas ruas, mais policiamento nas ruas, o registro do DNA das populações. Ou seja, esquece-se que para o filósofo a disciplina é um sistema vivo que se auto-alimenta, é um sistema punitivo que se justifica através da segurança que proporciona contra suas falhas.

Também discute-se muito entre os leitores de Foucault a relação de saber-poder, mas também poucos lembram que ela não se restringe aos registros psiquiátricos e jurídicos, ao RG, ao CPF, à multidão de certificados e informações dispersas existentes sobre cada indivíduo numa série de organizações. O disciplinamento da sociedade é antes de tudo um disciplinamento de saberes. É a formação das Ciências Sociais, da Psicologia, da Economia, da Administração. É a decisão sobre o que pode ser falado dentro desses campos, sobre o que significa uma tese em Psicologia ou em RH, que tipo de argumentação, metodologia... A relação entre poder e saber se dá em todos os campos científicos, inclusive dentro daqueles que propõe idéias mais emancipatórias ou anarquistas. É relação impossível de ser ultrapassada pelo discurso que escolheu ao Ser Humano como objeto e não como sujeito. Enquanto objeto da ciência, o ser humano vai continuamente sendo construído pelo discursos que repete sobre si mesmo.

A disciplinarização se dá de forma multinível e multi-reflexiva. Qual é o campo do saber, principalmente nas humanas, que não discute a relação entre prática e academia? Se as pesquisas realizadas dentro do âmbito da academia, com o seu disciplinamento característico de papers publicados, alunos titulados, têm utilidade para o disciplinamento do campo profissional, com seus horários, metas a cumprir, clientes a atender, laudos a se assinar? Talvez a resposta mais honesta é que esse paradoxo prática-academia também seja falso... O que muda do nível da prática para a academia além da reflexividade? Por exemplo, o que diferencia o terapeuta do padre, do amigo, do barman, se não as teorias que estão por trás da sua escuta, e não a escuta em si? Por outro lado, quantas vezes a

academia não tem sido acusada de apenas dar estruturação e legitimidade científica a posteriori a práticas de poder que prescindem de qualquer investigação científica ? A disciplinarização da prática e dos conhecimentos que orientam a prática é sempre mútua e dialética.

Dentro desse esquema o que é a crítica senão a reflexão sobre a reflexividade ? Segundo Burrell (2001) a crítica não é aquela que estuda o mundo mas sim nosso conhecimento sobre o mundo. Ou pelo menos essa seria a dimensão epistemológica da crítica, herdada da tradição de Kant. Mas não é possível falar de crítica sem falar sobre contestação à ortodoxia e ordem... segundo o autor toda crítica deve ser um paradoxo, porque a primeira regra da crítica é que toda regra deve ser criticada.

Para que serve a crítica então? A base das ciências naturais encontra-se na constante crítica das teorias, através da negação por experiências, lembrando que mesmo na epistemologia positiva uma teoria nunca pode ser confirmada, apenas negada. A crítica assim seria o motor do progresso científico, a qual propõe possuir teorias cada vez mais abrangentes, onde a cada nível ultrapassa-se as limitações do anterior, conservando suas conquistas. Já nas humanidades as diversas posições fundamentais sobre o ser humano e a sociedade nunca chegam a um consenso, pois não se trabalha com a verdade, mas visões da verdade... Nesse ponto a crítica aproxima-se muito mais de lutas entre campos por capital simbólico na economia do poder (Bourdieu, 2002).

Só como exemplo didático, pode-se criticar um campo de saber, digamos a astrologia, dentro dos seus sistemas teóricos ou fora, a partir do campo da astronomia ou psicologia. Caso estejamos dentro do seu sistema teórico, não podemos discutir o sistema em si, mas apenas discutir práticas e métodos, na tentativa de corrigi-los, descobrir regularidades, um método mais eficiente que os outros, etc. Caso estejamos fora do sistema, usa-se o conjunto de pressupostos de outro sistema teórico na tentativa de provar a astrologia falsa como um todo. Mantidas as devidas proporções, esses dois tipos de crítica parecem estar firmemente embutidas em todos os tipos de análise.

A pesquisa bibliográfica realizada pelo autor nos anais do ENANPAD parece mostrar que há dois tipos de pesquisa. A pesquisa que se propõe positiva e propositiva, grande maioria, é aquela que busca realizar pequenos aprimoramentos, sem mudar

nenhum dos pressupostos. Por exemplo, há inúmeras pesquisas sobre como estimular o comprometimento dos funcionários nas organizações sem que se questione: a interação entre esse comprometimento a organização capitalista da sociedade e o sentido do trabalho; a ética desse estudo, ou a quem beneficia um estudo que propõe controlar o comprometimento dos outros, etc. Outro exemplo seria um estudo que questiona a validade da Gestão de Competências, mas dentro dos pressupostos administrativos: ou seja utilizando critérios de eficiência, competitividade, etc, para comparar esse sistema contra outros alternativos, na busca do melhor. Portanto questiona-se a validade da Gestão de Competências, e não a validade dos critérios administrativos, nem tampouco outros valores que geralmente ficam fora dessa esfera, como a ética e a estética.

Já os autores que propõe-se a seguir uma via crítica, via de regra possuem um referencial bibliográfico trazido de outras disciplinas, que bem ou mal criaram instrumentos de auto-crítica que a Administração não possui. Moralmente, em geral esses autores colocam-se em xeque, seja pela impossibilidade de se modificar os pressupostos do pragmatismo economicista da Administração, seja pela impossibilidade de demonstrar o paradoxo hipócrita de discursos da “organização ética, com qualidade de vida, com responsabilidade social, com governança corporativa”.

Se o primeiro tipo de crítica seria mais do que útil para a Administração, seria essencial para a sobrevivência dessa ciência tão dominada por modismos e conhecimento anedótico, qual a utilidade do segundo tipo, no qual essa dissertação se enquadra? A crítica que denuncia uma situação que não pode mudar, por lhe faltar poder, e que não lhe cabe propor soluções de compromisso, pois critica o sistema em si, e não os problemas pontuais causados pelas fricções do sistema. Essas dúvidas estariam na razão porque Foucault passou tanto tempo sem escrever (Ranciere, 2004): “O pensamento não se transmite à ação. Um pensamento transmite-se a um pensamento, e uma ação provoca uma outra. O pensamento age na medida em que aceita não saber exatamente o que o impele e em que abre mão do controle dos seus efeitos. Parece que o próprio Foucault teve dificuldades de assumir esse paradoxo inteiramente”.

Como lidar então com o reconhecimento que o discurso do trabalho, criticado nessa dissertação e difundido e repetido até as náuseas, é a mais pura verdade para milhões

de pessoas que procuram nesses receituários a possibilidade de melhorias de vida e encontram para si dúvidas, ansiedades e culpabilização por sua condição sócio-econômica? Para Bendassolli (2000/01, p. 73), deve-se encarar que termos como “habilidade”, “você sa” e “empregabilidade” são tão reais para nós, apesar de construtos lingüísticos, como as idéias da Inquisição já foram um dia:

Por outro lado, esse reconhecimento não significa um pessimismo aterrador, semelhante ao que diz que nada podemos fazer. A consciência de que os vocabulários são contingentes, embora vigorosamente assimilados, nos permite pensar que, tal como a Igreja perdeu um dia sua influência devastadora sobre nós, assim também o vocabulário da habilidade e da competência poderá perder a aderência quase que asfixiante que tem hoje. Ora o que poderia incentivar tal perda de aderência? Certamente não a Verdade, nem a chamada Ciência, nem uma “força” ou “entidade” superior a nós; tampouco uma reconversão cultural em massa, atingindo a todos, de cima em baixo, à luz de um decreto. Acredito que uma mudança de vocabulários e, portanto, uma mudança nas imagens dos sujeitos, é possível por um longo trabalho de redescrições constantes, de novas tentativas para descrever o que é ser um sujeito, seja no trabalho, em casa, na vida privada, etc. Perguntas quase românticas como Em que tem nos ajudado descrever o sujeito como alguém que deve estar preocupado com sua performance, com o grau de conhecimento que detém, com a possibilidade constante de ser deixado para trás? [...] vale a pena, compensa, é interessante tratar o vocabulário da habilidade e da competência, e o tipo de indivíduo que lhe corresponde (um indivíduo conquistador, excitado pela ascensão pessoal e pelo sucesso, cuja meta é a conquista de um lugar de reconhecimento feito por si mesmo) como algo “natural” e “verdadeiro”. A resposta será “sim” caso optarmos pela manutenção do estado de coisas em que nos encontramos: o tipo de crença que só os melhores vencem na vida ! A resposta poderá ser um “não” caso comecemos a olhar para outras possibilidades de subjetivação [...] onde seja possível pensar num desenvolvimento pessoal e coletivo sem o sacrifício de uns em benefício de outros” (BENDASSOLLI, 2000/01)

Em que medida é possível criar-se essas lutas sistêmicas, retransformar o problema individual em conflito político? Como dito anteriormente, os conflitos de classe estão sendo cada vez mais substituídos, mesmo na arte e na crítica, por conflitos subjetivos, que se dão na esfera da identidade. Uma prova disso encontra-se no próprio Foucault, que durante sua vida foi considerado por muitos como o “defensor” da visibilidade dos marginais: o louco, o assassino, o homossexual, o perverso, aqueles que não constituem o “estranho”, o não-classificável, produtivo ou inteligível. Ora, como nota Fischer (2001) deve-se reconhecer que muitas das lutas sociais hoje em dia não são lutas para se eliminar as diferenças (por exemplo os sem-terra lutam justamente para não mais o serem, e conquistar sua propriedade); a maioria das lutas encontra-se no reconhecimento de surdos, gays, negros, mulheres, surdos, de suas identidades enquanto diferentes que não querem ser iguais. Sem tirar os méritos dessas abordagens, a análise foucaultiana mostra

que essa postura é instável, visto o domínio extensivo da sociedade moderna sobre as subjetividades e as identidades. Identidades de anti-consumidores podem ser tão manipuláveis pelo sistema quanto a de consumidores (HOLT, 2002).

Apesar disso, como discutido repetidamente, nenhuma forma de dominação, inclusive as da subjetividade (que são criadas e mantidas pelo indivíduo) e inclusive as totalitárias, cobrem o absoluto do ser humano ou podem ser mantidas indefinidamente, sem criar resistências, rebeliões, regiões nulas, para Fischer (2002):

Tal possibilidade [de resistência] está diretamente relacionada ao fato de que os processos de subjetivação sempre são históricos e que, portanto, devem ser vistos em sua ampla diversidade, nos modos de existência que produzem, conforme a época e o tipo de formação social que estejam sendo considerados. Em outras palavras: modos de existência, aprendidos nas mais diferentes dinâmicas de poder e saber, jamais são totalmente compactos e definitivos; pelo contrário, sempre há neles interstícios, fendas, possibilidades éticas e estéticas não pensadas pelos saberes e poderes em jogo. O trabalho educativo, a meu ver, e a própria análise específica da mídia, em relação à educação e aos processos de subjetivação por ela implicados, transita por esses tortuosos caminhos de sujeitos que sempre estão por se fazer.

Foucault termina seu *Vigiar e Punir* considerando que o desafio político da prisão não é saber se ela será não corretiva, o desafio está no “grande avanço dos dispositivos de normalização e em toda a extensão dos efeitos de poder que eles trazem, através da colocação de novas objetividades” (p. 253). De maneira análoga, podemos afirmar que o grande problema no avanço dos dispositivos de identificação e controle de si, o biopoder, está em toda a extensão de efeitos e da colocação de novas *subjetividades*. Uma extensão de efeitos que é pouco conhecida e só pode ser suposta, por paralelismo e correlação dos discursos... correlação entre as imagens de sucesso e o sentimento de fracasso, originando depressão cada vez mais comum; correlação entre imagens de corpos perfeitos e o aumento na mesma proporção tanto da bulimia quanto da obesidade mórbida; correlação entre o íntimo, que deve ser modificado de modo a “melhorar o exterior”, e o corpo, que deve ser modificado de modo a “melhorar a personalidade”; correlação entre jovens de classe média que matam os pais e livros de auto-ajuda dirigidos principalmente a pais de classe média....

Será a Você S.A. e demais meios de auto-ajuda formas de controle tão sutis que prometem terceirizar a dominação ? Será que a análise do DNA substituirá com vantagens os registros civis, assim como os testes de personalidade ? Será que há possibilidades de se criar discursos alternativos, na mídia, na sala de aula, no trabalho,

que possibilitem um pensamento mais livre, e não a mera repetição de um discurso autônomo ? Como criar essas resistências, esses pontos que prometem questionar o poder, dirigir a ação, esclarecer o pensamento ?

Existem inúmeras formas de fazer isso, mas o caminho encontrado por Foucault em seus escritos foi o de sempre resistir ao próprio disciplinamento, ao próprio discurso de verdade sobre o que seria uma obra de Foucault, sobre qual seria sua teoria, seu método e suas teorias.

Numa última homenagem a Foucault, essa dissertação procurou qualquer conclusão em definitivo. Talvez o discurso da Você S.A. seja totalitário. Talvez o discurso promova o auto-controle da emoção e do ser. Talvez o discurso promova a docilidade no indivíduo, ou seu maquiavelismo. Mas essas são afirmações fáceis que contentam o espírito disciplinador das teses e dissertações. A contribuição de qualquer discurso que se proponha foucaultiano não é concluir, e sim provocar, confundir as certezas, mostrar que o certo não é tão certo assim, e é claro, recusar-se a criar uma teoria definitiva sobre seu próprio discurso.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Yuzuru I. F.; MIYAZAKI, Marcelo; MENEGON, Letícia. O Comprometimento e seu uso como instrumento de controle e de retenção de talentos: uma leitura crítica. In: ENCONTRO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO. *Anais...* Disponível em CD-ROM. Atibaia, 2003
- ABREU, Yuzuru I. F.; MIYAZAKI, Marcelo; MENEGON, Letícia; ANDRADE, Josmar. “Se você é Motivado, Pró-ativo e tem paixão por resultados...”: análise de conteúdo de anúncios de Estágio e Trainee.. In: ENCONTRO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO. *Anais...* Disponível em CD-ROM. Curitiba, 2004.
- ADANS, Guy B.; INGERSOLL, Virginia H. Painting over old works: the culture of organization in an age of technical rationality. In: TURNER, Barry A. (ed.) *Organizational symbolism*. Berlin:de Gruyter, 1990. Cap. 1.
- ALVARENGA, Lídia. Bibliometria e arqueologia do saber de Michel Foucault – traços de identidade teórico-metodológica. *Ciência da informação*. Brasília, v. 27, n. 3, set. 1998.
- AGUIAR, Odílio A. et al (Orgs.). *Origens do totalitarismo: 50 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume dumará, 2001.
- ALBUQUERQUE, José A. G. Foucault e a teoria do poder. *Tempo Social – Revista de sociologia da USP*. Edição especial: Foucault, um pensamento desconcertante. São Paulo, v. 7 (1-2), p. 105-110, out, 1995.
- ALCADIPANI, Rafael; DAVEL, Eduardo. Estudos críticos em Administração: reflexões e constatações sobre produção brasileira. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS. *Anais...* Recife: ANPAD, 2002.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho ?*: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 8ª. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- ARENDT, Hannah. *Origins of totalitarianism*. New York: Meridian Books, 1972.
- _____. *O que é política ?* 2ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- _____. *A condição humana*. 10ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- ARISTOTELES. *Política*. São Paulo: Atenas, 1955.
- AZEVEDO, Marcia C.; CALDAS, Miguel P. O discurso evolucionista e a prática involutiva: um estudo empírico exploratório sobre o impacto de mudanças tecnológicas sobre o desenho do trabalho em call-centers. In: ENCONTRO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO. *Anais...* Disponível em CD-ROM. Atibaia, 2003
- BABIAK, P. Psychopathic manipulation in organisations: Pawns, patrons, and patsies. *Issues in Criminological and Legal Psychology*, 24, 12-17. 1995a
- _____. (1995b). When psychopaths go to work: A case study of an industrial psychopath. *Applied Psychology: An International Review*, 44, 2, 171-188. 1995b.
- BAGDIKIAN, Ben H. *O monopólio da mídia*. São Paulo: Scritta, 1993.

- BALASSIANO, Moisés; SEABRA, Alexandre A.; LEMOS, Ana H. Educação, salários e empregabilidade: tem razão a teoria do Capital Humano? In: ENCONTRO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO. **Anais...** Disponível em CD-ROM. Atibaia, 2003.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Lisboa Ed. 1979.
- BATISTA, JOSÉ E. Sociedade de massa e totalitarismo. In: AGUIAR, Odílio A. et al (Orgs.). **Origens do totalitarismo: 50 anos depois**. Rio de Janeiro: Relume dumará, 2001.
- BAUDRILLARD, Jean. Significação da publicidade. In: LIMA, Luiz C (Org.). **Teoria da cultura de massa**. 6a. ed. rev. São Paulo: Paz e Terra, 2000. cap. 9, p. 291-299.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999
- BECKER, Gary. Human Capital: a theoretical and empirical analysis with special reference to education. New York: Columbia University, 1974.
- BENDASSOLLI, P.F. O vocabulário da habilidade e da competência: algumas considerações neopragmáticas. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**. São Paulo: Instituto de Psicologia da USP, Volume 3/4, 2000/2001.
- BENEVIDES, Cassuça. Empresas rastreiam celular para vigiar empregado. **TERRA – Informática**. Quinta, 5 de agosto de 2004. Disponível em: <http://informatica.terra.com.br/interna/0,,OI356477-EI553,00.html>
- BENTES, Ivana. Orwell Reloaded. **Caderno Mais**. Folha de São Paulo. São Paulo, 1o de junho de 2003.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- BERTERO, Carlos O.; CALDAS, Miguel P.; WOOD Jr, Thomaz. Produção científica em administração de empresas: provocações, insinuações e contribuições para um debate local. **Revista de administração contemporânea**, v.3, n.1, p. 147-178, Jan./Abr., 1999.
- BIGNOTTO, Newton. O totalitarismo hoje ? In: AGUIAR, Odílio A. et al (Orgs.). **Origens do totalitarismo: 50 anos depois**. Rio de Janeiro: Relume dumará, 2001.
- BORGES, Livia O. As Concepções do Trabalho: um Estudo de análise de conteúdo de Dois periódicos de circulação nacional. **RAC**, v. 3, n. 3, 81-107, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- _____. **O campo econômico: a dimensão simbólica da dominação**. Campinas: Papyrus, 2000.
- _____. **O poder simbólico**. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. 3a ed. Rio de Janeiro: LTC, [1974], 1987.
- BURREL, Gibson. Modernism, post modernis and organizational analysis 2: the contribution of Michel Foucault. **Organization Studies**, v. 9, n. 2, p. 221-p.235, 1988.
- _____. **Ephemera**. **Ephemera: critical dialogues on organization**. Disponível em : www.ephemeraweb.org, p11-29, 2001.
- CALDAS, Miguel; TINOCO, Tatiana; CHU, Rebeca A. Análise bibliométrica dos artigos de RH publicados no ENANPAD na década de 1990: um mapeamento a partir das

- citações dos heróis, endogenias e jactâncias que fizeram a história recente da produção científica da área. In: ENCONTRO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO. *Anais...* Disponível em CD-ROM. Atibaia, 2003
- CAMPBELL, Colin. **The romantic ethic and the spirit of modern consumerism**. Basil Blackwell: Oxford, UK, 1987
- CAMPBELL, Joseph. **O poder do mito**. São Paulo: Palas Athena, 1990.
- CARACUCHANSKY, Sophia R. Vínculos e mitos: uma introdução à mitoanálise. São Paulo: Ágora, 1988.
- CARVALHO, Maria Luisa. GRISCI, Carmem Ligia Iochins. Gerenciamento de impressão em entrevista de seleção: camaleões em cena. In: ENCONTRO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO. *Anais...* Disponível em CD-ROM. Salvador: 2002.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 4a. ed. São Paulo: Paz e terra, 2000.
- CAVEDON, Neusa R.; LENGLER, Jorge F. B. Desconstruindo temas e estratégias da administração moderna: uma leitura pós-moderna do mundo de Dilbert. In: ENCONTRO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO. *Anais...* Disponível em CD-ROM. Salvador: 2002.
- CAPPELLE, Mônica C. A. ; BRITO, Mozar J. Relações de poder no espaço organizacional: o caráter disciplinar das práticas de gestão de pessoas em uma organização de desenvolvimento de software. In: ENCONTRO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO. *Anais...* Disponível em CD-ROM. Salvador: 2002.
- CARVALHO, José Luis F. S.; CARVALHO, Maria da Penha F.S.; SANTOS, Lyla Collares dos. Novas bonecas feitas de velhos retalhos: investigando medos, ansiedades e inquietações das mulheres nas organizações. In: ENCONTRO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO. *Anais...* Disponível em CD-ROM. Salvador: ANPAD, 2002
- CHAN, Andrew. Redirecting critique in postmodern organization studies: the perspective of foucault. **Organization studies**, v. 21, n. 6, p. 1059-1074, 2000.
- CHAUÍ, Marilena. As ciências. In: _____. **Convite à filosofia**. Unidade 7. São Paulo: Ática, 1999.
- CLEGG, Stewart. Poder, linguagem e ação nas organizações. In: Chanlat, Jean-François (coord.). **O indivíduo na organização :dimensões esquecidas**. v.1, p.47-66. São Paulo: Atlas, 1993.
- COUTINHO, Maria Chalfin. Identidade e dominação nas organizações. In: ENCONTRO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO. *Anais...* Disponível em CD-ROM. 2001.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- DRUMMOND, John. Foucault for students of education. **Journal of philosophy of education**. Review article. V. 34, n. 4, 2000.
- DURKHEIM, Émile. **Durkheim**. Os pensadores. 2ª. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

- ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano: a essência das religiões**. Lisboa: Livros do Brasil, 1961.
- ENRIQUEZ, Eugene. Os desafios éticos nas organizações modernas. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 37, n. 2, p. 6-17, Abr/Jun 1997.
- EWALD, François; FONTANA, Alessandro. Prefácio. In: FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. IX-XIV.
- FARIA, José H.; MENEGHETTI, Francis K. A instituição da violência nas relações de trabalho. In: ENCONTRO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO. **Anais...** Disponível em CD-ROM. Salvador: ANPAD, 2002.
- FARIA, José H.; TAKAHASHI, Adriana R. W. Globalização, estado e sociedade: impactos da economia do poder sobre as organizações. In: ENCONTRO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO. **Anais...** Disponível em CD-ROM. ANPAD, 2001.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de pesquisa**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742001000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 out. 2003. São Paulo, Nov. 2001a.
- _____. Mídia e educação da mulher: uma discussão teórica sobre modos de enunciar o feminino na tv. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v., n.2, 2001b.
- _____. O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. **Educação e Pesquisa**. São Paulo: Faculdade de Educação da USP, v. 28, n. 1, Jan./Jun. 2002.
- FLEURY, Maria T. L. Estórias, mitos, heróis: cultura organizacional e relações de trabalho. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, p. 7-18, out./dez., 1987.
- FONTANA, Alessandro; BERTANI, Mauro. Situação do Curso. In: FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 327-351.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. Lisboa: Portugália, 1966.
- _____. **História da sexualidade, 3: o cuidado de si**. 5ª. reimpressão. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- _____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária 1986.
- _____. **História da sexualidade, 1: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- _____. **Microfísica do poder** ; organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, [1979], 8a edição, 1989.
- _____. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 8a. ed. São Paulo: Loyola, 2002a.
- _____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 25ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2002b.
- _____. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 2002c.
- FREITAS, Maria E. Contexto social e imaginário organizacional moderno. **Revista de administração de empresas**. São Paulo, v.40, n. 2, p. 6-15, Abr./Jun., 2000.

- FREUD, S. **O mal-estar na civilização**. Edição eletrônica brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud em CD-ROM. Rio de Janeiro: Imago, 2001.
- GALBRAITH, John K. **Colapso da bolsa, 1929**. Rio de Janeiro: Expressão e cultura, 1972.
- _____. **Anatomia do poder**. São Paulo: Pioneira, 1984.
- GIDDENS, Anthony. **Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento clássico e contemporâneo**. 1ª. reimpressão. São Paulo: UNESP, 1998.
- _____. **O estado-nação e a violência: segundo volume de uma crítica contemporânea ao materialismo histórico**. São Paulo: EDUSP, 2001.
- GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1987.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GORZ, André. **Adeus ao proletariado: para além do socialismo**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo : Boitempo, 1999.
- GUEDES, Annie. **Foucault**. São Paulo: Melhoramentos, 1977.
- HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro: estudos de teoria política**. São Paulo: Loyola, 2002.
- HARDT, Michel; NEGRI, Antonio. **Império**. 3a. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- HEISKALA, Risto. Theorizing power: Weber, Parsons, Foucault and neostructuralism. **Social science information**. London: Sage, v. 40, n. 2, p.241-264, 2001.
- HERBERT, Simon. **Models of man: social e rational**. New York: John Wiley & sons, 1957.
- HOBBS, Thomas. **Leviatã: ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- HOLT, Douglas B. Why do brands cause trouble? a dialectical theory of consumer culture and branding. **Journal of consumer research**, Vol. 29, p. 70-90, June 2002.
- HOOK, Derek. Discourse, knowledge, materiality, history: Foucault and discourse analysis. **Theory & Psychology**. London: Sage. Vol. 11, n. 4, p. 521-547, 2001.
- KIENTZ, Albert. **Comunicação de massa: análise de conteúdo**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.
- KILDUFF, Martin; DAY, David V. **Do chameleons get ahead? The effects of self-monitoring on managerial careers**. *Academy of Management Journal*, v37, n4, p. 1047, August, 1994.
- KLEIN, Naomi. **Sem logo: a tirania das marcas num planeta vendido**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- KNIGHT, Jonathan. Clear as mud. **Nature**. 22 de maio de 2003.
- KNIGHTS, David. Changing spaces: the disruptive impact of a new epistemological location for the study of management. **Academy of management Review**. v. 17, n. 3, jul. 1992, p.514-537.
- _____. Writing organizational analysis into Foucault. **Organization**, v. 9, n. 4, London: Sage, 2002, p. 575-593.

- KOHN, Jerome. O mal e a pluralidade: o caminho de Hannah Arendt em direção à vida do espírito. In: AGUIAR, Odílio A. et al (Orgs.). **Origens do totalitarismo: 50 anos depois**. Rio de Janeiro: Relume dumará, 2001.
- LACAZ, Francisco A. C. **Saúde do trabalhador: um estudo sobre as formações discursivas da academia, dos serviços e do movimento sindical**. Tese de Doutorado em Medicina. Campinas: Unicamp, 1996.
- _____. **O sujeito na saúde coletiva e pós-modernismo**. *Ciência e saúde coletiva*. São Paulo, v. 6, n. 1, 2001.
- LA BOÉTIE, Etienne. **Discurso sobre a servidão voluntária**. Lisboa: Antígona, 1997.
- LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- LEAL, Ricardo P. C.; OLIVEIRA, Jefferson; SOLURI, Aline F. Perfil da pesquisa em finanças no Brasil. **Revista de administração de empresas**. São Paulo: FGV. v. 43, n. 1, Jan./Fev./Mar. 2003, p. 91-104.
- LESSA, Sérgio. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**. São Paulo: Bomtempo, 2002.
- LUBIT, Roy. O impacto dos gestores narcisistas nas organizações. **Revista de Administração de Empresas**. v 42, n. 3, jul/set 2002.
- LUNA, Sergio Vasconcelos de. **Planejamento de pesquisa: uma introdução – elementos para uma análise metodológica**. São Paulo: EDUC, 2000.
- MACHADO, Roberto. Introdução: por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 8ª. ed. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- MAFFESOLI, Michel. **A violência totalitária: ensaio de antropologia política**. Porto Alegre: Sulina, 2001.
- MAGALHÃES, Theresa C. A natureza do totalitarismo: o que é compreender o totalitarismo ? In: AGUIAR, Odílio A. et al (Orgs.). **Origens do totalitarismo: 50 anos depois**. Rio de Janeiro: Relume dumará, 2001.
- MAIA, Antonio C. Sobre a analítica do poder de Foucault. **Tempo Social – Revista de sociologia da USP**. Edição especial: Foucault, um pensamento desconcertante. São Paulo, v. 7 (1-2), p. 83-103, out, 1995.
- MARCONI, Marina A.; LAKATOS, Eva M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1982.
- MATTOS, Pedro L. C. L. O que diria Popper à literatura administrativa de mercado ? **Revista de administração de empresas**. São Paulo, v.43, n. 1, p. 60-69, Jan./Fev./Mar., 2003.
- MEDEIROS, José Adelino S. **Diferenças de ganhos no Brasil em 1973: alcance e limitações da teoria do Capital Humano**. Tese de Doutorado em Economia . São Paulo: Faculdade de Economia, Administração e Ciências Contábeis da USP, 1981.
- MENDES, Dayse. Escola de Relações Humanas: ou ‘como fazer amigos e influenciar pessoas’. In: ENCONTRO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO. **Anais...** Disponível em CD-ROM. 2001.
- MILLS, Charles Wright. **A nova classe média**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- _____. **Wright Mills: sociologia**. São Paulo: Ática, 1985.

- MISOCZKI, Maria C. Pelo primado das relações nos estudos organizacionais: algumas indicações a partir de leituras enamoradas de Marx, Bourdieu e Deleuze. In: ENCONTRO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO. Anais... Disponível em CD-ROM. Atibaia, 2003.
- MORAES, Dênis de. **Planeta mídia: tendências da comunicação na era global.** [s.l.]: Letra Livre.1998.
- MOTTA, Fernando C. P. **Organização e poder: empresas, Estado e escola.** São Paulo: Atlas, 1986.
- MOTTA, Fernando C. P.; ALCADIPANI, Rafael. O pensamento de Michel Foucault na teoria das organizações. In: ENCONTRO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO. Anais... Disponível em CD-ROM. Atibaia, 2003
- MOTTA, P. R. A Proposta de participação na teoria gerencial: a participação indireta. **Revista de Administração Pública**, v. 15, n. 3, p. 54-70, Jul./Set., 1981.
- MUCHEMBLED, Robert. **Uma história do diabo: século XII-XX.** Rio de Janeiro: Bom texto, 2001.
- NEVES, Jorge A.; FERNANDES, Danielle C. Estrutura Ocupacional, Autoridade Gerencial e Determinação de Salários em Organizações Fordistas: o Caso da Indústria de Transformações no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO. Anais... Disponível em CD-ROM. 2000.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Para além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro.** São Paulo: Martin Claret, 2002.
- OLIVEIRA, Carlos A. B.; MATTOSO, Jorge E. L. **Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado ?** 2ª. ed. São Paulo: Scritta, 1997.
- ORTEGA, Francisco. Racismo e biopolítica. In: **Origens do totalitarismo: 50 anos depois.** Rio de Janeiro: Relume dumará, , p. 71-86, 2001.
- PAGÈS, Max et al. **O poder das organizações: a dominação das multinacionais sobre os indivíduos.** São Paulo: Atlas, 1987.
- PARKER, Martin; HIGGINS, Matthew; LIGHTFOOT, Geoff; SMITH, Warren. Amazing tales: organization studies as science fiction. **Organization**. V. 6, n. 4, p 579–590, 1999.
- PHILLIPS, Nelson; ZYGLIDOPOULOS, Stelios. Learning from *Foundation*: Asimov's Psychohistory and the limits of organization theory. **Organization**. V. 6, n. 4, p 591–608, 1999.
- RANCIÈRE, Jacques. A herança difícil de Foucault. **Caderno Mais!** Folha de São Paulo, p. 10, 27/06/2004
- ROCHER, Guy. **Talcott Parsons e a sociologia americana.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social.** [s.l.]: Ridendo Castigat Moraes. Disponível em: <www.jahr.org>. Acesso em 04 de Jan. 2003.
- SATO, Leny. Prevenção de agravos à saúde do trabalhador: replanejando o trabalho através das negociações cotidianas. **Cadernos de saúde pública**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 5, p. 1147-1166, set./out., 2002.

- SENELLART, Michel. A crítica da razão governamental em Michel Foucault. **Tempo Social – Revista de sociologia da USP**. Edição especial: Foucault, um pensamento desconcertante. São Paulo, v. 7 (1-2), p. 83-103, out, 1995.
- SENNETT, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.
- _____. **A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- SEWELL, Graham; WILKINSON, Barry. Someone to watch over me: surveillance, discipline and the just-in-time labour process. **Sociology: the journal of the British sociological association**. v. 26, n. 2, p. 271-289, May, 1992.
- SIEVERS, Burkard. Além do sucedâneo da motivação. In: CODA, Roberto; BERGAMINI, Cecília W. **Psicodinâmica da vida organizacional**. Atlas, 1998.
- SILVA, Rosimeri C.; ALCADIPANI, Rafael. Manda quem pode, obedece quem tem juízo: a consolidação da disciplina através da participação na siderúrgica riograndense. In: ENCONTRO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO. **Anais...** Disponível em CD-ROM. 2001.
- SOUZA NETO, José A.; ZACCARELLI, S. B.; GOMES, Guilherme C. GFT-Gestão com foco total. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 36, n.1, p. 14-24, jan./mar., 2001.
- STIGLITZ, Joseph E. **A globalização e seus malefícios: a promessa não-cumprida de benefícios globais**. São Paulo: Futura, 2002.
- _____. **Economics**. NY: WW Norton, 1993.
- THIOLLENT, Michel. Problemas de metodologia. In: FLEURY, Afonso Carlos Correa (coord.). **Organização do trabalho :uma abordagem interdisciplinar, "Sete Estudos Sobre A Realidade Brasileira"**. São Paulo : Atlas, 1987. Cap. 3, p. 54-83.
- TONELLI, Maria J.; CALDAS, Miguel P.; LACOMBE, Beatriz M. B.; TINOCO, Tatiana. Produção acadêmica em recursos humanos no Brasil: 1991-2000. **Revista de administração de empresas**. São Paulo, v. 43, n. 1, p. 122, Jan./Fev./Mar., 2003.
- TRAGTENBERG, Maurício. **Burocracia e ideologia**. São Paulo: Ática, 1974.
- _____. **Administração, poder e ideologia**. São Paulo: Moraes, 1980.
- VASCONCELOS, Isabella F. G.; VASCONCELOS, Flávio C. Gestão de Recursos Humanos e identidade social: um estudo crítico. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 42, n.1, p. 64-78, Jan./Mar. 2002.
- WAGNER, Eugênia S. **Hannah Arendt e Karl Marx: o mundo do trabalho**. 2a. ed. São Paulo: Ateliê editorial, 2002.
- WEBER, Max. **Economy and society: an outline of interpretive sociology**. Volume 3. Bedminster press: new york, 1968.
- _____. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Coleção Os pensadores. 2ª. ed. São Paulo: Abril, 1980.
- _____. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- WOOD Jr, Thomaz. **Executivos neuróticos, empresas nervosas**. São Paulo: Negócio, 2002.

WOOD Jr. Thomaz;PAULA, Ana P. P. Pop-management: pesquisa sobre as revistas populares de gestão no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO. *Anais...* Disponível em CD-ROM. Salvador, 2002a.

WOOD Jr. Thomaz;PAULA, Ana P. P. Pop-management: contos de paixão, lucro e poder. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS. *Anais...ANPAD:* Recife, 2002b.